

BM&FBOVESPA

A Nova Bolsa



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BM&FBOVESPA

18/4/2016



Visite o site da BM&FBOVESPA

bmfbovespa.com.br

São Paulo, 15 de março de 2016

Prezados Acionistas,

É com muita satisfação que, em nome do Conselho de Administração, os convido a participar da Assembleia Geral Ordinária da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros convocada para o dia 18 de abril de 2016, às 11h00, excepcionalmente fora da sede social da Companhia, na Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do Edital de Convocação a ser publicado no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 17 de março de 2016.

Nesta carta introdutória, gostaria inicialmente de ressaltar os muitos desafios que marcaram o ano de 2015, tendo os mercados administrados pela BM&FBOVESPA sido impactados de maneira distinta pela deterioração da economia brasileira e pelas mudanças no cenário global. A elevação do nível de volatilidade do mercado e a forte depreciação do real frente ao dólar norte-americano afetaram positivamente a receita do segmento BM&F. Já no segmento Bovespa, observou-se importante redução do valor de mercado das companhias listadas e conseqüentemente dos volumes negociados.

O grupo de outras receitas não relacionadas a volumes negociados nos mercados de ações ou derivativos também apresentou crescimento no ano, refletindo, notadamente, os aprimoramentos nas políticas comerciais da Companhia, o crescimento do mercado de empréstimo de ações e da plataforma Tesouro Direto e a desvalorização do câmbio que impactou positivamente as receitas de *market data*.

Dessa forma, apesar dos desafios impostos pelo ambiente macroeconômico, as receitas totais cresceram 9,5% em relação a 2014, refletindo a diversificação de receitas e a robustez do modelo de negócio da Companhia. Esse crescimento, combinado com o diligente controle de despesas, levou ao aumento de 11,4% do resultado operacional da Companhia.

Outro evento não operacional importante que impactou os resultados de 2015 foi a venda parcial de 20% do investimento em ações do CME Group, em movimento de redução de exposição a risco do balanço e que impactou positivamente os resultados.

Mantendo o compromisso da Administração em retornar os resultados da Companhia para os seus acionistas, foram distribuídos mais de R\$1,2 bilhão na forma de proventos

além da recompra de 1,5% das ações em circulação (R\$286,8 milhões), o que equivale a um retorno total de 7,6% calculado sobre a capitalização média de mercado da Companhia no ano.

Consciente do papel de indutora do desenvolvimento do mercado ocupado pela BM&FBOVESPA, a Administração entende que um elemento importante do processo de manutenção de um mercado de capitais vigoroso e globalmente competitivo é o aprimoramento contínuo da governança corporativa das empresas listadas. Nesse sentido, trabalhamos com outras entidades e especialistas do mercado, para apresentar um programa de adesão voluntária voltado para empresas de capital misto (estatais) que queiram aprimorar suas práticas de governança corporativa e receber reconhecimento por isso. Além disso, demos início no final de 2015 a um processo de discussão que buscará aprimorar as regras dos segmentos especiais de listagem (Novo Mercado, Níveis 1 e 2).

No que diz respeito aos objetivos estratégicos da Companhia, também avançamos no projeto da nova Clearing única (Clearing BM&FBOVESPA), cujo desenvolvimento tecnológico da fase de ações foi concluído em 2015. Além disso, novos produtos foram lançados e demos continuidade em iniciativas que buscam ampliar a liquidez de produtos listados, como é o caso da expansão dos programas de formadores de mercado e a promoção da plataforma de empréstimo de ativos.

A BM&FBOVESPA também trabalhou no aprimoramento de sua própria governança corporativa, com destaque para o fortalecimento dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e para a realização de uma série de reuniões do Diretor Presidente e do Presidente do Conselho de Administração com acionistas, por ocasião da Assembleia Geral que elegeu um Conselho de Administração renovado.

Finalmente, acreditamos que a BM&FBOVESPA continua bem posicionada para capturar as oportunidades de crescimento de mercado, embora seja importante reconhecer os desafios impostos pela deterioração dos cenários macroeconômico. A Administração mantém o foco na condução dos investimentos em novos produtos e tecnologias e acredita que os mesmos foram determinantes para melhorar a qualidade dos serviços ofertados e diversificar as receitas da Companhia ao longo dos últimos anos.

Feitas as considerações acima, informo que as matérias a serem deliberadas na Assembleia estão descritas no Edital de Convocação e no presente documento, que contempla as propostas da Administração e as orientações gerais para a participação dos acionistas na Assembleia, ambos divulgados hoje ao mercado.

A participação efetiva dos acionistas nesta Assembleia é uma oportunidade de discutir e votar as matérias trazidas à deliberação, diante das informações divulgadas para uma

tomada de decisão consciente.

Nesse sentido, com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas e reforçando o compromisso de fomento das melhores práticas de governança corporativa, a BM&FBOVESPA adotará, de forma voluntária, o sistema de votação à distância estabelecido pela Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada. As orientações para exercício do voto por meio do boletim de voto à distância encontram-se detalhadas no decorrer desse documento.

Além disso, a BM&FBOVESPA disponibilizará, assim como nas últimas Assembleias, o sistema “Assembleias Online” de votação por intermédio de procuração eletrônica, que poderá ser acessado mediante cadastro no site www.assembleiasonline.com.br, também conforme detalhado neste documento.

Convido-os, portanto, a examinarem cuidadosamente o presente documento e demais documentos relativos à Assembleia que estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.bmfbovespa.com.br/ri/), bem como no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Pedro Pullen Parente
Presidente do Conselho de Administração

Sumário

ESCLARECIMENTOS E ORIENTAÇÕES.....	6
A. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.....	7
A.1. Orientações para Participação Pessoal	8
A.2. Orientações para Participação mediante o envio de Boletim de voto à distância.....	8
A.2.1. Exercício por prestadores de serviços – sistema de voto à distância... 9	
A.2.2. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia.....	10
A.3. Orientações para Participação por meio de procurador	11
A.3.1. Procuração Eletrônica	11
A.3.1.1. Acionistas não cadastrados na plataforma Assembleias Online	11
A.3.1.2. Acionistas já cadastrados na plataforma Assembleias Online.....	12
A.3.2. Procuração Física	13
A.3.2.1. Pré-Credenciamento	16
A.4. Pedidos públicos de Procuração	16
B. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	16
B.1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da BM&FBOVESPA.....	17
C. DOCUMENTOS PERTINENTES ÀS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BM&FBOVESPA	26

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BM&FBOVESPA DE 18/4/2016

ESCLARECIMENTOS E ORIENTAÇÕES

Este documento contém informações acerca das matérias a serem deliberadas por proposta da Administração, bem como os esclarecimentos necessários à participação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária da BM&FBOVESPA a ser realizada no dia 18 de abril de 2016.

Esta iniciativa busca conciliar as práticas adotadas pela Companhia de comunicação oportuna e transparente com seus acionistas e as exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (*“Lei das S.A.”*), e da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (*“Instrução CVM 481”*).

Assim, em cumprimento às determinações da Lei das S.A., a BM&FBOVESPA realizará a **Assembleia Geral Ordinária** convocada para:

Dia: 18 de abril de 2016

Local: Rua XV de Novembro, nº 275,
Centro, São Paulo/SP – Brasil

Horário: 11h00

Na Assembleia Geral Ordinária serão deliberadas as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015;
- (2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2015;
- (3) Eleger membro para compor o Conselho de Administração; e
- (4) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2016.

As propostas da Administração sobre os itens da referida Assembleia, bem como as informações sobre cada uma das matérias estão detalhadas no item B.1 deste documento.

A. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A participação dos Acionistas na Assembleia Geral da Companhia é de suma importância.

Para a instalação da Assembleia Geral Ordinária, será necessária a presença de pelo menos 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia. Caso esse quórum não seja atingido, a Companhia publicará novo Edital de Convocação anunciando a nova data para a realização da Assembleia Geral Ordinária em segunda convocação, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas. A **participação** dos acionistas poderá ser **pessoal, por procurador devidamente constituído ou por meio de envio de boletim de voto à distância, nos termos da Instrução CVM 481.**

Para fins de participação do acionista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos, em sua via original ou cópia autenticada:

Para pessoas físicas

- **documento de identidade com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração**

Para pessoas jurídicas

- **último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista.**
- **documento de identidade com foto do representante legal**

Para fundos de investimento

- **último regulamento consolidado do fundo**
- **estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que**

comprovem os poderes de representação

- **documento de identidade com foto do representante legal**

Nota: A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

A.1. Orientações para Participação Pessoal

Aos acionistas que desejarem participar pessoalmente da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, pedimos a gentileza de comparecerem na Rua XV de Novembro, nº 275, no dia 18/4/2016, a partir das 10h30min, portando os documentos mencionados acima.

A.2. Orientações para Participação mediante o envio de Boletim de voto à distância

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 15/1/2016, a Companhia adotará, de forma voluntária, o sistema de votação à distância estabelecido pelo artigo 21-A da Instrução CVM 481, conforme alterada pela Instrução CVM nº 561/2015. Neste ano de 2016, além da Instrução CVM 481, a Companhia também deve observar os procedimentos especiais definidos pela Deliberação CVM nº 741/2015, referente à votação à distância.

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia:

- por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou
- por boletim de voto à distância enviado diretamente à Companhia, conforme o Anexo I ao presente documento, por qualquer acionista.

Ressalvada a exceção prevista na Instrução CVM 481, caso haja divergência entre eventual boletim de voto à distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de

voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo depositário central com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da Assembleia Geral, portando os documentos exigidos conforme o quadro acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

A.2.1. Exercício por prestadores de serviços – sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da BM&FBOVESPA. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 12/4/2016 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia.

Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481, a Central Depositária da BM&FBOVESPA, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

A.2.2. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Rua XV de Novembro, 275, 5º andar, Centro, CEP: 01013-001, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- (i) via física do Anexo I ao presente documento devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) cópia autenticada dos documentos descritos no quadro do item A acima, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em (i) e (ii) acima para o endereço eletrônico ri@bmfbovespa.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos demais documentos requeridos, até o dia 14/4, para a Rua XV de Novembro, 275, 5º andar, Centro, CEP: 01013-001, São Paulo/SP – Brasil.

Uma vez recebidos os documentos referidos em (i) e (ii) acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada.

Caso o boletim de voto seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no item 3 do boletim de voto.

Os documentos referidos em (i) e (ii) acima deverão ser protocolados na Companhia em até 4 dias antes da data da Assembleia Geral, ou seja, até 14/4/2016 (inclusive). Eventuais boletins de voto recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

A.3. Orientações para Participação por meio de procurador

A.3.1. Procuração Eletrônica

Com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a BM&FBOVESPA disponibilizará, novamente, o sistema “Assembleias Online”, por meio do qual os acionistas poderão outorgar procuração às pessoas indicadas pela Companhia, para todas as matérias da ordem do dia da Assembleia Geral, por meio de certificado digital válido, privado ou da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001.

Para que possa votar via Internet, o acionista precisa cadastrar-se no endereço www.assembleiasonline.com.br e obter gratuitamente seu certificado digital, seguindo os passos descritos a seguir. Os acionistas desde já poderão iniciar os procedimentos para cadastramento e obtenção do certificado digital.

As procurações emitidas via plataforma eletrônica serão outorgadas aos três procuradores disponibilizados pela Companhia nos termos do item A.3.2 abaixo.

A.3.1.1. Acionistas não cadastrados na plataforma Assembleias Online

Passo 1 – Cadastramento no portal:

a) Acesse o endereço www.assembleiasonline.com.br, clique em “cadastro e certificado” e selecione o perfil adequado (acionista pessoa física ou pessoa jurídica);

b) Preencha o cadastro, clique em cadastrar, confirme os dados e, em seguida, terá acesso ao termo de adesão, no caso de pessoa física, ou ao termo de representação, no caso de pessoa jurídica. O termo deve ser impresso, rubricado em todas as páginas e assinado com firma reconhecida.

Caso o acionista já possua certificado digital emitido pela ICP-Brasil, é necessário apenas efetuar o cadastro e assinar digitalmente o termo de adesão ou o termo de representação, conforme o caso, para estar apto a votar por meio do portal “Assembleias Online”. Assim, o acionista poderá passar diretamente ao Passo 3 descrito a seguir.

Passo 2 – Validação do cadastro e recebimento do certificado digital privado:

- a) O acionista receberá e-mail do portal “Assembleias Online” com a relação dos documentos necessários para validação do cadastro, incluindo o termo de adesão ou o termo de representação, conforme o caso. Todos os documentos devem ser enviados, por correio, ao endereço do “Assembleias Online” constante do referido e-mail.
- b) Assim que a documentação for validada pela equipe do “Assembleias Online”, o acionista receberá um novo e-mail contendo os procedimentos para emissão do Certificado Digital “Assembleias Online”.
- c) Após emitido o certificado, o acionista estará pronto para votar, via internet, na Assembleia Geral da BM&FBOVESPA.

Passo 3 – Outorga de procuração por meio eletrônico:

- a) Após a conclusão dos passos indicados acima, para exercer seu direito de voto por meio de procuração eletrônica, acesse o endereço www.assembleiasonline.com.br, faça seu login, selecione a Assembleia da BM&FBOVESPA, vote e assine digitalmente a procuração;
- b) O acionista receberá comprovante do seu voto por e-mail do portal “Assembleias Online”.

O acionista terá o período de 30/3/2016 até às 18h00 do dia 15/4/2016 para outorgar procuração por intermédio do portal “Assembleias Online”.

A.3.1.2. Acionistas já cadastrados na plataforma Assembleias Online

No caso de o acionista já ter realizado anteriormente os passos 1 e 2 do item A.3.1.1 acima, este deverá verificar a validade de seu certificado digital, para que, tendo vencido o prazo, providencie a sua renovação.

Para a renovação do certificado digital emitido pela Certisign, será necessário acessar o menu administrativo, por meio do endereço do Assembleias Online, e optar pelo serviço de renovação de certificado digital.

Após confirmar a validade do seu certificado digital, o acionista estará apto para outorgar procurações por meio da plataforma Assembleias Online, observando as instruções

constantes do endereço www.assembleiasonline.com.br e do passo 3 do item A.3.1.1 acima.

A.3.2. Procuração Física

As procurações também poderão ser outorgadas da forma tradicional, por instrumento físico.

Nesse caso, o acionista pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia.

Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas, em consonância com a decisão Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), a Companhia não exigirá que o mandatário seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia, devendo tais acionistas serem representados na forma de seus documentos societários.

Caso o acionista não possa ser representado por procurador de sua escolha, a Companhia disponibiliza os nomes de três procuradores que poderão representá-lo em estrita conformidade com a orientação de voto proferida pelo acionista:

- 1) Para votar A FAVOR nas matérias constantes da ordem do dia:

Sônia Aparecida Consiglio Favaretto, brasileira, casada, jornalista, com endereço na Praça Antonio Prado, nº 48, na Capital do Estado de São Paulo, portadora da cédula de identidade nº 15.895.199-2 – SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 091.199.808-092.

- 2) Para votar CONTRA nas matérias constantes da ordem do dia:

Érico Rodrigues Pilatti, brasileiro, solteiro, advogado, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, inscrito na OAB/SP sob o nº 235.366 e no CPF/MF sob o nº 221.402.578-20.

3) Para ABSTER-SE nas matérias constantes da ordem do dia:

André Grunspun Pitta, brasileiro, casado, advogado, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, inscrito na OAB/SP sob o nº 271.183 e no CPF/MF sob o nº 316.939.698-66.

Apresentamos, para tanto, o **modelo de instrumento de procuração abaixo**.

Notamos que a Companhia não exigirá o reconhecimento de firma e/ou a consularização dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus respectivos representantes, tampouco exigirá a tradução juramentada das procurações e documentos lavrados ou traduzidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola.

MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO
[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (" Outorgante "), na qualidade de acionista da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Companhia"), nomeia e constitui como seus procuradores:
Sônia Aparecida Consiglio Favaretto , brasileira, casada, jornalista, com endereço na Praça Antonio Prado, nº 48, na Capital do Estado de São Paulo, portadora da cédula de identidade nº 15.895.199-2 – SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 091.199.808-09, para votar A FAVOR nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) Outorgante;
Érico Rodrigues Pilatti , brasileiro, solteiro, advogado, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, inscrito na OAB/SP sob o nº 235.366 e no CPF/MF sob o nº 221.402.578-20, para votar CONTRA nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) Outorgante;
André Grunspun Pitta , brasileiro, casado, advogado, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, inscrito na OAB/SP sob o nº 271.183 e no CPF/MF sob o nº 316.939.698-66, para se ABSTER nas matérias constantes da ordem do dia, de acordo com a orientação expressa abaixo proferida pelo(a) Outorgante;
outorgando-lhes poderes para comparecer, examinar, discutir, votar e assinar a ata e a lista de presença dos Acionistas, em nome do Outorgante, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 18 de abril de 2016, às 11h00, excepcionalmente fora da sede social da Companhia, na Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,

em estrita conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia.

Ordem do Dia

(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015;

A favor() Contra() Abstenção()

(2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/15, conforme proposta da Administração da Companhia;

A favor() Contra() Abstenção()

(3) Eleger membro para compor o Conselho de Administração, conforme proposta da Administração da Companhia; e

A favor() Contra() Abstenção()

(4) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2016, conforme proposta da Administração da Companhia.

A favor() Contra() Abstenção()

Para os fins da outorga deste mandato, o procurador terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia Geral Ordinária, em primeira e segunda convocação, se for o caso, e ao lançamento de voto em conformidade com as orientações de voto acima manifestadas, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao cumprimento deste instrumento de mandato. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade apenas para as assembleias da Companhia nele referidas, seja em primeira ou em segunda convocação.

[Cidade], [dia] de [mês] de [2016]

*Outorgante
Por: [nome]
[cargo]*

A.3.2.1. Pré-Credenciamento

No caso de outorga de procurações por meio físico, os documentos referidos em “A” e “A.3.2” podem ser entregues na sede da BM&FBOVESPA até a hora de início da Assembleia Geral.

No entanto, visando a facilitar o acesso dos acionistas à Assembleia Geral, solicitamos que a entrega desses documentos seja feita com a maior antecedência possível, a partir do dia 30/3/2016.

Os documentos devem ser entregues na Rua XV de Novembro, 275, 5º andar, Centro, CEP: 01013-001, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, e-mail: *ri@bmfbovespa.com.br*.

A.4. Pedidos públicos de Procuração

Acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) ou mais do capital social poderão incluir pedidos de procuração no sistema “Assembleias Online”, nos termos da Lei das S.A. e da Instrução CVM 481.

Os pedidos públicos de procuração devem ser acompanhados da minuta de procuração e das informações e demais documentos exigidos na Instrução CVM 481, especialmente em seu Anexo 23, e entregues na Praça Antonio Prado, nº 48, 7º andar, Centro, CEP: 01010-901, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados do Diretor Executivo Financeiro, Corporativo e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Daniel Sonder.

Nos termos da regulamentação em vigor, Companhia atenderá ao pedido público de procuração formulado pelos acionistas em até 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento do referido pedido, dando o mesmo destaque no sistema “Assembleias Online” que os demais documentos disponibilizados pela Companhia.

A Companhia e sua administração não são responsáveis pelas informações contidas em pedidos públicos de procuração realizados pelos acionistas.

B. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da BM&FBOVESPA submete à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 18/4/2016 as propostas a seguir descritas.

B.1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da BM&FBOVESPA

Nos termos da Lei das S.A., uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, há que se promover a realização de uma Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, para deliberar sobre as demonstrações financeiras, a destinação do lucro líquido, a fixação do valor da remuneração dos administradores e, se for o caso, a eleição de membros do Conselho de Administração.

A seguir, encontram-se os esclarecimentos da Administração da BM&FBOVESPA acerca de cada um dos itens da proposta que devem ser deliberados na Assembleia Geral Ordinária de 18/4/2016:

Primeiro item Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas pela Administração da BM&FBOVESPA, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social findo em 31/12/2015, e publicados no dia 19/2/2016 no jornal “Valor Econômico” e no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 18/2/2016.

Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, bem como as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social findo, permitindo aos acionistas avaliar a situação patrimonial e o nível de lucratividade da BM&FBOVESPA.

As Demonstrações Financeiras são elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas e orientações, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários. Essas Demonstrações compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado

Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. As Demonstrações Financeiras são complementadas por notas explicativas que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas Demonstrações.

Relatório da Administração

Acompanha as Demonstrações Financeiras o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como, por exemplo, as principais contas da Demonstração do Resultado do exercício social encerrado e também informações de caráter não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos colaboradores da Companhia, às suas sociedades controladas, à sua responsabilidade social, à sua governança corporativa e ao mercado de capitais de uma forma bastante abrangente.

Parecer dos Auditores Independentes

A Ernst&Young Auditores Independentes examinou as Demonstrações Financeiras e emitiu parecer concluindo que as mesmas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BM&FBOVESPA e das suas controladas em 31/12/2015.

Documentos Apresentados pela Administração da Companhia

Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página de Relações com Investidores e nos sites da BM&FBOVESPA e da Comissão de Valores Mobiliários, os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- (a) Relatório da Administração;
- (b) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2015;
- (c) Comentários dos diretores sobre a situação financeira da BM&FBOVESPA requeridos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução nº 480, de 7/12/2009, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários (“Instrução CVM 480”), que também constam do Anexo II ao presente documento;
- (d) Parecer dos Auditores Independentes;
- (e) Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas); e

- (f) Relatório do Comitê de Auditoria, que apresenta suas conclusões a respeito das atividades por ele desempenhadas no ano de 2015.

Segundo item Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2015

O lucro líquido de R\$2.202.238.045,10 auferido pela BM&FBOVESPA no exercício social encerrado em 31/12/2015 corresponde ao resultado obtido nesse exercício após dedução da provisão para o Imposto de Renda e contribuições sociais.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 18/2/2016, propôs destinar o referido lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2015, nos seguintes termos:

- (i) R\$1.242.614.000,00 à conta de dividendos obrigatórios, montante este que já foi pago aos acionistas por meio de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2015, no valor de R\$223.581.000,00 e R\$1.019.033.000,00, respectivamente; e
- (ii) R\$959.624.045,10 para constituição da reserva estatutária para investimentos e composição dos fundos e mecanismos de salvaguarda da Companhia.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 constam do Anexo III ao presente.

Terceiro item Eleger membro para compor Conselho de Administração

O atual Conselho de Administração da BM&FBOVESPA foi eleito na Assembleia Geral Ordinária de 30/3/2015, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017.

Um dos membros eleitos naquela ocasião, Sr. André Santos Esteves, apresentou, em 29/11/2015, sua renúncia em caráter irrevogável e irretroatável ao cargo de membro do Conselho de Administração. Assim, dada a vacância do cargo, em 26/2/2016 o Conselho de Administração nomeou, seguindo a recomendação do Comitê de Governança e Indicação e nos termos do artigo 27 do Estatuto Social, o Sr. Laércio José de Lucena Cosentino para cumprir mandato até a próxima Assembleia Geral da Companhia, ocasião

em que os acionistas deveriam deliberar sobre sua eleição para recompor o Conselho de Administração da Companhia e cumprir prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2017, em linha com o mandato dos demais membros do Conselho. Uma vez que a Assembleia Geral Ordinária tratada neste documento consiste na Assembleia Geral seguinte à referida deliberação do Conselho, o Conselho de Administração propõe, conforme descrito acima, segundo a recomendação do Comitê de Governança e Indicação, a eleição do Sr. Laércio José de Lucena Cosentino para cumprir mandato pelo período remanescente, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017, como Conselheiro Independente.

Nesse sentido, apresentamos abaixo as informações a respeito de suas qualificações e experiências profissionais e acadêmicas:

Laércio José de Lucena Cosentino, 55 anos

Fundador e CEO da TOTVS, maior empresa de software de gestão, plataforma e consultoria da América Latina, Laércio Cosentino, 55 anos, é formado em Engenharia Eletrotécnica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Sua carreira e história consolidaram-se no setor de TI, especialmente com a fundação da TOTVS em 1983. Desde então tornou-a líder absoluta no Brasil e presente em 41 países. Hoje, Cosentino é um dos principais líderes do mercado brasileiro de software, ativo na defesa e fortalecimento da indústria de TI. Além de comandar a companhia, é presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), presidente do Conselho Administrativo do Instituto Empreender Endeavor, presidente do conselho da Mendelics, dentre outras atividades.

Vale dizer que o Estatuto Social da BM&FBOVESPA estabelece que somente podem ser eleitas para integrar o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, as pessoas que, além dos requisitos legais e regulamentares, atendam às condições elencadas em seu artigo 22, parágrafo quarto, quais sejam: (a) tenham idade superior a 25 anos; (b) possuam ilibada reputação e conhecimento do funcionamento dos mercados administrados pela Companhia e/ou por suas controladas, bem como outros conhecimentos previstos no Regimento Interno do Conselho de Administração; (c) não tenham cônjuge, companheiro ou parente até 2º grau que ocupe cargos de administração

ou possua vínculo empregatício com a Companhia ou suas controladas; (d) não ocupem cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou de suas controladas, e não tenham, nem representem, interesse conflitante com o da Companhia ou com o de suas controladas, presumindo-se ter interesse conflitante com o da Companhia a pessoa que, cumulativamente: (i) tenha sido eleita por acionista que também tenha eleito Conselheiro de administração em sociedade concorrente; e (ii) mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu; e (e) possuam efetiva disponibilidade para se dedicar ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, independentemente dos cargos que eventualmente ocupem em outras entidades, como membros de Conselho de Administração e/ou como executivos. O Sr. Laércio Cosentino atende aos requisitos estabelecidos pelo Estatuto Social, sendo que essa verificação foi feita antes de sua indicação ao cargo de membro do Conselho de Administração, por meio da declaração por ele assinada e também disponibilizada juntamente com o material de convocação da Assembleia.

O Regimento Interno do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA, por sua vez, prescreve que quando da indicação de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, os Conselheiros deverão procurar buscar candidatos que, além de atender aos requisitos legais, regulamentares e estatutários em vigor, apresentem experiência e conhecimento, prático ou acadêmico, em ao menos uma das seguintes áreas de atuação: administração, auditoria e contabilidade, economia, finanças, gestão, legislação e regulação, risco e tecnologia da informação, sendo que o Sr. Laércio José de Lucena Cosentino possui notório conhecimento na área de tecnologia da informação.

Regras sobre a composição do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia deve ser composto por maioria de membros independentes, segundo a Instrução CVM 461, sendo que o Sr. Laércio José de Lucena Cosentino é candidato ao cargo de Conselheiro Independente.

Para fins dessa Instrução, Conselheiro Independente é aquele que não mantém vínculo com: (i) a Companhia, sua controladora direta ou indireta, controladas ou sociedade submetida a controle comum direto ou indireto; (ii) administrador da Companhia, sua

controladora direta ou indireta, ou controlada; (iii) pessoa autorizada a operar nos mercados administrados pela Companhia; e (iv) sócio detentor de 10% ou mais do capital votante da Companhia.

Adicionalmente, segundo o Regulamento do Novo Mercado, segmento no qual as ações emitidas pela Companhia são negociadas, Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

O Estatuto Social da Companhia determina que o Conselheiro Independente é aquele que: (i) atende, cumulativamente, aos critérios de independência fixados no Regulamento de Listagem do Novo Mercado e na Instrução CVM 461/07; e (ii) não detém participação direta ou indireta em percentual igual ou superior a 7% do capital total ou do capital votante da Companhia ou vínculo com acionista que a detenha.

Nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481, as informações sobre o candidato a membro do Conselho de Administração proposto pela Administração, que devem constar nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480, constam do Anexo IV ao presente.

Quarto item Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2016

Em reunião realizada no dia 18/2/2016, o Conselho de Administração da Companhia

deliberou que a proposta de remuneração global anual a ser apresentada à Assembleia Geral Ordinária é de até R\$9.074 mil para o Conselho de Administração e de até R\$40.153 mil para a Diretoria. Tais valores de remuneração referem-se ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2016.

Apresenta-se, a seguir, o valor da referida verba proposta, com o detalhamento de forma a permitir uma análise mais apurada por parte dos acionistas:

Proposta de Remuneração para o Exercício de 2016 (R\$M)					
ADMINISTRADORES	Remuneração Fixa	Benefícios	Remuneração Variável de Curto Prazo	Remuneração Variável de Longo Prazo	TOTAL
Conselheiros	7.257	0	0	1.817	9.074
Diretores Executivos	5.606	1.075	12.605	20.867	40.153
Total	12.863	1.075	12.065	22.684	49.227

Remuneração Fixa

A remuneração fixa da Diretoria Executiva é composta de 13 salários ao ano e férias correspondentes, corrigida anualmente por força de acordo coletivo.

Aos membros do Conselho de Administração é atribuída uma remuneração fixa mensal, uma remuneração fixa mensal adicional àqueles que participam de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e, para o Presidente do Conselho de Administração, há uma remuneração fixa adicional semestral.

Benefícios

Pacote de benefícios, que inclui assistência médica e odontológica, seguro de vida, ticket refeição, previdência privada, benefício de uso de veículo, check up e uso de telefone celular, tendo por objetivo o oferecimento de um pacote atrativo e que seja minimamente compatível com os padrões do mercado para o desempenho de funções semelhantes.

Remuneração Variável de Curto Prazo

No que se refere à remuneração variável de curto prazo, os indicadores de desempenho que são levados em consideração para determinação da remuneração são: (i) nossa política de remuneração variável, que se baseia no conceito de múltiplos salariais que

variam de acordo com o nível de cada cargo; (ii) as avaliações de desempenho individuais; e (iii) os indicadores de desempenho global da Companhia conforme descrito abaixo.

O valor total da remuneração variável de curto prazo estabelecido pelo Conselho de Administração, que será paga aos administradores e funcionários da Companhia referente ao exercício de 2016, representará 4,2% do LAJIR (Lucro Antes de Juros e Imposto de Renda) ajustado da Companhia, que exclui as despesas referentes ao Plano de Concessão de Ações da Companhia (principal e encargos trabalhistas/sociais), considerando que a meta de despesas ajustadas, estabelecida pelo Conselho de Administração, seja efetivamente respeitada. Caso ocorra superação das despesas ajustadas orçadas para o exercício de 2016, será aplicado um redutor no percentual do LAJIR ajustado a ser distribuído aos administradores e funcionários.

Do valor total de remuneração de curto prazo, conforme descrito acima, parte será destinada à Diretoria Estatutária e sua distribuição deverá seguir a regra de múltiplos salariais por nível e desempenho individual. A proposta de R\$12.605 mil apresentada acima considera a possibilidade de desempenho individual no máximo, sendo certo que a avaliação de desempenho será realizada apenas ao final do exercício.

Remuneração Variável de Longo Prazo

A remuneração variável de longo prazo é estruturada por meio de concessão de ações no âmbito do Plano de Concessão de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de maio de 2014. As concessões são atribuídas em função de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de potencial e desempenho individual, tendo por objetivo o alinhamento de interesses dos administradores com a Companhia e seus acionistas no horizonte de longo prazo, bem como a retenção do pessoal-chave da Companhia.

Para a Diretoria executiva a concessão de ações, deverá respeitar um prazo total mínimo de 3 (três) anos entre a data de concessão das ações e a última data de transferência de ações concedidas. Ademais, deverá ser respeitado um prazo de carência mínimo de 12 (doze) meses entre: (i) a data de concessão e a primeira data de transferência de qualquer lote de ações, e (ii) entre cada uma das datas de transferência de lotes de ações, após a primeira transferência.

Para aproximadamente 30% do montante total de remuneração variável de longo prazo a concessão somente ocorrerá na condição de compromisso de “matching” do Executivo através de aquisição de ações da companhia (ações próprias) e manutenção das mesmas durante o período de carência como condição para o efetivo recebimento.

Conforme deliberação do Conselho de Administração, as concessões no âmbito do Plano de Ações para determinado exercício social sempre ocorrerão no início do exercício social seguinte. Assim, a concessão de ações referente ao exercício social de 2015 ocorreu somente em janeiro de 2016, e, portanto, produzirá efeitos nas despesas da Companhia a partir do exercício social de 2016 até a conclusão do programa.

Dessa forma, foram aprovados, pelo Conselho de Administração, dois programas de concessão de ações para concessão em 8 de janeiro de 2016, relativos ao exercício social de 2015, quais sejam, o “Programa de Concessão de Ações BVMF 2015” e o “Programa de Concessão de Ações Adicional BVMF 2015”.

A estimativa para os Diretores Estatutários abrange um total de R\$13.210 mil no “Programa de Concessão de Ações BVMF 2015”, e a estimativa de R\$7.657 mil no “Programa de Concessão de Ações Adicional BVMF 2015”, onde a concessão somente ocorrerá na condição de compromisso de “matching” do Executivo.

O Plano de Concessão de Ações prevê, ainda, um mecanismo específico de concessão de ações para os membros do Conselho de Administração, onde poderão receber anualmente, em conjunto, um total de até 172.700 ações, que representou R\$1.817 mil em 08 de janeiro, data da concessão, que serão distribuídas linearmente entre os membros do Conselho de Administração. A concessão é feita em lote único e deverá ser respeitado um prazo de carência de 2 anos, a contar do término do mandato como membro do Conselho de Administração para a efetiva transferência.

Os valores propostos como remuneração variável de longo prazo não incluem encargos sociais e trabalhistas decorrentes da efetiva transferência das ações.

Informações adicionais sobre a remuneração dos administradores podem ser encontradas no item 13 do Formulário de Referência previsto pela Instrução CVM 480, constante do Anexo V ao presente.

C. Documentos Pertinentes às Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da BM&FBOVESPA

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.bmfbovespa.com.br/ri/), bem como nos sites da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos:

- Edital de Convocação

- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015 (Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria)

- Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas)

- Ata da reunião do Conselho de Administração de 18/2/2016 com a Proposta de Destinação de Lucro do exercício findo em 31/12/2015

- Informações relativas à proposta de destinação dos resultados requeridas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481

- Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da BM&FBOVESPA – item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480

- Informações sobre o candidato a membro do Conselho de Administração – itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480

- Informações sobre a remuneração dos administradores – item 13 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480

Frisamos que para solucionar qualquer dúvida deve ser contatada a Diretoria de Relações com Investidores, pelos telefones +55 11 2565-4418, 2565-4834 ou 2565-4729 ou enviado e-mail ao ri@bmfbovespa.com.br.

ANEXOS

ANEXO I

MODELO DE BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA – AGO DA BM&FBOVESPA DE 18/4/2016

1. Nome do acionista
2. CNPJ ou CPF do acionista
3. Endereço de e-mail para envio ao acionista da confirmação do recebimento do boletim pela Companhia
4. Orientações de preenchimento O presente boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada. Nesse caso, é imprescindível que os campos acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral: <ul style="list-style-type: none">- todos os campos abaixo deverão estar devidamente preenchidos;- todas as suas páginas deverão ser rubricadas;- ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim; e- não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no boletim, tampouco a sua consularização.
5. Orientações para envio do boletim

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá: (i) preencher e enviar o presente boletim diretamente à Companhia, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações abaixo:

5.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da BM&FBOVESPA. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 12/4/2016 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia.

Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481, a Central Depositária da BM&FBOVESPA, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

5.2. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Rua XV de Novembro, 275, 5º andar, Centro, CEP: 01013-001, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- (iii) via física do presente boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado;
- e

(iv) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(a) para pessoas físicas:

- documento de identidade com foto do acionista;

(b) para pessoas jurídicas:

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e
- documento de identidade com foto do representante legal.

(c) para fundos de investimento:

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- documento de identidade com foto do representante legal.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico ri@bmfbovespa.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos documentos requeridos até o dia 14/4/2016, para a Rua XV de Novembro, 275, 5º andar, Centro, CEP: 01013-001, São Paulo/SP – Brasil.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM nº 481, conforme alterada.

Caso este boletim seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e o acionista será

informado por meio do endereço de e-mail indicado no item 3 acima.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até 4 dias antes da data da Assembleia Geral, ou seja, até 14/4/2016 (inclusive). Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

Deliberações/ Questões relacionadas à Assembleia Geral Ordinária

6. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015.

Aprovar Rejeitar Abster-se

7. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/15, conforme proposta da Administração, nos seguintes termos:

(i) R\$1.242.614.000,00 à conta de dividendos obrigatórios, montante este que já foi pago aos acionistas por meio de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2015, no valor de R\$223.581.000,00 e R\$1.019.033.000,00, respectivamente; e

(ii) R\$959.624.045,10 para constituição da reserva estatutária para investimentos e composição dos fundos e mecanismos de salvaguarda da Companhia.

Aprovar Rejeitar Abster-se

8. Eleger membro para compor o Conselho de Administração, conforme proposta da Administração da Companhia.

Candidato - Laércio José de Lucena Cosentino

Aprovar Rejeitar Abster-se

9. Fixar, para o exercício de 2016, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração em até R\$9.074 mil e da Diretoria em até R\$40.153 mil conforme proposta da Administração da Companhia.

Aprovar Rejeitar Abster-se

10. Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976?

Sim Não

11. Em caso de segunda convocação dessa Assembleia Geral, as instruções de voto constantes nesse boletim podem ser consideradas também para a realização da Assembleia em segunda convocação?

Sim Não

[Cidade], [data]

Nome do Acionista

ANEXO II

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA BM&FBOVESPA

10.1 - Comentários dos diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

EXERCÍCIOS SOCIAIS CONSOLIDADOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Ao longo de 2015, os mercados administrados pela BM&FBOVESPA foram impactados de maneira distinta pela deterioração da economia brasileira e pelas mudanças no cenário global. A elevação do nível de volatilidade do mercado e a forte depreciação do real frente ao dólar norte-americano afetaram positivamente a receita do mercado de derivativos (Segmento BM&F), o volume médio diário negociado de contratos atingiu 2,9 milhões de contratos em 2015, alta de 10,7% em comparação ao ano anterior, com destaque para os contratos de Taxa de juros em US\$ e Mini contratos, que são referenciados em dólares, cujos crescimentos foram de 31,7% e 67,5%, respectivamente. Já nos mercados de ações e de derivativos sobre ações (Segmento Bovespa) observou-se importante redução na capitalização de mercado¹ média das companhias listadas de R\$2,39 trilhões em 2014 para R\$2,21 trilhões em 2015 e consequentemente dos volumes negociados, que fechou o ano em R\$6,79 bilhões, 6,9% menor em relação ao ano anterior.

O grupo de outras receitas não relacionadas a volumes negociados nos mercados de ações ou derivativos também apresentou crescimento no ano, alta de 19,6% em relação a 2014, refletindo, notadamente, os aprimoramentos nas políticas comerciais da Companhia, o crescimento do mercado de empréstimo de ações, da plataforma Tesouro Direto e a desvalorização do câmbio que impactou positivamente as receitas de *vendors*.

Do ponto de vista de eficiência na gestão de despesas, a administração continuou concentrando esforços para manter o crescimento das despesas ajustadas² abaixo da inflação média da economia, atingindo R\$614.350 mil em 2015, crescimento de 3,7% no período. Além disso, foi mantido o compromisso de retornar capital aos acionistas por meio da combinação de pagamento de proventos e recompra de ações, sem comprometer a robustez de balanço da Companhia.

Vale destacar dois importantes movimentos realizados ao longo do ano: a venda parcial de 20% do investimento em ações do CME Group, em movimento de redução de exposição a risco do balanço da Companhia; e o investimento de R\$43.633 mil para aquisição de 8,3% da Bolsa de Comercio de Santiago.

Ainda, o desempenho negativo do Segmento Bovespa, notadamente no último trimestre do ano, e a revisão de suas expectativas de crescimento levaram à redução do valor recuperável (*impairment*) do ativo Bovespa Holding no montante de R\$1.662.681 mil o que impactou negativamente os resultados da Companhia, sem efeito caixa.

O resultado operacional somou R\$1.365.978 mil, crescimento de 11,4%, enquanto que o lucro líquido (atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA) atingiu R\$2.202.238 mil em 2015, fortemente impactado pela alienação parcial de ações do CME Group, pela descontinuidade do método de equivalência patrimonial do investimento remanescente no CME Group e pelo *impairment* de uma parcela do ágio da Bovespa Holding.

Em resumo, a BM&FBOVESPA continua bem posicionada para capturar as oportunidades de crescimento de mercado, embora seja importante reconhecer os desafios impostos pela deterioração do cenário macroeconômico. A administração mantém o foco na condução dos investimentos em novos produtos e tecnologias e acredita que os mesmos foram determinantes para melhorar a qualidade dos serviços ofertados e diversificar as receitas da Companhia ao longo dos últimos anos.

EXERCÍCIOS SOCIAIS CONSOLIDADOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

O ano de 2014 foi marcado pelo processo eleitoral brasileiro que teve uma disputa bastante acirrada para Presidência da República, gerando aumento da volatilidade e dos volumes negociados no período pré-eleição. No entanto, esse aumento da atividade de mercado observada no segundo semestre não foi suficiente para compensar os baixos volumes

¹ Resultado da multiplicação da quantidade de ações emitidas pelas empresas listadas no Segmento Bovespa pelos respectivos preços de mercado.

² Despesas ajustadas pela: (i) depreciação e amortização; (ii) plano de concessão de ações – principal e encargos – e de opções de ações; (iii) impostos relacionados aos dividendos recebidos do CME Group; e (iv) provisões e transferência de multas. O objetivo desse ajuste é demonstrar as despesas operacionais da Companhia, excluindo aquelas sem impacto no caixa ou que não sejam recorrentes.

verificados na primeira parte do ano, de forma que no acumulado do ano houve queda de volumes tanto no Segmento BM&F como no Segmento Bovespa em relação a 2013.

No caso do Segmento BM&F, o volume médio diário negociado de contratos atingiu 2,6 milhões de contratos em 2014, queda de 9,3% em comparação a 2013, refletindo, principalmente, a queda de 23,7% do volume de contratos de Taxa de Juros em Reais, os mais negociados desse segmento, enquanto a Receita por Contrato (RPC) média subiu 5,3%, para R\$1,350, devido, notadamente, (i) ao aumento da RPC média dos contratos de Taxa de Juros em Reais (mudança no *mix* de contratos por maturidade) e (ii) ao crescimento da RPC dos contratos de Taxa de Câmbio e de Taxa de Juros em Dólar, que foram positivamente impactados pela desvalorização do Real perante o Dólar no período, uma vez que ambos os contratos são referenciados na moeda norte-americana. Já no Segmento Bovespa, o volume financeiro médio negociado diariamente fechou o ano em R\$7,29 bilhões, pequena queda de 1,7%, seguindo, em grande medida, a menor capitalização de mercado média das empresas listadas, reflexo da deterioração do cenário macroeconômico brasileiro.

Assim, a BM&FBOVESPA encerrou o ano de 2014 com Receita Total (antes das deduções de PIS/COFINS e ISS) de R\$2.246.452 mil, queda de 5,0% em relação a 2013. Essa redução foi observada em ambos os segmentos, assim como em outras receitas (não ligadas à negociação e liquidação).

Do ponto de vista de eficiência na gestão de despesas, a administração continuou concentrando esforços para manter o crescimento das despesas ajustadas abaixo da inflação média da economia, de R\$575.763 mil em 2013 para R\$592.349 mil em 2014, alta de apenas 2,9% no período. Além disso, foi mantido o compromisso de retornar capital aos acionistas por meio da combinação de pagamento de proventos e recompra de ações, sem comprometer a robustez de balanço da Companhia.

O resultado operacional consolidado apresentou queda de 8,2%, de R\$1.335.824 mil em 2013 para R\$1.226.363 mil em 2014, enquanto que o lucro líquido (atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA) apresentou queda de 9,7% no mesmo comparativo, de R\$1.081.516 mil em 2013 para R\$977.053 mil em 2014.

A administração acredita que os investimentos feitos em produtos e tecnologias são determinantes para aumentar e diversificar ainda mais as receitas da Companhia, melhorar a qualidade dos serviços ofertados e também consolidar a eficiência e solidez do mercado de capitais brasileiro e que os frutos da execução do seu plano estratégico continuarão a ser colhidos nos próximos anos. Por fim, a BM&FBOVESPA está bem posicionada para capturar as oportunidades que continuarão a ser oferecidas pelo mercado brasileiro, embora seja importante reconhecer que o ambiente verificado ao final de 2014 mostrou-se mais desafiador, principalmente em decorrência da deterioração do cenário macroeconômico local.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia (consolidado) apresentou as seguintes composições: (i) em 31 de dezembro de 2015, 30,2% de capital de terceiros e 69,8% de capital próprio; (ii) em 31 de dezembro de 2014, 24,8% de capital de terceiros e 75,2% de capital próprio; (iii) em 31 de dezembro de 2013, 24,9% de capital de terceiros e 75,1% de capital próprio, conforme tabela abaixo.

(em milhares de Reais)	2015	%	2014	%	2013	%
Passivo Circulante e Não Circulante	7.956.682	30,2%	6.275.079	24,8%	6.394.730	24,9%
Patrimônio Líquido	18.352.213	69,8%	18.988.403	75,2%	19.298.892	75,1%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	26.308.895	100,0%	25.263.482	100,0%	25.693.622	100,0%

Referente ao capital de terceiros, há uma parcela de passivo oneroso relacionada, principalmente, à emissão de dívida no exterior realizada em 16 de julho de 2010 (ver item 10.1.f).

Assim, a Companhia apresenta níveis conservadores de alavancagem, seja considerando recursos de terceiros em geral (passivo circulante e passivo não-circulante) ou apenas o passivo oneroso total (endividamento e juros sobre o endividamento), apresentado a seguir.

(em milhares de Reais)	2015	%	2014	%	2013	%
Passivo Oneroso Total	2.454.265	11,8%	1.666.491	8,1%	1.468.322	7,1%
Juros a pagar sobre emissão de dívida no exterior e empréstimos	70.181		47.368		42.129	
Emissão de dívida no exterior e empréstimos	2.384.084		1.619.123		1.426.193	
Patrimônio Líquido	18.352.213	88,2%	18.988.403	91,9%	19.298.892	92,9%
Passivo Oneroso Total e Patrimônio Líquido	20.806.478	100,0%	20.654.894	100,0%	20.767.214	100,0%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A BM&FBOVESPA é uma empresa que possui alta geração de caixa, o que pode ser evidenciado pelo resultado operacional consolidado, que totalizou R\$1.365.978 mil em 2015, R\$1.226.363 mil em 2014 e R\$1.335.824 mil em 2013; pela margem operacional consolidada que ficou em 61,6% em 2015, 60,4% em 2014 e 62,8% em 2013; e pelo lucro líquido atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA de R\$1.694.973 mil em 2015³, R\$977.053 mil em 2014 e R\$1.081.516 mil em 2013.

As disponibilidades e aplicações financeiras consolidadas de curto e longo prazos alcançaram R\$10.054.994 mil (38,2% do ativo total) em 2015, incluindo R\$4.853.598 referente a ações do CME Group e Bolsa de Comercio de Santiago; R\$3.855.527 mil (15,3% do ativo total) em 2014 e R\$4.870.760 mil (18,8% do ativo total) em 2013. Vale destacar que as disponibilidades e aplicações financeiras incluem garantias recebidas em operações, registradas no passivo circulante, que totalizaram R\$1.338.010 mil em 2015, R\$1.321.935 mil em 2014 e R\$2.072.989 mil em 2013.

O indicador de endividamento líquido ficou em R\$6.213.495 mil negativo em 2015 (incluindo R\$4.853.598 referente a ações do CME Group e Bolsa de Comercio de Santiago contabilizadas como aplicações financeira), R\$820.812 mil negativo em 2014 e R\$1.279.524 mil negativo em 2013, refletindo a baixa alavancagem financeira que proporciona uma elevada capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros (ver item 10.1.f). Também vale observar que a BM&FBOVESPA possui uma política de aplicação dos saldos em caixa que privilegia a preservação do capital, alocando recursos em investimentos altamente conservadores, com altíssima liquidez e baixíssimo risco, o que se traduz em proporção expressiva de posições que possuem risco soberano brasileiro, majoritariamente pós-fixados na taxa de juros básica (CDI/Selic). Por isso, entendemos que a Companhia apresenta plenas condições para honrar os seus compromissos financeiros de curto e longo prazos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não-circulantes da Companhia é a sua própria geração de caixa operacional, a qual é suficiente para suportar as necessidades de capital de giro.

Atualmente, a Companhia também utiliza operações de mercado de capitais (*Senior Unsecured Notes* emitidas em 2010) como alternativa de financiamento de seus investimentos. As características do endividamento estão descritos no item 10.1.f. deste formulário.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme mencionado anteriormente, a BM&FBOVESPA tem como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes a sua própria geração de caixa operacional.

A Companhia ainda poderá avaliar alternativas complementares de fontes de financiamento por meio da contratação de empréstimos bancários, financiamentos junto a agências de fomento e do acesso aos mercados de capitais local e no exterior.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 16 de julho de 2010, a BM&FBOVESPA emitiu *Senior Unsecured Notes*, com valor nominal total de US\$612.000 mil, ao preço de 99,635% do valor nominal, o que resultou numa captação líquida de US\$609.280 mil (equivalentes na data a R\$1.075.323 mil). A taxa de juros é de 5,50% ao ano, com pagamento semestral nos meses de janeiro e julho e com principal vencendo em 16 de julho de 2020. O custo efetivo foi de 5,64% ao ano, o que inclui o deságio e outros custos relacionados à captação, dos quais os principais são: taxa pela classificação de crédito da emissão pelas agências de *rating* Standard & Poor's e Moody's, taxa dos bancos estruturadores, custos relacionados à custódia, listagem, além dos custos legais. Os recursos advindos da emissão foram utilizados para a aquisição adicional da participação acionária no CME Group na mesma data, passando de 1,8% para 5%.

O saldo atualizado do empréstimo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 2.454.265 mil, que inclui o montante de R\$70.181 mil referentes aos juros da operação; em 31 de dezembro de 2014 era de R\$1.666.491 mil, que inclui o montante de R\$47.368 mil referentes aos juros da operação; em 31 de dezembro de 2013 era de R\$1.468.322 mil, que inclui o montante de R\$42.129 mil referentes aos juros da operação. Já o valor justo da dívida, apurado com dados de

³ Descontados os impactos líquidos de imposto com *impairment* (R\$1.097.370 mil) e os impactos extraordinários relacionados ao CME Group (R\$1.604.635 mil), descritos no item 10.1.h.

mercado, era de R\$ 2.380.489 mil em 31 de dezembro de 2015 (Fonte: Bloomberg).

A partir de 16 de julho de 2010, as variações da taxa de câmbio do principal da dívida foram consideradas como instrumento de cobertura, com o objetivo de proteger o risco de variação cambial incidente sobre parte equivalente a US\$612.000 mil (*notional*) do investimento no CME Group. Em setembro de 2015, devido à descontinuidade do *hedge* de investimento líquido (Nota Explicativa nº 7(a) – Demonstração Financeira do exercício de 2015), a BM&FBOVESPA elaborou um novo documento de *hedge* (*hedge* de fluxo de caixa) para proteção de parte do risco cambial das ações do CME Group que permaneceram sob a sua titularidade. Para tanto, efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do *hedge*, (ii) tipo de *hedge*, (iii) natureza do risco a ser coberto, (iv) identificação do objeto de cobertura (*hedged item*), (v) identificação do instrumento de cobertura (*hedging instrument*), (vi) demonstração da correlação do *hedge* e objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo) e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A Companhia adota como metodologia de teste de efetividade retrospectiva a razão dos ganhos ou perdas acumuladas no instrumento de *hedge* com os ganhos ou perdas do objeto de *hedge* (*Dollar offset method on a cumulative and spot basis*). Para a demonstração prospectiva, a BM&FBOVESPA utiliza cenários de estresse aplicados sobre a margem de efetividade (80% a 125%). A aplicação dos citados testes de efetividade não revelaram quaisquer inefetividade em 31 de dezembro de 2015.

Abaixo apresentamos o montante do endividamento oneroso líquido da Companhia, cujos valores são inferiores às disponibilidades e aplicações financeiras⁴ da Companhia:

Indicador (em milhares de reais)	2015⁵	2014	2013
Endividamento oneroso bruto	2.454.265	1.666.491	1.468.322
(-) Disponibilidades e Aplicações Financeiras (exclui "garantias recebidas em operações" e "proventos e direitos sobre títulos em custódia" e inclui valor de mercado das ações do CME Group e Bolsa de Comercio de Santiago)	(8.667.760)	(2.487.303)	(2.747.846)
Endividamento oneroso líquido	(6.213.495)	(820.812)	(1.279.524)

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial no curso normal de seus negócios com algumas das principais instituições financeiras do país, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro. Além disso, não possuímos em nosso passivo não-circulante, outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Considerando a ordem de precedência em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nos passivos circulante e não-circulante dos balanços patrimoniais da Companhia é a descrita a seguir:

- Garantias recebidas em operações: os ativos depositados perante as Câmaras de Compensação e Liquidação como garantia de operações estão a elas vinculados até o limite das obrigações assumidas, e não serão afetados em caso de falência ou recuperação judicial, nos termos dos artigos 6º e 7º da Lei 10.214/01 e 193 e 194 da Lei 11.101/05.
- Créditos fiscais e trabalhistas (salários e encargos sociais; provisão para impostos e contribuições a recolher e imposto de renda e contribuição social): estes créditos seguirão a ordem de precedência prevista no artigo 83 da Lei 11.101/05.
- As demais obrigações previstas nos passivos circulante e não-circulante das Demonstrações Financeiras da BM&FBOVESPA relativas ao exercício social encerrado em 2015 são quirográficas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O contrato que rege as *Senior Unsecured Notes* impõe certas limitações de praxe do mercado de dívida internacional e que a Companhia entende que não restringem sua atividade operacional e financeira. As principais são:

- Limitação de criação de obrigações com colaterais pela Companhia e por suas subsidiárias (*Limitation on Liens*);
- Limitação de venda e arrendamento mercantil de ativos imobilizados (*Limitation on Sale and Lease-Back Transactions*);

⁴ Para o cálculo do indicador de endividamento oneroso líquido, os valores das "garantias recebidas em operações" e dos "proventos e direitos sobre títulos em custódia", registrados no passivo circulante, foram deduzidos da soma das "disponibilidades" e "aplicações financeiras", registradas no ativo circulante e realizável a longo prazo, com o objetivo de melhor demonstrar a real disponibilidade de recursos da Companhia.

⁵ Disponibilidades e aplicações financeiras incluem R\$4.853.598 referente a ações do CME Group e Bolsa de Comercio de Santiago.

- Será permitida a criação de novas obrigações (*General Liens Basket*) mesmo com as restrições acima mencionadas desde que a soma (i) do principal consolidado de todas as obrigações garantidas por colateral, excluindo colaterais permitidos na cláusula de exceções (*Permitted Liens*), e (ii) da dívida atribuída às operações de venda e arrendamento mercantil, inclusive das subsidiárias, não exceda 20% do ativo tangível consolidado do grupo;
- Limitação de fusão, consolidação e combinação de negócio (*Limitation on Mergers, Consolidations or Business Combinations*) a menos que a companhia resultante assuma o pagamento do principal e juros sobre as notas e o cumprimento de todas as demais obrigações e condições.

Entretanto, essas restrições estão sujeitas a uma série de exceções também previstas contratualmente.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, pois a Companhia não possui outros financiamentos além dos descrito no item 10.1.f.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras de 2015 foram impactadas pelo reconhecimento de *impairment* no ativo Bovespa Holding, sem impacto caixa, e pela alienação, em 9 de setembro, de 20% das ações detidas pela BM&FBOVESPA no CME Group (de 5% para 4% do capital do CME Group) que, em conjunto com outros aspectos qualitativos e quantitativos, ocasionou a descontinuidade do método de equivalência do investimento no CME Group, sem impacto caixa, conforme detalhado a seguir:

A BM&FBOVESPA está rerepresentando os saldos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, de acordo com os critérios definidos no CPC 32/IAS 12, os quais exigem a apresentação líquida dos impostos diferidos ativos e passivos relacionados com o lucro.

Em dezembro de 2014, a participação da BM&FBOVESPA na BBM foi descontinuada. Como consequência, para os anos de 2013 e 2014, a contribuição da BBM às receitas, despesas e resultado financeiro da BM&FBOVESPA foi reclassificada para Resultado líquido das operações descontinuadas, dentro da demonstração de resultados consolidada.

As tabelas abaixo apresentam informações financeiras selecionadas dos três últimos exercícios sociais da Companhia (encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013). Com o objetivo de proporcionar o melhor entendimento do nosso desempenho, estão sendo apresentadas, na visão da diretoria, somente as principais contas e suas variações, considerando-se os seguintes critérios de materialidade:

- demonstração de resultados (consolidado): linhas de receita que representaram mais do que 3,0% da receita líquida do exercício de 2015; linhas de despesas que representaram mais de 5,0% (em módulo) da receita líquida do exercício de 2015; linhas de resultados e deduções/impostos;
- balanço patrimonial (consolidado): principais linhas, além daquelas que representaram mais do que 4,0% do total do ativo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; e
- outras linhas consideradas importantes pela administração para explicar os resultados da Companhia, incluindo fatos extraordinários e/ou não recorrentes ou demais informações que possibilitem aos investidores uma melhor compreensão das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados (consolidado) <i>(em milhares de R\$, exceto porcentagens)</i>	2015	AV (%)	2014	AV (%)	2013	AV (%)	Var. (%) 2015/2014	Var. (%) 2014/2013
Receita total	2.458.847	110,9 %	2.246.452	110,6 %	2.364.956	111,2 %	9,5%	-5,0%
Neg. e/ou Liq - BM&F	1.074.531	48,5%	866.577	42,7%	916.530	43,1%	24,0%	-5,5%
Derivativos	1.053.513	47,5%	850.607	41,9%	897.098	42,2%	23,9%	-5,2%
Neg. e/ou Liq. - Bovespa	903.016	40,7%	977.373	48,1%	1.023.978	48,2%	-7,6%	-4,6%
Negociação - emolumentos de pregão	146.645	6,6%	162.620	8,0%	192.985	9,1%	-9,8%	-15,7%
Transações - compensação e liquidação	734.866	33,2%	793.493	39,1%	804.570	37,8%	-7,4%	-1,4%
Outras receitas	481.300	21,7%	402.502	19,8%	424.448	20,0%	19,6%	-5,2%
Empréstimos de valores mobiliários	103.203	4,7%	81.203	4,0%	102.186	4,8%	27,1%	-20,5%
Depositária, custódia e back-office	130.829	5,9%	117.089	5,8%	116.305	5,5%	11,7%	0,7%
Vendors - cotações e informações de mercado	98.434	4,4%	70.032	3,4%	69.236	3,3%	40,6%	1,1%

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 18/4/2016

Deduções da receita	(242.213)	10,9%	(216.019)	10,6%	(238.318)	11,2%	12,1%	-9,4%
Receita líquida	2.216.634	100,0%	2.030.433	100,0%	2.126.638	100,0%	9,2%	-4,5%
Despesas	(850.656)	38,4%	(804.070)	39,6%	(790.814)	37,2%	5,8%	1,7%
Pessoal e encargos	(443.006)	20,0%	(354.411)	17,5%	(352.017)	16,6%	25,0%	0,7%
Processamento de dados	(122.020)	5,5%	(124.202)	6,1%	(110.423)	5,2%	-1,8%	12,5%
Depreciação e amortização	(110.857)	5,0%	(119.133)	5,9%	(119.534)	5,6%	-6,9%	-0,3%
Comunicações	(5.749)	0,3%	(13.364)	0,7%	(16.822)	0,8%	-57,0%	-20,6%
Impostos e taxas	(8.212)	0,4%	(55.590)	2,7%	(55.832)	2,6%	-85,2%	-0,4%
Diversas	(84.457)	3,8%	(65.679)	3,2%	(55.956)	2,6%	28,6%	17,4%
Resultado operacional	1.365.978	61,6%	1.226.363	60,4%	1.335.824	62,8%	11,4%	-8,2%
Redução ao valor recuperável de ativos	(1.662.681)	75,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Resultado de equivalência patrimonial	136.245	6,1%	212.160	10,4%	171.365	8,1%	-35,8%	23,8%
Descontinuidade do método de equivalência patrimonial	1.734.889	78,3%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Resultado de alienação de investimentos em coligadas	723.995	32,7%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Resultado financeiro	508.796	23,0%	208.157	10,3%	180.695	8,5%	144,4%	15,2%
Receitas financeiras	745.707	33,6%	361.761	17,8%	298.868	14,1%	106,1%	21,0%
Despesas financeiras	(236.911)	10,7%	(153.604)	7,6%	(118.173)	5,6%	54,2%	30,0%
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.807.222	126,6%	1.646.680	81,1%	1.687.884	79,4%	70,5%	-2,4%
Imposto de renda e contribuição social	(603.764)	27,2%	(660.959)	32,6%	(606.588)	28,5%	-8,7%	9,0%
Corrente	(45.558)	2,1%	(104.159)	5,1%	(60.097)	2,8%	-56,3%	73,3%
Diferido	(558.206)	25,2%	(556.800)	27,4%	(546.491)	25,7%	0,3%	1,9%
Resultado líquido das operações continuadas	2.203.458	99,4%	985.721	48,5%	1.081.296	50,8%	123,5%	-8,8%
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	0,0%	(7.807)	0,4%	(349)	0,0%	-100,0%	2137,0%
Lucro líquido do período	2.203.458	99,4%	977.914	48,2%	1.080.947	50,8%	125,3%	-9,5%
Margem Líquida	99,4%	0,0%	48,2%	0,0%	50,8%	106,4%	-5,2%	
Atribuídos aos:								
Acionistas da BM&FBOVESPA - Operações Continuadas	2.202.238	99,4%	977.053	48,1%	1.081.516	50,9%	125,4%	-9,7%

Balanco patrimonial (consolidado) <i>(em milhares de R\$, exceto porcentagens)</i>	2015	AV (%)	2014	AV (%)	2013	AV (%)	Var. (%) 2015/2014	Var. (%) 2014/2013
ATIVO								
Circulante	8.673.786	33,0%	2.785.239	11,0%	4.319.483	16,8%	211,4%	-35,5%
Disponibilidades	440.845	1,7%	500.535	2,0%	1.196.589	4,7%	-11,9%	-58,2%
Aplicações financeiras	7.798.529	29,6%	1.962.229	7,8%	2.853.393	11,1%	297,4%	-31,2%
Não-circulante	17.635.109	67,0%	22.478.243	89,0%	21.374.139	83,2%	-21,5%	5,2%
Realizável a longo prazo	1.961.426	7,5%	1.522.541	6,0%	932.387	3,6%	28,8%	63,3%
Aplicações financeiras	1.815.620	6,9%	1.392.763	5,5%	820.778	3,2%	30,4%	69,7%
Investimentos	30.635	0,1%	3.761.300	14,9%	3.346.277	13,0%	-99,2%	12,4%
Participações em coligada	-	0,0%	3.729.147	14,8%	3.312.606	12,9%	-100,0%	12,6%
Intangível	15.189.954	57,7%	16.773.216	66,4%	16.672.325	64,9%	-9,4%	0,6%
Ágio	14.401.628	54,7%	16.064.309	63,6%	16.064.309	62,5%	-10,4%	0,0%

Total do ativo	26.308.895	100,0%	25.263.482	100,0%	25.693.622	100,0%	4,1%	-1,7%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Circulante	2.096.785	8,0%	1.891.833	7,5%	2.710.846	10,6%	10,8%	-30,2%
Garantias recebidas em operações	1.338.010	5,1%	1.321.935	5,2%	2.072.989	8,1%	1,2%	-36,2%
Não-circulante	5.859.897	22,3%	4.383.246	17,4%	3.683.884	14,3%	33,7%	19,0%
Emissão de dívida no exterior	2.384.084	9,1%	1.619.123	6,4%	1.426.193	5,6%	47,2%	13,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.272.276	12,4%	2.584.525	10,2%	2.092.737	8,1%	26,6%	23,5%
Patrimônio líquido	18.352.213	69,8%	18.988.403	75,2%	19.298.892	75,1%	-3,4%	-1,6%
Capital social	2.540.239	9,7%	2.540.239	10,1%	2.540.239	9,9%	0,0%	0,0%
Reserva de capital	14.300.310	54,4%	15.220.354	60,2%	16.056.681	62,5%	-6,0%	-5,2%
Total do passivo e patrimônio líquido	26.308.895	100,0%	25.263.482	100,0%	25.693.622	100,0%	4,1%	-1,7%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Receita Total: a BM&FBOVESPA encerrou 2015 com Receita Total (antes das deduções de PIS/COFINS e ISS) de R\$2.458.847 mil, alta de 9,5% em relação a 2014. Esse desempenho é explicado pelo aumento das receitas do Segmento BM&F e de outras linhas de negócios não relacionadas a volumes (não ligadas à negociação e liquidação).

Sistemas de negociação, compensação e liquidação - BM&F: atingiram R\$1.074.531 mil (43,7% da receita total), alta de 24,0% sobre 2014, resultado do crescimento de 10,7% no volume médio negociado diário combinado com a alta de 12,3% da RPC média.

Sistemas de negociação, compensação e liquidação - Bovespa: somaram R\$903.016 mil em 2015 (36,7% da receita total), 7,6% inferior a 2014, refletindo a queda de 6,9% no volume financeiro médio diário e a redução da representatividade do volume de derivativos no total do segmento.

Negociação - emolumentos de pregão: totalizaram R\$146.645 mil em 2015, de R\$162.620 mil em 2014, queda de 9,8%.

Transações - compensação e liquidação: totalizaram R\$734.866 mil em 2015, de R\$793.493 mil em 2014, queda de 7,4%.

Outras receitas: atingiram R\$481.300 mil (19,6% da receita total), alta de 19,6% em relação a 2014. As principais variações nessas linhas de receitas não ligadas a volumes negociados foram:

Empréstimo de Valores Mobiliários: em 2015, a receita totalizou R\$103.203 mil (4,2% da receita total), alta de 27,1% sobre 2014, resultado da elevação de 18,3% do volume financeiro dos contratos em aberto combinada com a alteração de políticas comerciais para alguns grupos de clientes, em jan/15.

Depositária, Custódia e Back-office: totalizou R\$130.829 mil em 2015 (5,3% da receita total), aumento de 11,7% na comparação com 2014, devido, principalmente, ao crescimento de 20,3% das receitas geradas pelo Tesouro Direto, que atingiram R\$34.668 mil em 2015, e às alterações nas políticas comerciais adotadas pela depositária a partir de abr/15.

Vendors: totalizou R\$98.434 mil em 2015 (4,0% da receita total), crescimento de 40,6% sobre o mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo da entrada em vigor, em jul/15, da nova política comercial e da desvalorização do Real frente ao Dólar, dado que 62,0% dessa linha de receita estava denominada na moeda norte-americana.

Deduções da Receita: somaram R\$242.213 mil em 2015, aumento de 12,1% em relação a 2014, em linha com o aumento da receita total.

Receita Líquida: devido às variações citadas acima, a receita líquida apresentou alta de 9,2%, de R\$2.030.433 mil em 2014 para R\$2.216.634 mil em 2015.

Despesas: totalizaram R\$850.656 mil em 2015, alta de 5,8% em relação ao ano anterior, significativamente abaixo da

inflação do período de 10,7%. Os principais destaques foram:

Pessoal e encargos: atingiram R\$443.006 mil, aumento de 25,0% em relação ao ano anterior, resultado, principalmente, dos impactos do dissídio anual de aproximadamente 9%, aplicado a partir de ago/15, e da adoção em 2015, da concessão de ações como instrumento de incentivo de longo prazo da Companhia. As despesas do plano de concessão de ações atingiram R\$98.981 mil em 2015 e incluem: (i) despesas recorrentes de R\$40.325 mil referentes ao valor do principal concedido aos beneficiários e de R\$26.442 mil referentes ao provisionamento do valor dos encargos que serão recolhidos quando da entrega de ações aos beneficiários; e (ii) despesas não recorrentes de R\$32.213 mil relativas ao cancelamento do plano de outorga de opções, como detalhado no Comunicado ao Mercado de 4 de fevereiro de 2015. Excluído o impacto com programas de incentivo de longo prazo em 2014 e 2015, as despesas com pessoal e encargos teriam crescido 5,7% no período, refletindo os esforços da Companhia na administração do quadro de funcionários.

Processamento de dados: somaram R\$122.020 mil, pequena queda de 1,8% sobre 2014.

Depreciação e amortização: totalizaram R\$110.857 mil, queda de 6,9% explicada pela conclusão da depreciação e amortização de equipamentos e sistemas combinada com a recapitalização de equipamentos utilizados no desenvolvimento da segunda fase da nova Clearing integrada da BM&FBOVESPA.

Comunicações: atingiram R\$5.749 mil, queda de 57,0% em relação a 2014, consequência da bem sucedida implantação de mudanças e racionalização do processo de envio dos extratos de custódia e avisos de negociação aos investidores.

Impostos e taxas: atingiram R\$8.212 mil, queda de 85,2% em relação a 2014, refletindo principalmente a mudança na contabilização dos impostos sobre dividendos recebidos do CME Group, que passaram a impactar a base de cálculo de imposto de renda e contribuição social da BM&FBOVESPA.

Diversas: as despesas diversas atingiram R\$84.457 mil, alta de 28,6% em relação a 2014, resultado: i) da alta do custo de energia elétrica; ii) do crescimento de R\$3.616 mil do valor de provisões; e iii) da baixa de investimento (não recorrente) de R\$6.401 mil no 3T15.

Resultado operacional: o resultado operacional, receita líquida depois de subtraídas as despesas, somou R\$1.365.978 mil, 11,4% superior aos R\$1.226.363 mil de 2014.

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): o ágio gerado na aquisição da Bovespa Holding em 2008 está fundamentado em expectativa de rentabilidade futura e por laudo de avaliação econômico-financeira do investimento. Conforme apontado em laudo de avaliação econômico-financeira do investimento apresentado por especialista externo e independente, foi reconhecida uma redução do valor recuperável desse ativo intangível, no montante de R\$1.662.681 mil, sem efeito caixa, refletindo a deterioração do cenário macroeconômico que afetou o Segmento Bovespa, através da redução do valor de mercado das companhias listadas e consequentemente dos volumes negociados, notadamente no último trimestre do ano. Por conseguinte, e também associado à piora das projeções da taxa de juros e do risco país para o curto e longo prazos, foi contabilizada a redução da expectativa de rentabilidade futura do Segmento Bovespa

Equivalência patrimonial: o resultado da equivalência patrimonial do investimento no CME Group somou R\$136.245 mil em 2015. A comparação com 2014 é impactada por duas mudanças: i) a partir de janeiro de 2015, a equivalência patrimonial passou a ser calculada com base no resultado após impostos do CME Group (até 2014, a base de cálculo era antes de impostos); e ii) por conta da descontinuidade do método de equivalência patrimonial (conforme mencionado no início deste item), o resultado da equivalência patrimonial foi reconhecido até 14 de setembro de 2015.

Impactos extraordinários relacionados ao CME Group: os recursos oriundos da venda de parte do investimento no CME Group totalizaram R\$1.201.346 mil e impactaram positivamente o caixa da Companhia. O resultado bruto dessa venda (resultado da alienação de investimento em coligadas) somou R\$723.995 mil e foi considerado como base para impostos que totalizaram R\$249.804 mil, gerando resultado líquido de R\$474.191 mil.

A Companhia deixou de reconhecer o investimento em ações do CME Group por meio do método de equivalência patrimonial e passou a tratá-lo como um ativo financeiro disponível para venda (ver Nota Explicativa 7 das demonstrações financeiras de 2015). Os impactos nas demonstrações financeiras são:

- Balanço patrimonial: i) o investimento deixa de ser tratado como ativo não-circulante (investimentos - participação de coligada) e passa a ser registrado como ativo financeiro disponível para venda no ativo circulante (aplicações financeiras); ii) o investimento passa ser mensurado a valor justo (marcado a mercado), sendo que as variações decorrentes dessa mensuração agora impactam o patrimônio líquido; e iii) a rubrica imposto de renda e contribuição social diferidos do passivo não-circulante passa a incluir provisão de imposto sobre potencial ganho a ser gerado por esse investimento.

⁶ Fonte: IBGE – 2015: IPCA de 12 meses acumulado - <http://www.ibge.gov.br/>

- Demonstração de resultados: i) reconhecimento de resultado da descontinuidade do método de equivalência patrimonial e imposto diferido, no montante de R\$1.734.889 mil e de R\$604.445 mil, respectivamente, ambos sem impacto caixa; e ii) a partir do 4T15 a linha de equivalência patrimonial não contempla mais o CME Group e os dividendos recebidos passam a ser contabilizados na linha de receitas financeiras, compondo a base de impostos da Companhia.

Vale destacar que a redução da participação acionária e a descontinuidade do método de equivalência patrimonial não implica em alterações nos aspectos fundamentais da parceria estratégica entre a BM&FBOVESPA e o CME Group.

Resultado financeiro: em 2015, o resultado financeiro alcançou R\$508.796 mil, alta de 144,4% sobre 2014. As receitas financeiras cresceram 106,1%, para R\$745.707 mil, principalmente como reflexo: (i) do aumento da taxa de juros e do caixa médio no período; e (ii) do recebimento de dividendos do CME Group no valor de R\$173.370 mil que, após a descontinuidade do método de equivalência patrimonial, passaram a ser contabilizados como receita financeira. Por outro lado, as despesas financeiras cresceram 54,2%, atingindo R\$236.911 mil, devido à apreciação da moeda norte-americana frente ao Real neste período, que impactou o montante dos juros relacionados à dívida emitida no exterior. Ainda, a variação cambial afetou as outras linhas do ativo e do passivo do balanço e, conseqüentemente, as receitas e despesas financeiras da Companhia, sem efeito relevante no resultado financeiro.

Resultado antes da tributação sobre o lucro: foi de R\$2.807.222 mil em 2015, alta de 70,5% sobre os R\$1.646.680 mil de 2014, devido aos impactos extraordinários relacionados ao CME Group e *impairment* descritos anteriormente.

Imposto de renda e contribuição social: totalizaram R\$603.764 mil em 2015, queda de 8,7% na comparação com 2014 explicada, principalmente, pelos impactos extraordinários relacionados ao CME Group, pelos créditos tributários gerados pela distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) e pelo *impairment* de ativo intangível.

Imposto corrente:

O imposto corrente somou R\$45.558 mil em 2015, incluindo R\$5.787 mil em impostos pago pelo Banco BM&FBOVESPA, com impacto caixa. A diferença será compensada com impostos retidos no exterior, sem impacto caixa.

Vale destacar que os impostos sobre o resultado da alienação parcial de ações do CME Group, no valor de R\$249.804 mil foram neutralizados pela redução de base fiscal proporcionada pela distribuição de JCP em 2015 e, portanto, não tiveram impacto caixa.

Imposto diferido:

O imposto diferido somou R\$558.206 mil no ano de 2015, composto por:

- Reversão de passivo fiscal diferido no montante de R\$15.208 mil (positivo), calculado como a diferença líquida entre R\$550.101 mil em imposto diferido sobre diferenças temporárias da amortização fiscal do ágio e reversão de passivo fiscal diferido no valor de R\$565.312 mil, decorrente do *impairment* sobre o ágio, ambos sem impacto caixa;
- Descontinuidade do método de equivalência patrimonial no montante de R\$604.445 mil relacionados ao reconhecimento de imposto diferido, sem impacto caixa; e
- Reversões/constituição de outros créditos fiscais de R\$31.028 mil (positivo), sem impacto caixa.

Lucro líquido do exercício: atingiu R\$2.203.458 mil em 2015, ante R\$977.914 mil em 2014. Descontados os impactos líquidos de imposto com *impairment* (R\$1.097.370 mil) e os impactos extraordinários relacionados ao CME Group (R\$1.604.635 mil), o lucro líquido foi de R\$1.696.193 mil, alta de 73,6% sobre 2014.

Lucro líquido atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA: o resultado atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA atingiu R\$2.202.238 mil em 2015. Descontados os impactos líquidos de imposto com *impairment* e os impactos extraordinários relacionados ao CME Group, o lucro líquido foi de R\$1.694.973 mil, alta de 73,5% sobre 2014, sendo esse crescimento parcialmente explicado pela redução da base de imposto gerada pela distribuição de JCP em 2015.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Receita Total: a BM&FBOVESPA encerrou 2014 com Receita de R\$2.246.452 mil, queda de 5,0% em relação a 2013. Essa redução foi observada nos Segmentos BM&F e Bovespa, assim como em outras receitas (não ligadas à negociação e liquidação).

Sistemas de negociação, compensação e liquidação - BM&F: atingiram R\$866.577 mil (38,6% da receita total), queda de 5,5% sobre 2013, a qual resulta da redução de 9,3% dos volumes negociados em comparação a 2013 que foi parcialmente neutralizada pelo aumento de 5,3% na RPC média no mesmo período.

Sistemas de negociação, compensação e liquidação - Bovespa: somaram R\$977.373 mil em 2014 (43,5% da receita

total), 4,6% inferior à de 2013. Esse resultado é reflexo da queda de 1,7% no volume médio diário combinada com menores margens de negociação, que apresentaram queda de 2,5%.

Negociação – emolumentos de pregão: caíram 15,7%, passando de R\$192.985 mil em 2013 para R\$162.620 mil em 2014, principalmente devido às alterações na política de preços, implementadas em abril de 2013, como o rebalanceamento entre os emolumentos de pregão e as taxas de compensação/liquidação e a redução dos emolumentos de pregão, aplicados a grupos distintos de investidores.

Transações – compensação e liquidação: passaram de R\$804.570 mil em 2013 para R\$793.493 mil em 2014, queda de 1,4% em parte por conta do rebalanceamento de preços entre negociação e transações, também implementadas em abril de 2013, para investidores institucionais locais e operações de *day trade*.

Outras receitas: atingiram R\$402.502 mil (17,9% da receita total), queda de 5,2% em relação a 2013. As principais variações nessas linhas de receitas não ligadas a volumes negociados foram:

Empréstimo de Valores Mobiliários: em 2014, a receita totalizou R\$81.203 mil (3,6% da receita total), queda de 20,5% em comparação ao ano anterior, devido, principalmente, à redução do volume financeiro dos contratos em aberto, cuja média de 2014 atingiu R\$32,8 bilhões, 19,6% inferior à registrada em 2013.

Depositária, Custódia e Back-office: totalizou R\$117.089 mil em 2014 (5,8% da receita total), estável em relação à receita registrada em 2013.

Vendors: totalizou R\$70.032 mil em 2014 (3,4% da receita total), estável em relação à receita registrada em 2013.

Deduções da Receita: somaram R\$216.019 mil em 2014, queda de 9,4% em relação a 2013, em linha com a queda da receita total e refletindo o aproveitamento de créditos de PIS/Cofins provenientes de insumos.

Receita Líquida: devido às variações citadas acima, a receita líquida apresentou queda de 4,5%, de R\$2.126.638 mil em 2013 para R\$2.030.433 mil em 2014.

Despesas: totalizaram R\$804.070 mil em 2014, alta de apenas 1,7% em relação ao ano anterior, significativamente abaixo da inflação do período. Os principais itens foram:

Pessoal e encargos: atingiram R\$354.411 mil, estável em relação ao ano anterior, fruto: (i) da diligente gestão do quadro de funcionários adotada pela Companhia ao longo de 2014; e (ii) do aumento dos gastos com pessoal capitalizados nos desenvolvimentos tecnológicos de 2014, cujo montante foi R\$6.073 mil superior a 2013.

Processamento de dados: somaram R\$124.202 mil, alta de 12,5% sobre 2013, refletindo, principalmente, a despesa de R\$9.505 mil relacionada à atualização da plataforma PUMA que não deve se repetir.

Depreciação e amortização: totalizaram R\$119.133 mil, estável em comparação a 2013.

Diversas: as despesas diversas atingiram R\$65.679 mil, alta de 17,4% em relação a 2013. Resultado do aumento de doações e contribuições, dentre as quais: (i) a transferência de R\$9.335 mil para a BSM, ocorrida no 4T14, com o objetivo de custear as atividades dessa instituição, bem como transferências regulares de multas por falha de liquidação financeira e entrega de ativos realizadas para a BSM, conforme estabelecido no Ofício Circular 044/2013 da BM&FBOVESPA; e (ii) contribuições ao programa educacional do governo federal chamado “Ciências sem Fronteiras” realizadas no 3T14.

Resultado operacional: o resultado operacional, receita líquida depois de subtraídas as despesas, somou R\$1.226.363 mil, 8,2% inferior aos R\$1.335.824 mil de 2013.

Equivalência patrimonial: o resultado da equivalência patrimonial do investimento no CME Group foi de R\$212.160 mil em 2014, alta de 23,8% sobre o ano anterior, refletindo a desvalorização do real perante o dólar norte-americano e a melhora do resultado do CME Group. Vale destacar que a equivalência patrimonial inclui R\$80.966 mil em impostos pagos no exterior que serão compensados pela Companhia no Imposto de Renda a pagar no Brasil.

Resultado financeiro: em 2014, o resultado financeiro alcançou R\$208.157 mil, alta de 15,2% sobre 2013. O resultado financeiro foi impactado positivamente pelo aumento nas receitas financeiras que subiram 21,0% e atingiram R\$361.761 mil em 2014, em linha com o aumento da taxa de juros. Já as despesas financeiras totalizaram R\$153.604 mil, alta de 30,0% em decorrência da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano (a maior parte da despesa financeira está relacionada aos juros dos títulos de dívida emitidos no exterior, em julho de 2010) e do pagamento não recorrente de encargos de R\$18.105 mil relacionado à adesão ao programa de REFIS (Programa de Recuperação Fiscal da Receita Federal).

Resultado antes da tributação sobre o lucro: foi de R\$1.646.680 mil em 2014, queda de 2,4% sobre os R\$1.687.884 mil de 2013.

Imposto de renda e contribuição social: somaram R\$660.959 mil em 2014. Deste total, R\$104.159 mil foram correntes (composto, principalmente, por R\$54.688 mil com impacto caixa, incluindo R\$51.318 mil em pagamentos de imposto de exercícios anteriores por meio do REFIS, e R\$49.471 mil compensados com impostos retidos no exterior). Já a linha de diferido somou R\$556.800 mil, sendo composta por: (i) constituição de passivo fiscal diferido de R\$554.576 mil sobre diferenças temporárias oriundas da amortização fiscal do ágio no ano, que não possuem efeito caixa; e (ii) constituição de créditos fiscais que totalizaram R\$2.224 mil referentes a prejuízo fiscal e base negativa e demais créditos temporários a serem utilizados pela Companhia no futuro.

Operações Descontinuadas: após avaliação dos resultados gerados pela Bolsa Brasileira de Mercadorias nos últimos anos, bem como suas perspectivas futuras, a BM&FBOVESPA reavaliou a sua participação e decidiu descontinuar-la, renunciando à sua condição de associado instituidor e aos direitos que detinha sobre títulos patrimoniais de emissão da Bolsa Brasileira de Mercadorias. Como consequência, foi gerado resultado negativo de operações descontinuadas de R\$7.807 mil, incluindo reconhecimento de perda de R\$7.539 mil decorrentes de renúncia dos títulos, calculado com base no valor do investimento detido na data de 30 de novembro de 2014.

Lucro líquido do exercício: caiu 9,5%, de R\$1.080.947 mil em 2013 para R\$977.914 mil em 2014.

Lucro líquido atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA: o resultado atribuído aos acionistas da BM&FBOVESPA caiu 9,7% em relação a 2013, passando de R\$1.081.516 mil para R\$977.053 mil, refletindo, principalmente, a queda de receitas e itens não recorrentes como a adesão ao REFIS (impacto líquido negativo de R\$63.081 mil) em agosto de 2014 e o impacto negativo de operações descontinuadas.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

ATIVO TOTAL: apresentou crescimento de 4,1%, passando de R\$25.263.482 mil em 2014 para R\$26.308.895 mil em 2015.

Ativo Circulante: alta de 211,4%, de R\$2.785.239 mil em 2014 para R\$8.673.786 mil em 2015 (33,0% do ativo total), principalmente por conta: i) da venda parcial de ações do CME Group, cujos recursos recebidos estão em aplicações financeiras; ii) da descontinuidade da equivalência patrimonial do investimento no CME Group, de forma que o valor desse investimento foi reclassificado da rubrica participação em coligadas para a rubrica aplicações financeiras.

Disponibilidades e Aplicações Financeiras (considerando as linhas do ativo circulante e não-circulante): totalizaram R\$10.054.994 mil em 2015, alta de 160,8% em relação aos R\$3.855.527 mil em 2014, devido, principalmente, aos impactos extraordinários relacionados ao CME Group, conforme já mencionado.

Ativo não-circulante: caiu 21,5%, passando de R\$22.478.243 mil em 2014 para R\$17.635.109 mil em 2015 (67,0% do ativo total).

Investimentos: apresentou queda de 99,2%, passando de R\$3.761.300 mil em 2014 para R\$30.635 mil em 2015. Conforme já mencionado, essa linha foi impactada essencialmente pela venda parcial de ações do CME Group e pela descontinuidade da equivalência patrimonial do investimento no CME Group, que ao ser reclassificado, saiu da linha Participação em Coligadas.

Intangível: caiu 9,4%, de R\$16.773.216 mil em 2014 para R\$15.189.954 mil em 2015. O ativo intangível é composto, principalmente, pelo ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição da Bovespa Holding, o qual sofreu redução do valor recuperável de R\$1.662.682 mil, como mencionado anteriormente.

Passivo circulante: apresentou alta de 10,8%, passando de R\$1.891.833 mil em 2014 para R2.096.785 mil em 2015, refletindo, principalmente, a captações realizadas pelo Banco BM&FBOVESPA.

Passivo não-circulante: totalizou R\$5.859.897 mil em 2015, alta de 33,7% comparado com R\$4.383.246 mil em 2014.

Emissão de dívida no exterior e empréstimos: passaram de R\$1.619.123 mil em 2014 para R\$2.384.084 mil em 2015, alta de 47,2%, devido à depreciação do real em relação ao dólar norte-americano no período.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: passaram de R\$2.584.525 mil em 2014 para R\$3.272.276 mil em 2015, alta de 26,6% impactado pela constituição de imposto diferido decorrente da amortização fiscal do ágio e pela descontinuidade da equivalência patrimonial do CME Group.

Patrimônio Líquido: apresentou queda de 3,4%, passando de R\$18.988.403 mil em 2014 para R\$18.352.213 mil em 2015, impactado, principalmente, pela redução do valor recuperável do ágio, conforme mencionado anteriormente.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Conforme mencionado no início deste item, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram reapresentadas, de acordo com os critérios definidos no CPC 32/IAS 12, os quais exigem a apresentação líquida dos impostos diferidos ativos e passivos relacionados com o lucro.

ATIVO TOTAL: apresentou queda de 1,7%, passando de R\$25.693.622 mil em 2013 para R\$25.263.482 mil em 2014.

Ativo Circulante: caiu 35,5%, de R\$4.319.483 mil em 2013 para R\$2.785.239 mil em 2014 (11,0% do ativo total), principalmente por conta da redução do montante de colaterais depositados em dinheiro e registrados no passivo circulante.

Disponibilidades e Aplicações Financeiras (considerando as linhas do ativo circulante e não-circulante): totalizaram R\$3.855.527 mil em 2014, queda de 20,8% em relação aos R\$4.870.760 mil em 2013, principalmente por conta da redução das garantias em dinheiro recebidas em operações (registradas no passivo circulante), que, em 2013, incluíam montante extraordinário de R\$1.154.902 mil em recursos restritos vinculados à liquidação de operações da *clearing* de câmbio.

Ativo não-circulante: teve alta de 5,2%, passando de R\$21.374.139 mil em 2013 para R\$22.478.243 mil em 2014 (89,0% do ativo total).

Investimentos: subiram 12,4%, passando de R\$3.346.277 mil em 2013 para R\$3.761.300 mil em 2014. Essa conta é composta principalmente por Participação em Coligadas, referente à participação acionária da Companhia no CME Group, no valor de R\$3.729.147 mil. A alta decorre, principalmente, da depreciação do real em relação ao dólar norte-americano e do reconhecimento de equivalência patrimonial do investimento no CME Group.

Intangível: permaneceu estável em R\$16.773.216 mil em 2014, ante R\$16.672.325 mil em 2013. O ativo intangível é composto pelo: (i) ágio, que permaneceu estável em R\$16.064.309 mil em 2014 e 2013, representando 63,6% do ativo total em 2014 e 62,0% em 2013; e (ii) *softwares* e projetos, que tiveram alta de 16,6%, passando de R\$608.016 mil em 2013 para R\$708.907 mil em 2014, devido à aquisição, implantação e ao desenvolvimento de novos *softwares* e sistemas.

Passivo circulante: apresentou queda de 30,2%, passando de R\$2.710.846 mil em 2013 para R\$1.891.833 mil em 2014. A variação é decorrente da redução do valor das garantias depositadas em dinheiro pelos participantes dos nossos mercados ao final dos períodos, que somavam R\$2.072.989 mil em 2013 e R\$1.321.935 mil em 2014, queda de 36,2%.

Passivo não-circulante: somava R\$3.683.884 mil em 2013 e R\$4.383.246 mil em 2014, alta de 19,0%.

Emissão de dívida no exterior e empréstimos: passaram de R\$1.426.193 mil em 2013 para R\$1.619.123 mil em 2014, alta de 13,5%, devido à depreciação do real em relação ao dólar norte-americano no período.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: passaram de R\$2.092.737 mil em 2013 para R\$2.584.525 mil em 2014, alta de 23,5% resultantes da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial. Esse aumento decorre de diferenças reconhecidas no período.

Patrimônio Líquido: apresentou leve queda de 1,7%, passando de R\$19.298.892 mil em 2013 para R\$18.988.403 mil em 2014.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Entre 2014 e 2015, a Receita Total apresentou alta de 9,5%, de R\$2.246.452 mil para R\$2.458.847 mil.

Sistemas de negociação, compensação e liquidação - BM&F: atingiram R\$1.074.531 mil (43,7% da receita total), alta de 24,0% sobre 2014, resultado do crescimento de 10,7% no volume médio negociado combinado com a alta de 12,3% da

RPC média.

Sistemas de negociação, compensação e liquidação - Bovespa: R\$903.016 mil em 2015 (36,7% da receita total), 7,6% inferior a de 2014, refletindo a queda de 6,9% no volume financeiro médio diário e pela redução de 19,4% da participação de derivativos de ações no volume financeiro médio diário do segmento.

Receitas não ligadas à negociação/liquidação: atingiram R\$481.300 mil (19,6% da receita total), alta de 19,6% em relação a 2014, reflexo do desempenho de certos serviços: *vendors* (+40,6%), empréstimo de ativos (+27,1%) e depositária (+11,7%).

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Entre 2013 e 2014, a Receita Total apresentou queda de 5,0%, de R\$2.364.956 mil para R\$2.246.452 mil.

Sistemas de negociação, compensação e liquidação - BM&F: atingiram R\$866,6 milhões (38,6% da receita total), queda de 5,5% sobre 2013, a qual resulta da redução de 9,3% dos volumes negociados em comparação a 2013 que foi parcialmente neutralizada pelo aumento de 5,3% na RPC média no mesmo período.

Sistemas de negociação, compensação e liquidação - Bovespa: atingiram R\$977.373 mil em 2014 (43,5% da receita total), 4,6% inferior a de 2013. Esse resultado é reflexo da queda de 1,7% no volume médio diário combinada com menores margens de negociação, que apresentaram queda de 2,5%.

Receitas não ligadas à negociação/liquidação: atingiram R\$402.502 mil (17,9% da receita total), queda de 5,2% em relação a 2013.

b. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Ao longo de 2015, os mercados administrados pela BM&FBOVESPA foram impactados de maneira distinta pela deterioração da economia brasileira e pelas mudanças no cenário global. A elevação do nível de volatilidade do mercado e a forte depreciação do real frente ao dólar norte-americano afetaram positivamente a receita do Segmento BM&F, o volume médio diário negociado de contratos atingiu 2,9 milhões de contratos em 2015, alta de 10,7% em comparação ao ano anterior, com destaque para os contratos de Taxa de juros em US\$ e Mini contratos, que são referenciados em dólares, cujos crescimentos foram de 31,7% e 67,5%, respectivamente. Já no Segmento Bovespa observou-se importante redução no valor de mercado das companhias listadas de R\$2,39 trilhões em 2014 para R\$2,21 trilhões em 2015 e consequentemente dos volumes negociados, que fechou o ano em R\$6,79 bilhões, 6,9% menor em relação ao ano anterior.

O grupo de outras receitas não relacionadas a volumes negociados nos mercados de ações e derivativos também apresentou crescimento no ano, alta de 19,6% em relação a 2014, refletindo, notadamente, os aprimoramentos nas políticas comerciais da Companhia, o crescimento do mercado de empréstimo de ações, da plataforma Tesouro Direto e a desvalorização do câmbio que impactou positivamente as receitas de *vendors*.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

O exercício de 2014 foi marcado pelo processo eleitoral brasileiro que teve uma disputa bastante acirrada para Presidência da República, gerando aumento da volatilidade e dos volumes negociados no período pré-eleição. No entanto, esse aumento da atividade de mercado no segundo semestre não foi suficiente para compensar os baixos volumes verificados na primeira parte do ano, de forma que no acumulado do ano houve queda de volumes tanto no Segmento BM&F como no Segmento Bovespa em relação a 2013.

No caso do Segmento BM&F, a redução do volume médio diário negociado de contratos foi de 9,3%, influenciada, principalmente, pelo desempenho dos contratos de taxa de juros em reais que são os mais negociados desse segmento. Já no Segmento Bovespa, o volume financeiro médio negociado diariamente apresentou pequena queda de 1,7%, seguindo, em grande medida, a menor capitalização de mercado média das empresas listadas, reflexo da deterioração do cenário macroeconômico brasileiro.

c. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

- Sistemas de negociação, compensação e liquidação - BM&F: além do aumento de 10,7% do volume de contratos

negociados, essa linha de receita foi impactada positivamente: (i) pelo aumento na RPC média de contratos cujos preços são referenciados em dólares, notadamente, taxa de câmbio (+37,6%) e taxa de juros em dólar (+42,2%), uma vez que houve valorização de 40,7%⁷ do dólar médio; e (ii) pela alteração da política comercial para investidores que utilizam ferramentas de acesso eletrônico direto ("DMA", do inglês Direct Market Access) realizada a partir de jan/15.

- Sistemas de negociação, compensação e liquidação - Bovespa: essa linha de receita foi impactada negativamente pela queda de 6,9% no volume financeiro médio diário.
- Empréstimo de ativos: essa linha de receita foi impactada positivamente pela elevação de 18,3% do volume financeiro dos contratos em aberto combinada com a alteração de políticas comerciais para alguns grupos de clientes a partir de jan/15.
- Depositária: essa linha de receita foi impactada positivamente: (i) pelo crescimento do Tesouro Direto, cujo estoque médio registrado cresceu 46,8% e (ii) por alterações nas políticas comerciais adotadas pela depositária a partir de abr/15.
- Vendors: essa receita foi impactada positivamente: (i) pela entrada em vigor, em jul/15, de nova política comercial e pela desvalorização do Real frente ao dólar, dado que 62,0% dessa linha de receita estava denominada na moeda norte-americana.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

- Sistemas de negociação, compensação e liquidação - BM&F: a variação da taxa de câmbio entre 2014 e 2013 impactou positivamente a RPC média dos contratos de taxa de câmbio (+5,3%), e dos contratos de taxa de juros em dólar norte-americano (+5,1%), uma vez que ambos os contratos são referenciados em dólares e, em comparação a 2013, houve uma valorização de 8,6% do dólar médio⁸.
- Sistemas de negociação, compensação e liquidação - Bovespa: em abril de 2013, houve redução nos preços de negociação no mercado a vista de ações para investidores estrangeiros e individuais, rebalanceamento dos preços de negociação/pós-negociação para investidores institucionais locais e desconto por volume para *day trades* nos mercados a vista e de opções, que prejudicaram a comparação das linhas de receita de negociação e pós-negociação entre 2014 e 2013.
- Vendors: essa receita foi impactada positivamente pela apreciação do dólar norte-americano frente ao Real, considerando que cerca de metade da receita vêm de clientes estrangeiros que pagam na moeda norte-americana.

d. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro, quando relevante

A elevação da taxa de juros teve impacto positivo no resultado financeiro da Companhia, pois foi base de remuneração de aplicações financeiras que totalizavam R\$5.201.396 mil em 31 de dezembro de 2015, (exclui R\$4.853.598 mil em ações do CME Group e da Bolsa de Comercio de Santiago), R\$3.354.992 em 31 de dezembro de 2014 e R\$3.674.171 em 31 de dezembro de 2013.

A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano trouxe os seguintes efeitos: (i) aumento do preço médio dos contratos de derivativos de futuro de câmbio, futuro de taxa de juros em dólar e commodities, uma vez que esses contratos são referenciados na moeda norte-americana, conforme item 10.2.c; (ii) elevação da despesa financeira, pois o passivo oneroso refere-se aos juros da emissão de *Senior Unsecured* Notes em dólares norte-americanos, conforme item 10.1.b; (iii) elevação da receita financeira, a partir de setembro de 2015, os dividendos recebidos do CME Group passaram a compor essa linha; e (iv) alta das receitas de Vendors, conforme item 10.2.c.

A inflação tem influência nas despesas da companhia, principalmente aquelas relacionadas à Pessoal e encargos, conforme item 10.1.h deste Formulário. Em razão do acordo coletivo realizado em agosto de cada ano, os salários e encargos são majorados e, nos últimos anos, apresentado em linha com o IPCA.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades durante o exercício social encerrado em 31

⁷ Considera a variação da média da PTAX de fechamento no final dos meses de dez/13 até nov/14 (base para 2014) e dez/14 até nov/15 (base para 2015).

⁸ Considera a variação da média da PTAX de fechamento no final dos meses de dez/12 a nov/13 (base para 2013) e dez/13 a nov/14 (base para 2014).

de dezembro de 2015 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Com o objetivo de rebalancear a composição dos ativos da Companhia, a BM&FBOVESPA reduziu a sua participação acionária no CME Group, através da alienação de 20% de seu investimento, conforme informou em 9 de setembro de 2015, através de comunicado ao mercado.

A administração revisitou sua avaliação acerca da influência significativa exercida sobre o CME Group, considerando os fatores quantitativos e qualitativos atuais, e concluiu que houve a descaracterização de "influência significativa", conforme definida pelo CPC 18. Tal avaliação levou a Companhia a reclassificar sua posição acionária no período da rubrica "Participação em coligada", mensurada pelo método de equivalência patrimonial para a rubrica de "Aplicações financeiras - disponíveis para venda", mensuradas ao seu valor de mercado.

Vale destacar que a redução da participação acionária e a descontinuidade do método de equivalência patrimonial não implica em alterações nos aspectos fundamentais da parceria estratégica entre a BM&FBOVESPA e o CME Group, a qual já rendeu valiosos frutos no desenvolvimento de tecnologias, aquisição de know-how, roteamento de ordens, listagem cruzada de produtos e aproximação a clientes globais que operam em nosso mercado atualmente.

No primeiro semestre de 2015, a BM&FBOVESPA adquiriu 8,3% da Bolsa de Comercio de Santiago, no Chile, em investimento de R\$43.633 mil. Tal movimento faz parte da estratégia da Companhia em explorar oportunidades de parceria com outras bolsas e de investir em oportunidades de expansão em atividades adjacentes ao seu negócio.

c. eventos ou operações não usuais

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

O ágio gerado na aquisição da Bovespa Holding está fundamentado em expectativa de rentabilidade futura e por laudo de avaliação econômico-financeira do investimento.

As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros da BM&FBOVESPA, no Segmento BOVESPA (Unidade Geradora de Caixa – UGC), foram baseadas na análise de sua performance nos últimos anos, na análise e nas expectativas de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da Administração.

A BM&FBOVESPA utiliza especialista externo e independente para auxiliar na mensuração do valor recuperável do ativo (valor em uso). O laudo apresentado pelo especialista revelou a necessidade de ajuste negativo ao valor contábil do ágio em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$1.662.681 mil.

Stock options – Incentivo de Longo Prazo

Em 04 de fevereiro de 2015, a BM&FBOVESPA ofereceu a beneficiários de outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da BM&FBOVESPA a alternativa de (i) permanecer titular de suas opções, ou (ii) cancelar o saldo de opções, recebendo valor em dinheiro para o caso das opções que já cumpriram o prazo de carência (opções *vested*) e ações de emissão da BM&FBOVESPA a serem transferidas aos beneficiários em datas futuras, no caso das opções que ainda não cumpriram tal prazo (opções não-*vested*). As ações recebidas na hipótese de cancelamento das opções não-*vested* serão vinculadas ao Plano de Concessão de Ações aprovado pela Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2014.

O valor pago em dinheiro pelo cancelamento das opções *vested* será tratado nas Demonstrações Financeiras da Companhia da seguinte maneira: (i) R\$56.372 mil referentes ao principal, reconhecidos contra o Patrimônio Líquido, no primeiro trimestre de 2015, não impactando o resultado do período, tendo em vista que tais opções já haviam afetado a despesa da Companhia em exercícios anteriores (nos termos do citado CPC 10 (R1)); e (ii) R\$33.507 mil referentes ao pagamento de encargos, reconhecidos como despesa de pessoal ao longo de 2015 (cerca de 80% no primeiro trimestre), sendo o impacto líquido no resultado, após a dedutibilidade para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, de R\$22.784 mil.

No caso das opções não-*vested*, as despesas de pessoal relacionadas ao plano de opções, sem impacto de caixa, com as quais a Companhia já estava comprometida e que seriam reconhecidas entre 2015 e 2018, serão substituídas pelas despesas relacionadas ao Plano de Concessão de Ações ao longo do mesmo período, também sem impacto de caixa. Como a transição foi realizada a Valor Justo, os valores originais das Opções (ora canceladas) seguirão como base de referência para as despesas das ações (nos termos do CPC 10 (R1)), não havendo mudança no valor a ser apurado ao longo do tempo. O único impacto adicional decorrerá dos encargos (60,3% aplicados sobre os valores a serem transferidos na forma de ações aos Beneficiários) que serão provisionados e reconhecidos como despesa de pessoal proporcional a cada ano e impactarão o caixa da Companhia, para quase sua totalidade, na data de transferência das

ações. Ou seja, ao longo de 2015 serão provisionados encargos relativos às ações que serão transferidas aos Beneficiários em janeiro de 2016 e assim sucessivamente.

Não ocorreram, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia, além do mencionado acima.

10.4 - Comentários dos diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

No exercício de 2015 não existem ressalvas e ênfases no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

No relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, constava a seguinte ênfase: "As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A opinião do auditor não está ressalvada em função desse assunto."

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimento em controladas e coligadas. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais passaram a estar em plena conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

10.5 - Políticas contábeis críticas

- a. estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

O ágio gerado na aquisição da Bovespa Holding está fundamentado em expectativa de rentabilidade futura e por laudo de avaliação econômico-financeira do investimento.

As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros da BM&FBOVESPA, no Segmento BOVESPA (Unidade Geradora de Caixa – UGC), foram baseadas na análise de sua performance nos últimos anos, na análise e nas expectativas de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da Administração.

A deterioração do cenário macroeconômico ao longo de 2015, principalmente no último trimestre, afetou o Segmento Bovespa, levando à redução do valor de mercado das companhias listadas e consequentemente dos volumes negociados. Associado à piora do cenário atual, as projeções da taxa de juros e do risco país para o curto e longo prazo também levaram a redução no valor em uso da UGC.

Tendo como base as expectativas de crescimento do Segmento Bovespa, foi projetado o fluxo de caixa que considera as receitas e despesas relacionadas às atividades do segmento. O período de projeção desses fluxos se estende de dezembro de 2015 até dezembro de 2025. Já a perpetuidade foi apurada através da extrapolação do fluxo de caixa de 2025 por uma taxa de crescimento equivalente à esperada para o PIB nominal no longo prazo, de 7,11% ao ano.

A Administração entende que um período de projeção de dez anos se fundamenta na percepção de que o mercado de capitais brasileiro, no segmento de renda variável, deve experimentar um crescimento prolongado, até atingir a maturidade de longo prazo.

Para se determinar o valor presente do fluxo projetado utilizou-se uma taxa média de desconto após impostos de 15,6% ao ano, equivalente a 17,4% antes dos impostos (2014 - equivalente a 14,1% e 15,6% respectivamente).

A BM&FBOVESPA utiliza especialista externo e independente para auxiliar na mensuração do valor recuperável do ativo (valor em uso). O laudo apresentado pelo especialista revelou a necessidade de ajuste negativo ao valor contábil do ágio em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$1.662.681.

As três principais variáveis que afetam o valor em uso calculado são as taxas de desconto, taxa de crescimento da receita líquida e taxa de crescimento da perpetuidade. A Administração da BM&FBOVESPA realizou análises de sensibilidade para determinar os impactos de mudanças nessas variáveis sobre o valor em uso calculado: aumento de 120bps na taxa de desconto antes dos impostos (um desvio padrão das taxas de desconto dos últimos cinco anos); redução de 190bps na taxa de crescimento médio anual da receita no período de 2016 a 2025 (15% de redução); e redução de 50bps na taxa de crescimento da perpetuidade (um desvio padrão das médias de séries de 10 anos da variação do PIB real brasileiro). Os cenários de sensibilidade revelaram valores em uso da UGC entre 3% e 14% inferiores ao valor em uso estimado no laudo do especialista externo.

A Administração seguirá monitorando ao longo do próximo exercício, os indicadores externos e internos mais recentes em busca de identificar eventuais deteriorações que possam ocasionar em perdas por não recuperabilidade de seu ativo.

A Administração da BM&FBOVESPA reitera que a projeção dos fluxos de caixa futuros da UGC contém suas melhores estimativas e percepções com relação ao Segmento BOVESPA e ao cenário macroeconômico.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A BM&FBOVESPA e suas controladas figuram como réus em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, mediante avaliação da BM&FBOVESPA e de seus consultores jurídicos, na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes.

Os processos em que as expectativas de perda são prováveis, que estão provisionados, compõem-se principalmente da seguinte forma:

- Os processos trabalhistas, em sua maioria, referem-se a reclamações apresentadas por ex-empregados da BM&FBOVESPA e funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, em razão do suposto descumprimento de normas trabalhistas;
- Os processos cíveis versam sobre questões atinentes à responsabilidade civil da BM&FBOVESPA e suas controladas;
- Os processos tributários versam em sua quase totalidade sobre a incidência de PIS e Cofins sobre (i) receitas da BM&FBOVESPA e (ii) recebimento de juros sobre capital próprio.

No caso dos processos cuja expectativa de perda é possível, que não estão provisionados, os valores envolvidos somavam R\$1.027.832 mil em 31 de dezembro de 2015, sendo R\$54.812 mil trabalhistas, R\$355.700 mil cíveis e R\$671.320 mil tributários, detalhados na Nota Explicativa nº14 e do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

No caso dos processos cuja expectativa de perda é remota, que não estão provisionados, vale destacar o questionamento da Receita Federal do Brasil sobre a amortização, para fins fiscais, do ágio gerado quando da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. pela BM&FBOVESPA. Os valores envolvidos nessas discussões, referentes ao benefício fiscal obtido entre os exercícios de 2008 e 2011 somavam R\$3.195.188 mil em 31 de dezembro de 2015.

Investimentos - Participação em coligada (Equivalência Patrimonial)

A BM&FBOVESPA aplica o método de equivalência patrimonial para avaliar investimentos em empresas que possui habilidade de exercer influência significativa. O julgamento da BM&FBOVESPA quanto ao nível de influência sobre os investimentos leva em consideração fatores-chaves, tais como percentual de participação, representação no Conselho de Administração, participação nas definições de políticas e negócios e transações materiais entre as companhias.

Com o objetivo de rebalancear a composição dos ativos da Companhia, a BM&FBOVESPA alienou 20% das ações que detinha de emissão do CME Group (equivalentes a 3.395.544 de Class A Common Stocks, ou 1% do total de ações emitidas pelo CME Group), reduzindo sua participação para 13.582.176 ações (4% do total de ações emitidas pelo CME Group), conforme informou em 9 de setembro de 2015, através de comunicado ao mercado.

Com a consolidação da parceria estratégica firmada em 2010 e a maturação natural do processo de transferência de conhecimento e tecnologia entre as companhias, somados à alienação de parte do investimento detido pela Companhia, a Administração revisitou sua avaliação acerca da influência significativa exercida sobre o CME Group, considerando os fatores quantitativos e qualitativos atuais, e concluiu que houve a descaracterização da "influência significativa", conforme definida pelo CPC 18, sobre o CME Group.

Tal avaliação levou a Companhia a reclassificar sua posição acionária no CME Group, a partir de 14 de setembro de 2015 (data da liquidação financeira da venda), da rubrica "Participação em coligada", mensurada pelo método de equivalência patrimonial, para a rubrica "Aplicações financeiras – disponíveis para venda", mensurada ao seu valor justo. A estrutura de hedge de investimento líquido anterior foi descontinuada, sendo os outros resultados abrangentes do objeto e do instrumento de hedge levados ao resultado do período.

Classificação de instrumentos financeiros

A BM&FBOVESPA classifica seus ativos financeiros no momento inicial, dependendo da finalidade da aquisição dos ativos, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e disponíveis para venda.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente ou ativos designados pela entidade, no reconhecimento inicial. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da BM&FBOVESPA compreendem, principalmente, contas a receber de clientes. São contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são "não derivativos" designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria, são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o resultado abrangente líquido de impostos, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por redução em seu valor recuperável (*impairment*).

Plano de opção de compra de ações (Stock Options)

Conforme o Comunicado ao Mercado datado de 04 de fevereiro de 2015, a BM&FBOVESPA decidiu oferecer aos beneficiários de outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da BM&FBOVESPA a alternativa de (i) permanecer titular de suas opções, ou (ii) cancelar o saldo de opções, recebendo valor em dinheiro para o caso das opções que já cumpriram o prazo de carência (opções *vested*) e ações de emissão da BM&FBOVESPA a serem transferidas aos beneficiários em datas futuras, no caso das opções que ainda não cumpriram tal prazo (opções *non-vested*).

Para informações relativas ao Plano de opção de compra de ações vide item 10.3.c.

Assistência médica pós-emprego

A BM&FBOVESPA oferece benefício de assistência médica pós-emprego para empregados que adquiriram este direito até maio de 2009. O direito a esses benefícios está condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego ou da expectativa de usufruto do benefício, usando metodologia atuarial que considera

expectativa de vida do grupo em questão, aumento dos custos decorrente da idade e da inflação médica, inflação e taxa de desconto. Destes custos são deduzidas as contribuições que os participantes efetuam conforme regra específica do Plano de Assistência Médica. Os ganhos e as perdas atuariais apurados no plano de extensão de assistência médica pós-emprego são reconhecidos em conformidade com as regras da IAS 19 e do CPC 33 - Benefícios a Empregados, com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente.

Para mais informações referentes ao plano de assistência médico pós-emprego da BM&FBOVESPA, ver Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Financeiras do período encerrado em 31 de dezembro de 2015.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Garantias recebidas em operações: as operações nos mercados da BM&FBOVESPA estão garantidas por depósitos de margem em moeda, títulos públicos e privados, cartas de fiança e ações, dentre outros. Estas garantias não aparecem no balanço patrimonial, exceto as garantias recebidas em moeda. Informações mais detalhadas encontram-se descritas no item 10.7 abaixo.

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos de construção não evidenciados nas demonstrações financeiras.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O Banco BM&FBOVESPA administra o Fundo BM&FBOVESPA Margem Garantia Referenciado DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento que possui um patrimônio líquido de R\$165.794 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$136.331 mil, 2014; R\$66.008 mil, 2013).

Na atividade de custodiante, o Banco é responsável pela custódia de: (i) títulos de investidores não residentes que, em 31 de dezembro de 2015, totalizam R\$493.331 mil (R\$365.548 mil, 2014; R\$261.952 mil, 2013); e (ii) títulos do agronegócio registrados no Sistema de Registro de Custódia de Títulos do Agronegócio da BM&FBOVESPA no montante de R\$0 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$15.079 mil, 2014; R\$15.079 mil, 2013).

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- i. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**
- ii. natureza e o propósito da operação**
- iii. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Garantias recebidas em operações

A BM&FBOVESPA administra quatro *clearings* consideradas sistemicamente importantes pelo Banco Central do Brasil: Clearing BM&FBOVESPA (futuros, termo, opções e *swaps*); ações e renda fixa privada (operações à vista, termo, opções,

futuros e empréstimo de títulos); câmbio (dólar pronto); e ativos (operações à vista e a termo, definitivas e compromissadas, bem como empréstimos de títulos).

Por intermédio de suas *clearings*, a BM&FBOVESPA atua como CCP garantidora das operações realizadas nesses mercados. Em outras palavras, ao exercer o papel de *clearing*, a BM&FBOVESPA torna-se responsável pela boa liquidação das operações realizadas e/ou registradas em seus sistemas.

A atuação da BM&FBOVESPA como CCP a expõe ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação. Caso um participante não realize os pagamentos devidos ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à BM&FBOVESPA acionar seus mecanismos de garantia, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de garantia das *clearings*, a BM&FBOVESPA pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações.

Para a adequada mitigação dos riscos assumidos, cada *clearing* da BM&FBOVESPA conta com sistema de gerenciamento de risco e estrutura de salvaguardas próprias. Essas estruturas de salvaguardas baseiam-se, em larga medida, no modelo de repartição de perdas denominado *defaulter pays*, no qual o montante de garantias depositadas por cada participante deve ser capaz de absorver, com elevado grau de confiança, as potenciais perdas associadas ao seu inadimplemento. Consequentemente, o valor exigido em garantia dos participantes constitui o elemento de maior importância na estrutura de gerenciamento dos potenciais riscos de mercado advindos de atuação da bolsa como CCP garantidora.

As operações nos mercados da BM&FBOVESPA estão garantidas por depósitos de margem em moeda, títulos públicos e privados, cartas de fiança e ações, dentre outros. Em 31 de dezembro 2015 o total das garantias depositadas era de R\$305.162.253 mil (R\$242.079.177 mil em 31 de dezembro de 2014; R\$214.389.365 mil em 31 de dezembro de 2013), sendo que desse total, R\$303.824.243 mil (R\$240.757.242 mil em 31 de dezembro de 2013; R\$212.316.376 mil em 31 de dezembro de 2013) eram controlados fora do balanço da Companhia.

Para mais informações referentes às garantias recebidas em operações e às estruturas de salvaguardas das *clearings* da BM&FBOVESPA, ver Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras do período encerrado em 31 de dezembro de 2015.

10.8 - Plano de negócios

a. investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Desde o início de 2010, a Companhia vem realizando significativos investimentos para modernizar-se e trazer mais eficiência para os participantes de mercado e clientes, além de capturar e potencializar oportunidades de crescimento existentes no país. A execução desses investimentos fortalecerá ainda mais o posicionamento estratégico e diferencial competitivo da BM&FBOVESPA.

Entre 2010 e 2016, a Companhia estima que seus investimentos devam totalizar cerca de R\$1.600.000 mil, dos quais foram realizados R\$227.008 mil em 2015, R\$240.220 mil em 2014, R\$289.224 mil em 2013, R\$258.363 mil em 2012, R\$204.041 mil em 2011, e R\$268.362 mil em 2010, sendo a maior parte concentrada em tecnologia.

Por fim, a BM&FBOVESPA acredita em seu potencial e entende o importante papel que desempenha no processo de fortalecimento e desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, tendo certeza de que seus investimentos em produtos e tecnologias serão determinantes para melhorar a qualidade dos serviços ofertados e para ampliar a transparência e solidez do mercado.

Desenvolvimentos Tecnológicos

Um dos objetivos estratégicos da BM&FBOVESPA é oferecer aos participantes do mercado serviços de excelência na área de tecnologia da informação (TI). Para isso, o investimento total em TI foi de R\$221.433 mil em 2015, R\$231.315 mil em 2014, R\$278.607 mil em 2013, R\$231.722 mil em 2012, R\$183.444 mil em 2011 e R\$219.261 mil em 2010, sendo que os principais projetos em andamento ou concluídos são:

Nova plataforma de negociação - PUMA Trading System

No primeiro semestre de 2010, foi iniciado o desenvolvimento de uma nova plataforma de negociação multimercado e multiativos, em parceria com o CME Group. Essa nova plataforma, de copropriedade das duas bolsas, substituiu os

sistemas de negociação nos mercados de ações, derivativos e câmbio à vista e renda fixa privada. Esse desenvolvimento coloca a plataforma de negociação da BM&FBOVESPA entre as mais avançadas e eficientes na indústria de bolsas, além de proporcionar independência tecnológica. Também vale destacar que a nova plataforma trouxe mais eficiência para a BM&FBOVESPA e para os participantes do mercado que agora podem atuar nos diferentes mercados administrados pela Companhia utilizando um único sistema.

A primeira etapa do PUMA Trading System, que abrangeu a negociação de derivativos financeiros e de mercadorias e câmbio à vista, entrou em operação no segundo semestre de 2011, o módulo de ações entrou em produção no primeiro semestre de 2013 e o módulo de renda fixa privada migrou para o novo sistema no final do primeiro semestre de 2014. Ao longo do ano de 2015, foram desenvolvidas e adicionadas novas funcionalidades, como exercício programado de opções, proteção ao mercado e túneis de preço médio ponderado do ativo para o Segmento BM&F e de proteção durante o leilão para contratos e operações estruturadas.

Integração da Pós-Negociação

Desde a fusão das duas bolsas, em 2008, um dos projetos mais importantes da BM&FBOVESPA é integrar suas *clearings*. Essa integração proporcionará maior eficiência para a Companhia e, principalmente, para os participantes do mercado, pois possibilitará a otimização do uso de capital para liquidação das operações e a alocação de colaterais para cobertura de exposição a risco (riscos opostos assumidos nos diferentes mercados poderão ser compensados).

O programa de integração das *clearings* ganhou corpo com o anúncio do licenciamento do *software* RTC, da empresa sueca Cinnober, ocorrido no final de 2011. O RTC será a espinha dorsal da nova *clearing* integrada e trará grande inovação tecnológica por ter a essência de sistema de negociação, ou seja, prezar pelo desempenho, disponibilidade e estabilidade sem abrir mão da segurança e mantendo a robustez dos modelos atuais.

No final de 2012, foi apresentado oficialmente ao mercado o IPN da BM&FBOVESPA para a criação da nova câmara de compensação integrada, que contará com o novo sistema de gerenciamento de riscos, pioneiro no mercado internacional. Isso ampliará os diferenciais competitivos da BM&FBOVESPA ao oferecer um único sistema de administração de risco e de garantias para todos os participantes, o que trará maior eficiência na alocação de capital para o depósito de garantias em carteiras multimercados e multiativos.

Em agosto 2014 a nova Clearing BM&FBOVESPA entrou em produção para o todo o mercado de derivativos do Segmento BM&F. Além da nova infraestrutura tecnológica, foi implantado o novo sistema de cálculo de risco CORE. Essa nova *clearing* integrada trouxe maior eficiência na alocação de capital para o depósito de garantias relacionadas a carteiras multimercados e multiativos, ampliando os diferenciais competitivos da BM&FBOVESPA. Por exemplo, na data de lançamento da Clearing BM&FBOVESPA no mercado de derivativos, para as mesmas posições em aberto e sem aumentar o risco do sistema, o montante de garantias requeridas foi reduzido em R\$20 bilhões. Inicia-se agora o desenvolvimento da segunda fase do projeto, que compreenderá os mercados de ações e renda fixa corporativa.

Durante o ano de 2015 a BM&FBOVESPA seguiu o plano da segunda fase da nova Clearing integrada da BM&FBOVESPA, que contempla a integração dos processos de pós-negociação dos mercados de ações e renda fixa corporativa com os implantados na primeira fase, a de derivativos. O desenvolvimento tecnológico foi concluído no 4T15 e os testes integrados e a certificação com os participantes do mercado já foram iniciados. Em 2016, esses testes integrados terão continuidade e serão seguidos da fase de produção paralela, que replica no ambiente de testes todas as transações realizadas no ambiente de produção. A data final para a migração dependerá dos resultados dos testes, bem como de autorização regulatória.

Novo centro de processamento de dados (Data center)

A Companhia investe em um novo data center com o objetivo de reorganizar e racionalizar os data centers que operam atualmente, resultando em uma plataforma tecnológica mais eficiente, mais segura e de maior capacidade, bem como melhor preparada para atender o crescimento futuro da BM&FBOVESPA. A estratégia adotada envolve a definição de dois centros principais de processamento de dados, sendo um responsável pelo processamento dos sistemas de negociação e o outro responsável pelo processamento dos sistemas de pós-negociação. Um desses data centers encontra-se em operação desde junho de 2010, sendo uma área de alta disponibilidade contratada de terceiros e administrada pela equipe da Bolsa. Já o Novo Data Center foi projetado e construído de forma a permitir a instalação de uma plataforma tecnológica mais eficiente, mais segura e com maior capacidade, bem como melhor preparada para atender o crescimento futuro da Companhia e também hospedar a infraestrutura de participantes do mercado e de clientes. A construção desse novo data center foi iniciada no final de 2012 e as obras foram concluídas no primeiro semestre de 2014. Em 2015 foi realizada a integração do Novo Data Center à rede de dados da BM&FBOVESPA, assim como a migração da infraestrutura de desenvolvimento dos sistemas de negociação (PUMA) e a instalação da infraestrutura básica de TI para a segunda fase da nova Clearing BM&FBOVESPA. Por fim, também foram migradas para o Novo Data Center atividades como acessos de comunicação de dados de participantes e clientes.

Plataformas para o mercado de balcão e renda fixa

A BM&FBOVESPA está constantemente investindo na reformulação e expansão dos serviços prestados nos mercados de renda fixa e balcão, que possui três frentes principais: registro de derivativos de balcão, registro de instrumentos financeiros e negociação e depósito de títulos de renda fixa.

Na frente de derivativos de balcão, a BM&FBOVESPA concluiu o processo de migração do registro de contratos a termo de moedas (NDFs, do inglês *non deliverable forward*), Swaps e opções flexíveis da plataforma legado para uma plataforma mais moderna e flexível, que ampliará o leque de produtos oferecidos e que podem ser com ou sem contraparte central.

Na frente de serviços de registro de instrumentos financeiros, foi disponibilizado em 2015 o serviço de registro para Certificado de Depósito Bancário (CDB) escalonado e Letra Financeira (LF), ampliando o portfólio de produtos oferecidos aos clientes.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Atualmente, a principal fonte de financiamento dos investimentos da Companhia provém de sua geração de caixa operacional. A Companhia ainda poderá avaliar alternativas complementares de fontes de financiamento por meio da contratação de empréstimos bancários, financiamentos junto a agências de fomento e do acesso aos mercados de capitais local e no exterior e eventual venda de ativos. Em 2010, a Companhia utilizou operações de mercado de capitais (*Senior Unsecured Notes*) como alternativa de financiamento de seus investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, pois a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há outras aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia além dos citados no item no item 10.8.a (i) acima.

c. novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, pois as pesquisas em andamento estão consideradas no item 10.8.a (i) acima.

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois os montantes gastos em pesquisas estão considerados no item 10.8.a (i) acima.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há outros projetos em desenvolvimento já divulgados além dos citados no item 10.8.a (i) acima.

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois os montantes gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços estão considerados no item 10.8.a (i) acima.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional além dos citados nos outros itens desta seção.

ANEXO III

Informações relativas à proposta de destinação dos resultados requeridas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$2.202.238.045,10.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

O montante global distribuído à conta de dividendos é de R\$1.242.614.000,00.

Descrição	Bruto por ação (R\$)	Valor Total Bruto
Dividendos	0,12410981	223.581.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,14274885	254.392.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,17655681	314.641.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,25251180	450.000.000,00
Total distribuído com relação ao exercício de 2015	0,69592727	1.242.614.000,00

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O percentual do lucro líquido distribuído com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 é de 56,4%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não há proposta de distribuição de dividendos com base no lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Não há proposta de distribuição adicional de dividendos com base no lucro líquido do exercício social de 2015.

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe;

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio;

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio;

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento;

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em

lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados;

Vide tabela do item 'b' abaixo.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Descrição	Deliberação	Pagamento	Bruto por ação (R\$)	Valor total bruto
Dividendos	RCA BVMF - 14/05/2015	29/05/2015	0,12410981	223.581.000,00
Juros sobre o capital próprio	RCA BVMF - 13/08/2015	08/09/2015	0,14274885	254.392.000,00
Juros sobre o capital próprio	RCA BVMF - 12/11/2015	04/12/2015	0,17655681	314.641.000,00
Juros sobre o capital próprio	RCA BVMF - 10/12/2015	29/12/2015	0,25251180	450.000.000,00
Total distribuído no exercício de 2015				1.242.614.000,00

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores;

Para fins de divulgação do lucro por ação, o lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da BM&FBOVESPA, pela quantidade média ponderada de ações em aberto durante o período, de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento contábil CPC 41 – Lucro por Ação, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

	2015	2014	2013
Lucro líquido do exercício	2.202.238.045,10	977.053.025,26	1.081.516.765,50
Quantidade média ponderada de ações em circulação - ON	1.791.892.507	1.837.383.111	1.918.813.109
Lucro básico por ação (R\$)	1,229001	0,531763	0,563638

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores;

Descrição	Bruto por ação (R\$)	Tipo de ação	Valor total bruto
Dividendos	0,08463761	ON	163.580.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,02587040	ON	50.000.000,00
Dividendos	0,14694335	ON	280.670.000,00
Dividendos	0,11834131	ON	225.260.000,00
Dividendos	0,07960353	ON	145.703.000,00
Total distribuído no exercício de 2013			865.213.000,00

Descrição	Bruto por ação (R\$)	Tipo de ação	Valor total bruto
Dividendos	0,11153762	ON	204.914.000,00
Dividendos	0,10938138	ON	200.061.000,00
Dividendos	0,10481382	ON	190.726.000,00
Dividendos	0,10321756	ON	185.941.000,00
Total distribuído no exercício de 2014			781.642.000,00

Descrição	Bruto por ação (R\$)	Tipo de ação	Valor total bruto
Dividendos	0,12410981	ON	223.581.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,14274885	ON	254.392.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,17655681	ON	314.641.000,00
Juros sobre o capital próprio	0,25251180	ON	450.000.000,00
Total distribuído no exercício de 2015			1.242.614.000,00

Observe-se que a Companhia emite apenas ações ordinárias.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal;

Conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 193 da Lei 6.404/76, não foi proposta a constituição de reserva legal com base no resultado apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, uma vez que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da referida Lei, representa R\$14.303.762.958,62 e, portanto, excede 30% do capital social da Companhia.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Nos termos dos artigos 54 e 55 do Estatuto Social, a reserva legal seria constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, já deduzidos os eventuais prejuízos e a provisão do Imposto de Renda.

Nota-se que não há proposta de destinação da parcela do resultado para formação de reserva legal, conforme descrito no item 'a' acima.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos;

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos;

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa;

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais;

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável. A Companhia emite apenas ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto;

Conforme artigo 55 do estatuto social da Companhia, após a constituição de reserva legal, o lucro que remanescer deverá ser ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso. Do saldo remanescente, 25%, no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo obrigatório.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente;

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente. Ressalte-se que o Conselho de Administração propôs a distribuição de 56,4% do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não há proposta de retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

- a. Informar o montante da retenção;**
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos;**
- c. Justificar a retenção dos dividendos.**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de retenção de dividendos.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

- a. Identificar o montante destinado à reserva;**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa;**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável;**
- d. Justificar a constituição da reserva.**

Não aplicável. Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar;**
- b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.**

Não aplicável. Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva;**

Conforme artigo 55 do Estatuto Social da Companhia, após a constituição da Reserva Legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso, deverá ser distribuído na seguinte ordem: (i) 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas (o qual poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar); e (ii) a totalidade do lucro líquido remanescente será alocada para a constituição de reserva estatutária que poderá ser utilizada para investimentos e para compor fundos e mecanismos de salvaguarda necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia e de suas controladas, assegurando a boa liquidação das operações realizadas e/ ou registradas em quaisquer dos seus ambientes e sistemas de negociação, registro, compensação e liquidação e dos serviços de custódia.

O valor total destinado à reserva estatutária não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

O Conselho também poderá, considerando que o montante da reserva estatutária seja suficiente para o atendimento de suas finalidades: (i) propor à assembleia geral que seja destinado à formação da

aludida reserva, em determinado exercício social percentual do lucro líquido inferior ao estabelecido pelo estatuto; (ii) deliberar conforme descrito no estatuto; e (iii) propor que parte dos valores integrantes da reserva sejam revertidos para a distribuição aos acionistas da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva;

O montante do resultado proposto para destinação à reserva é de R\$959.624.045,10. Esse montante não inclui o valor de R\$585.804,96 relativos à realização de reserva de reavaliação.

c. Descrever como o montante foi calculado.

	R\$
Lucro líquido do exercício 2015	2.202.238.045,10
Dividendos	(223.581.000,00)
Juros sobre o capital próprio	(1.019.033.000,00)
Reserva Estatutária	959.624.045,10*

*Conforme mencionado no item acima, esse montante não inclui o valor de R\$585.804,96 relativos à realização de reserva de reavaliação.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

- a. Identificar o montante da retenção;**
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital.**

Não aplicável. Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

- a. Informar o montante destinado à reserva;**
- b. Explicar a natureza da destinação.**

Não aplicável. Não há proposta de destinação de lucro líquido para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO IV

Informações relativas ao candidato a membro do Conselho de Administração requeridas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009

12.5. Administradores

12.5.1. Conselho de Administração

	Laércio José de Lucena Cosentino
Data de nascimento	11/08/1960
Profissão	Engenheiro elétrico
CPF	032.737.678-39
Cargo	Conselheiro Independente
Data de Eleição	18/04/2016
Data da Posse	18/04/2016
Prazo do Mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2016
Outros Cargos	-
Eleito por Controlador	Não

Laércio José de Lucena Cosentino - Membro do Conselho de Administração (Independente)

Fundador, Conselheiro e CEO da TOTVS, maior empresa de software de gestão, plataforma e consultoria da América Latina, Laércio Cosentino, 55 anos, é formado em Engenharia Eletrotécnica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Sua carreira e história consolidaram-se no setor de TI, especialmente com a fundação da TOTVS em 1983. Desde então tornou-a líder absoluta no Brasil e presente em 41 países. Hoje, Cosentino é um dos principais líderes do mercado brasileiro de software, ativo na defesa e fortalecimento da indústria de TI. Além de comandar a companhia, é presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), presidente do Conselho Administrativo do Instituto Empreender Endeavor, presidente do conselho da Mendelics, dentre outras atividades.

Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: É Conselheiro e CEO da TOTVS S.A.; Conselheiro do IOS – Instituto de Oportunidade Social; presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom); presidente do Conselho Administrativo do Instituto Empreender Endeavor; presidente do conselho da Mendelics.

Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

12.6. Percentual de participação dos Conselheiros nas reuniões do Conselho de Administração

Não aplicável, visto que o Sr. Laércio foi nomeado pela primeira vez para o Conselho de Administração da Companhia em 26/2/2015, sendo que não houve reunião do Conselho de Administração desde então.

12.7. Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Não aplicável, visto que o candidato a vaga de membro do Conselho de Administração não integra nenhum comitê da Companhia.

12.8. Percentual de participação dos membros nas reuniões dos Comitês

Não aplicável, visto que o candidato a vaga de membro do Conselho de Administração não integra nenhum comitê da Companhia.

12.9. Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores da Companhia

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Sr. Laércio José de Lucena Cosentino e os demais administradores da Companhia.

- b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre o Sr. Laércio José de Lucena Cosentino da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

- c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui controladores.

- d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui controladores.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não há relação de subordinação, prestação de serviços ou controle entre o Sr. Laércio José de Lucena Cosentino e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

- b. controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acionistas controladores.

- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável, tendo em vista que não se caracteriza como fornecedor, cliente, devedor ou credor relevante.

ANEXO V

Remuneração dos Administradores – Item 13 do Formulário de Referência

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Como nota introdutória a este item 13, informamos que, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 4/2/2015, a Companhia ofereceu aos beneficiários de outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária (Plano de Opção) a alternativa de (i) permanecer titular de suas opções, ou (ii) cancelar o saldo de opções, recebendo valor em dinheiro para o caso das opções que já tinham cumprido o prazo de carência (Opções *vested*) e ações de emissão da Companhia a serem transferidas aos beneficiários em datas futuras, no caso das opções que ainda não tinham cumprido tal prazo (Opções *não-vested*). As ações recebidas na hipótese de cancelamento das Opções *não-vested* seriam vinculadas ao Plano de Concessão de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em maio de 2014 (Plano de Ações).

As diretrizes e condições que levaram ao cancelamento das opções, bem como ao pagamento em dinheiro e em ações, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24/12/14, sendo que todos os atos necessários à sua implementação foram convalidados pelo Comitê de Remuneração do Conselho de Administração em reunião realizada em 4/2/15.

Em consequência, as informações constantes deste item 13 a respeito das opções outorgadas nos exercícios sociais de 2012, 2013 e 2014 foram incluídas para efeitos de contexto, sendo certo que as opções outorgadas aos Diretores Estatutários não estão mais em vigor a partir de 2015, tendo sido canceladas como demonstra em maiores detalhes a tabela ilustrativa incluída no item 13.16 abaixo. As opções outorgadas aos membros do Conselho de Administração permanecem em vigor, portanto com relação a estas foram incluídas informações a respeito das opções outorgadas em 2013.

13.1 Política de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração visa a estimular o alinhamento dos objetivos da Companhia, a produtividade e a eficiência dos administradores e funcionários, bem como manter a competitividade no mercado em que atuamos.

b. Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um

Conselho de Administração: a remuneração do Conselho de Administração é composta por uma remuneração fixa mensal e, para o seu Presidente, há uma remuneração fixa adicional semestral, equivalente ao dobro da remuneração recebida no semestre, e a disponibilidade do uso de veículo da Companhia. O componente fixo tem por objetivo compensar adequadamente os conselheiros pela sua participação nas reuniões e pelas suas contribuições ao Conselho de Administração e à Companhia, sendo a remuneração adicional do Presidente paga em contrapartida ao maior número de funções exigidas de sua parte. Adicionalmente, a título de incentivo de longo prazo, o Plano de Ações estabelece um mecanismo específico de concessão de ações da Companhia para os membros do Conselho de Administração. Anteriormente, o incentivo de longo prazo ocorria por meio do Plano de Opção.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária: quanto à Diretoria, a remuneração total é composta de:

- Salário base mensal, composto de treze pagamentos mensais ao ano, tendo por objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas do mercado;
- Pacote de benefícios, que inclui assistência médica e odontológica, seguro de vida, ticket refeição, previdência privada, benefício de uso de veículo, *check up*, estacionamento e uso de telefone celular, tendo por objetivo o oferecimento de um pacote atrativo e que seja compatível com os padrões do mercado para o desempenho de funções semelhantes;
- Remuneração variável semestral constituída e paga por meio do nosso Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), que define potenciais de múltiplos de salário mensal atribuídos em função

de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de desempenho individual, tendo por objetivo alinhar os administradores com os resultados de curto e médio prazo da Companhia; e

- Incentivo de longo prazo estruturado por meio de concessão de ações com base no Plano de Ações. As concessões são atribuídas em função de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de desempenho individual, tendo por objetivo o alinhamento de interesses dos administradores com a Companhia e seus acionistas no horizonte de longo prazo, bem como a retenção do pessoal-chave da Companhia. Até 2014, este incentivo era realizado por meio de outorgas de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Plano de Opção.

Comitês: os membros externos dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal. Os membros do Conselho de Administração que participam de comitês de assessoramento da Companhia fazem jus a uma remuneração fixa mensal adicional, havendo um limite de participação em no máximo três comitês. Atualmente, temos como comitês de assessoramento do Conselho de Administração: o Comitê de Auditoria, o Comitê de Governança e Indicação, o Comitê de Remuneração, o Comitê de Riscos e Financeiro e o Comitê de Assessoramento para o Setor da Intermediação, sendo que os membros externos deste último não fazem jus a nenhuma remuneração. Os Diretores, Estatutários ou Não Estatutários, bem como qualquer outro funcionário, não farão jus a nenhuma remuneração adicional pela participação em Comitês.

Conselho Fiscal: a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, se e quando instalado, será estabelecida em conformidade com a legislação aplicável. Vale notar, contudo, que a Companhia conta com a atuação do Comitê de Auditoria.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos 3 últimos exercícios sociais

As proporções médias de cada elemento da remuneração no ano de 2015, 2014 e 2013 encontram-se nas tabelas abaixo, considerando a política de remuneração em vigor.

2015	Salário e Pró-labore	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR)	Remuneração Variável de Longo Prazo	Total
Conselho de Administração	69,02%	9,78%	0%	0%	21,20%	100%
Diretoria Estatutária e Não Estatutária	25,91%	0%	4,24%	30,23%	39,62%	100%
Comitês	100%	0%	0%	0%	0%	100%

2014	Salário e Pró-labore	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR)	Remuneração Variável de Longo Prazo	Total
Conselho de Administração	75,39%	9,61%	0%	0%	15,00%	100%
Diretoria Estatutária e Não Estatutária	25,41%	0%	4,26%	27,05%	43,27%	100%
Comitês	100%	0%	0%	0%	0%	100%

2013	Salário e Pró-labore	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração Variável de Curto Prazo (PLR)	Remuneração Variável de Longo Prazo	Total
Conselho de Administração	91,02%	8,98%	0%	0%	0%	100%

Diretoria Estatutária e Não Estatutária	23,15%	0%	3,39%	23,28%	50,18%	100%
Comitês	100%	0%	0%	0%	0%	100%

Os referidos percentuais poderão variar a cada ano, tendo em vista especialmente a composição baseada em elementos variáveis.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é reavaliada anualmente pelo Comitê de Remuneração, nos termos das suas atribuições, e submetida à aprovação do Conselho de Administração e, por proposta deste, à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia. O Comitê de Remuneração também reavalia anualmente a remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, e submete sua proposta à aprovação do Conselho de Administração. No caso da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, a remuneração fixa mensal é corrigida em função de dissídio coletivo definido em acordo coletivo com o Sindicato e, eventualmente, pode ocorrer aumento dentro da política salarial definida pela Companhia por mérito individual. No que tange à política de remuneração variável de curto e médio prazo (PLR) e ao incentivo de longo prazo (Programas de Concessão de Ações, estabelecidos de acordo com as diretrizes do Plano de Ações), as respectivas regras e definições são propostas pelo Comitê de Remuneração, no âmbito de suas competências, e aprovadas pelo Conselho de Administração.

A Companhia realiza periodicamente pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de sua estratégia de remuneração, fixa e variável, de curto, médio e de longo prazo. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas do mercado financeiro e de serviços, de porte semelhante ao da Companhia. A partir dos resultados das pesquisas, é realizado o procedimento de *job matching* com relação aos correspondentes cargos e funções existentes na Companhia, para eventuais ajustes dos montantes gerais pagos aos diferentes cargos e níveis de forma comparativa.

No que se refere aos benefícios, é constantemente realizada uma revisão das práticas de mercado e, eventualmente, ajustes são efetuados de modo a alinhar a competitividade.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

Nossa estratégia de remuneração visa balancear elementos de curto, médio e longo prazo que garantam alinhamento com os objetivos da Companhia, manutenção de uma remuneração competitiva frente ao mercado, atratividade para reter nossos executivos e remunerar os profissionais conforme as responsabilidades atribuídas a seus respectivos cargos e conforme o seu desempenho. Dessa forma, nossa estratégia de remuneração posiciona a remuneração fixa dos Diretores da Companhia na mediana de mercado e o diferencial se dá por meio da remuneração variável de curto e médio prazo, bem como de incentivos de longo prazo, os quais estão atrelados ao desempenho global da Companhia e ao desempenho individual dos Diretores.

(v) existência de membros não remunerados e as razões para esse fato

A Companhia e o CME Group, Inc ("CME"), holding que controla a Chicago Mercantile Exchange (CME), New York Mercantile Exchange (Nymex), Board of Trade of the City of Chicago, Inc. (CBOT) e Commodity Exchange, Inc. (COMEX), celebraram os seguintes acordos: (i) Roteamento de Ordens, o qual permite que os usuários da plataforma do CME Globex negociem produtos da BM&FBOVESPA diretamente e que os usuários da plataforma PUMA (BM&FBOVESPA) negociem, diretamente, os produtos do CME Group; (ii) Contrato de Tecnologia, com o propósito de desenvolverem, em conjunto, uma plataforma de negociação multimercado; (iii) Acordo de parceria estratégica preferencial global, para as duas bolsas, CME Group e BM&FBOVESPA, em conjunto, identificar oportunidades de operações estratégicas de investimento e de parcerias comerciais com outras bolsas do mundo, nos segmentos de ações e de derivativos.

Para a plena consecução dessa parceria, CME e a Companhia possuem o direito de indicar um representante de cada entidade para atuar em seus respectivos Conselhos de Administração, e como parte deste acordo, o membro representante da CME não faz jus a qualquer remuneração pela participação no conselho de administração da BM&FBOVESPA, e, em contrapartida, o membro representante da BM&FBOVESPA no conselho de administração da CME também não faz jus a nenhuma remuneração por exercer tal cargo.

c. Principais indicadores de desempenho levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

No que se refere à remuneração variável de curto e médio prazo e aos incentivos de longo prazo, respectivamente PLR e Programas de Concessão de Ações, os indicadores de desempenho que são levados em consideração para determinação da remuneração são: (i) as avaliações de desempenho individuais dos Diretores, as quais consideram fatores próprios de cada função (como por exemplo, nível de cargo), e (ii) os indicadores de desempenho global da Companhia. Tais indicadores são levados em conta tanto na determinação do valor global de PLR a ser distribuído, quanto na definição da elegibilidade e volume das concessões de ações da Companhia a serem realizadas.

Até o ano de 2015, o valor total da remuneração variável de curto e médio prazo foi de 3,5% do Lucro Líquido Ajustado, considerando-se o limite de despesas previsto no orçamento do respectivo exercício social. Caso ocorra superação das despesas orçadas para o exercício, é aplicado um redutor no percentual do Lucro Líquido Ajustado acima citado, na proporção de 5% a cada 1% excedente de despesa realizada versus a despesa orçada. Do valor a ser distribuído, uma parte é destinada à Diretoria Estatutária e Não Estatutária, observada a regra de múltiplos salariais e diferenciação baseada no desempenho individual.

Em 2013, 2014 e 2015, os limites de despesa operacional previstos para os respectivos exercícios ficaram dentro do esperado e o valor total da remuneração variável de curto e médio prazo paga aos administradores e funcionários da Companhia foi calculado com base no Lucro Líquido Ajustado e representou 3,5% do resultado dos respectivos exercícios.

A partir de 2016, o valor total da remuneração variável de curto e médio prazo passou a ser de 4,2% do resultado do LAJIR da Companhia, isto é, Lucro antes dos Juros e Imposto de Renta (EBIT, que é a sigla em inglês para *Earning Before Interest and Taxes*), excluídas as despesas referentes ao Plano de Concessão de Ações da Companhia (principal e encargos trabalhistas/sociais), denominado daqui em diante como LAJIR Ajustado, considerando-se o limite de despesas previsto no orçamento do respectivo exercício social (despesas ajustadas). Caso ocorra superação das despesas orçadas para o exercício, é aplicado um redutor no percentual do LAJIR acima citado, na proporção de 5% a cada 1% excedente de despesa realizada versus a despesa orçada. Do valor a ser distribuído, uma parte é destinada à Diretoria Estatutária e Não Estatutária, observada a regra de múltiplos salariais e diferenciação baseada no desempenho individual.

No caso dos Programas de Concessão de Ações, além dos critérios mencionados no primeiro parágrafo desse item com relação à determinação da concessão de ações, vale notar que o Diretor obterá benefícios inclusive na medida em que as ações de emissão da Companhia se valorizarem. Sendo assim, o potencial de ganho do beneficiário dos Programas de Concessão de Ações está sujeito de forma significativa à valorização das ações de emissão da Companhia no mercado.

No que se refere à remuneração fixa e aos benefícios, não são levados em conta indicadores de desempenho para sua determinação. Tais elementos de remuneração estão atrelados ao nível de responsabilidade da função exercida, e no caso específico da remuneração fixa, também é considerada a qualificação do profissional para o exercício da função.

d. Estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

De acordo com a política de remuneração variável de curto e médio prazo e incentivo de longo prazo, os valores globais (*pool*) de PLR e dos Programas de Concessão de Ações são afetados pelo alcance das metas globais da Companhia de LAJIR ajustado e Despesa Operacional para o exercício respectivo.

Adicionalmente, a política prevê níveis diferenciados de remuneração em função do desempenho individual de cada um dos Diretores Estatutários e Não Estatutários, considerando os respectivos cargos, funções e responsabilidades.

e. Alinhamento da política de remuneração aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A Companhia visa manter sua remuneração competitiva frente ao mercado, de modo a reter e atrair talentos que permitam atingir seus objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo. Dado o modelo de negócio da Companhia, é crucial a retenção de profissionais qualificados e capacitados para as funções de cada cargo e, nesse sentido, a estratégia de remuneração da Companhia deve conter mecanismos que estimulem a permanência e engajamento dos profissionais.

De acordo com essa estratégia de remuneração, há um equilíbrio entre a remuneração fixa representada pelo salário-base, a remuneração de curto e médio prazo (PLR) e o incentivo de longo prazo (concedido por meio dos Programas de Concessão de Ações). Dessa forma, o funcionário é incentivado a atingir e superar suas metas semestrais e anuais, vinculadas ao programa de PLR, assim como a implementar ações de longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e que serão refletidas na valorização de suas ações no mercado.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não existe remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário envolvendo a Companhia, tais como alienação do controle societário, e/ou efetivação de parcerias estratégicas.

No caso do Plano de Ações, existe uma previsão de que, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da BM&FBOVESPA após a qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as ações concedidas pela Companhia, a critério do Conselho de Administração, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência para a efetiva transferência antecipados. Findo o referido prazo, a vigência do Plano de Ações terminará e as eventuais ações não transferidas caducarão sem direito à indenização.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2015 e remuneração prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia:

As tabelas e notas abaixo apresentam a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Comitê de Auditoria da Companhia (observando-se que a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado, mas que suas funções são exercidas pelo Comitê de Auditoria estatutário e de funcionamento permanente): (i) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, considerando a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme indicado no quadro abaixo⁹; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015		
<u>Mês</u>	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>
Jan	11	5
Fev	10	5
Mar	10	5
Abr	11	5
Mai	11	5
Jun	11	5
Jul	11	5
Ago	11	5
Set	11	5
Out	11	5
Nov	11	5
Dez	10	5
Total	129	60
Média	10,75	5

A partir de 2014, o Plano de Ações passou a ser o instrumento de incentivo de longo prazo adotado pela Companhia, em substituição ao mecanismo de opções de compra de ações. Conforme deliberação do Conselho de Administração, as concessões no âmbito do Plano de Ações para determinado exercício social sempre ocorrerão no início do exercício social seguinte. Assim, a concessão de ações referente ao exercício social de 2014 ocorreu somente em janeiro de 2015 e, portanto, produziu efeitos sobre o exercício social de 2015 e continuará produzindo efeitos até a conclusão do programa.

Dessa forma, foram aprovados, pelo Conselho de Administração, dois programas de concessão de ações (Programas de Ações) para concessão em 2 de janeiro de 2015, no âmbito do Plano de Ações, relativos ao exercício social de 2014, quais sejam, o "Programa de Concessão de Ações BVMF 2014" e o "Programa de Concessão de Ações Adicional BVMF 2014". A quantidade de ações concedidas no âmbito do Plano de Ações relativas ao exercício social de 2014 e com efeito somente no exercício de 2015 para os Diretores Estatutários abrangeu um total de 1.349.476 ações no "Programa de

Concessão de Ações BVMF 2014” que representam 0,071% do total de ações emitidas pela Companhia, e de 507.269 ações no “Programa de Concessão de Ações Adicional BVMF 2014”, que representam 0,027% do total de ações emitidas pela Companhia.

Vale ressaltar que para os Programas de Ações, não há o cálculo do preço justo; para este efeito, é considerado o valor de fechamento da ação na data da concessão, que ocorreu em 2 de janeiro de 2015. Nesta data, o preço de fechamento da ação de emissão da Companhia era R\$9,50.

Com base no Plano de Ações, a concessão de 172.700 ações aos membros do Conselho de Administração referente ao exercício social de 2014 ocorreu em 2 de janeiro de 2015, e, portanto, produzirá efeitos a partir do exercício social de 2015 até a conclusão do programa.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal*	Total
Número total de membros	10,75	5	n/a	15,75
Número de membros remunerados	9,75	5	n/a	14,75
Remuneração fixa anual (em R\$)	R\$ 6.096.630,40	R\$ 6.317.824,71	n/a	R\$ 12.414.455,11
Salário ou pró-labore	R\$ 5.340.215,91	R\$ 5.333.815,08	n/a	R\$ 10.674.030,99
Benefícios diretos e indiretos	N/A	R\$ 984.009,63	n/a	R\$ 984.009,63
Remuneração por participação em Comitês	R\$ 756.414,49	N/A	n/a	R\$ 756.414,49
Outros	N/A	N/A	n/a	N/A
Remuneração Variável (em R\$)	N/A	R\$ 9.807.760,22	n/a	R\$ 9.807.760,22
Bônus	N/A	N/A	n/a	N/A
Participação nos resultados	N/A	R\$ 9.807.760,22	n/a	R\$ 9.807.760,22
Remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	n/a	N/A
Comissões	N/A	N/A	n/a	N/A
Outros	N/A	N/A	n/a	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	n/a	N/A
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	n/a	N/A
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	R\$ 1.640.650,00	R\$ 17.639.077,50	n/a	R\$ 19.279.651,50
Valor da remuneração	R\$ 7.737.280,40	R\$ 33.764.662,43	n/a	R\$ 41.501.866,83

* Conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Contudo, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria e a remuneração paga aos membros externos do referido Comitê em 2015 totalizou R\$ 1.420.614,57, montante este não considerado na tabela acima. Os encargos sociais (INSS) sobre este valor foram de R\$344.262,72.

A Companhia reconheceu em 2015 o montante de R\$ 3.142.043,29 relativos a encargos sociais (INSS e FGTS), reflexo da remuneração fixa do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. Este montante não está considerado no quadro acima. Os encargos trabalhistas (13º Salário e Férias), quando aplicável, já estão sendo considerados na tabela acima, na linha Salário ou pró-labore.

Ressaltamos que em relação ao incentivo de longo prazo, no âmbito do Plano de Concessão de Ações, conforme deliberação do Conselho de Administração, a outorga de ações referente ao exercício social de 2014 ocorreu somente em janeiro de 2015, com efeitos, portanto, a partir do exercício social de 2015 até a conclusão do programa. A tabela acima apresenta informações sobre remuneração baseada em ações atribuída aos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária e este montante, quando aplicável, terá reflexos relativos a encargos sociais (INSS/FGTS) e encargos trabalhistas (13º Salário e Férias), os quais não estão considerados no quadro acima, pois tais valores serão reconhecidos gradualmente nas demonstrações financeiras, de acordo com o prazo de carência do programa, e seu valor final só poderá ser calculado na data efetiva da transferência das ações, com base na cotação de mercado desse dia.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014

<u>Mês</u>	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>
Jan	11	5
Fev	11	5
Mar	11	5

Abr	11	5
Mai	11	5
Jun	11	5
Jul	11	5
Ago	11	5
Set	11	5
Out	11	5
Nov	11	5
Dez	11	5
Total	132	60
Média	11	5

Como descrito em nota introdutória a este item, em 2014 foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2014 o Plano de Ações, que substituiu o mecanismo de outorga de opções de compra de ações do Plano de Opção como instrumento de incentivo de longo prazo. Em consequência, as informações constantes deste item 13 a respeito das opções outorgadas nos exercícios sociais de 2012, 2013 e 2014 foram incluídas para efeitos de contexto, sendo certo que as opções outorgadas aos Diretores Estatutários não estão mais em vigor a partir de 2015, tendo sido canceladas como demonstra em maiores detalhes a tabela ilustrativa incluída no item 13.16 abaixo.

Ressaltamos que em relação ao incentivo de longo prazo, no âmbito do Plano de Opção, conforme deliberação do Conselho de Administração, a outorga de opções referente ao exercício social de 2013 ocorreu somente em janeiro de 2014, com efeitos, portanto, a partir do exercício social de 2014 até a conclusão do programa.

Ocorreram duas outorgas de opções à Diretoria Estatutária relativas ao exercício social de 2013, sendo uma por meio do "Programa de Opções BVMF 2013" e outra por meio do "Programa de Opções Adicionais BVMF 2013". A quantidade de opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção com efeito no exercício social de 2014 para os Diretores Estatutários, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, abrangeu um total de 3.500.000 ações no "Programa de Opções BVMF 2013", que representaram 0,184% do total de ações emitidas pela Companhia na data da outorga, e de 1.477.340 ações no "Programa de Opções Adicionais BVMF 2013", que representaram 0,078% do total de ações emitidas pela Companhia, também na data da outorga. Os preços de exercício das opções dos referidos Programas foram fixados de acordo com as regras do Plano de Opção.

Vale ressaltar que o cálculo do preço justo da outorga do Programa de Opções BVMF 2013 e do Programa de Opções Adicionais BVMF 2013 considerou as variáveis de mercado à época da outorga, bem como as características específicas de cada Programa, refletindo assim um valor final de preço justo equivalente a R\$3,43 e R\$4,33, respectivamente.

Adicionalmente, com base no Plano de Opção, foram outorgadas, em 2 de janeiro de 2014, 330.000 opções aos membros do Conselho de Administração relativas ao exercício social de 2013, com efeitos, portanto, a partir do exercício social de 2014 até a conclusão do programa. O valor final de preço justo dessas opções equivale a R\$2,98.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal*	Total
Número total de membros	11	5		16
Número de membros remunerados	10	5	n/a	15
Remuneração fixa anual (em R\$)	R\$ 5.572.952,98	R\$ 5.935.147,66	n/a	R\$ 11.508.100,64
Salário ou pró-labore	R\$ 4.943.023,66	R\$ 5.008.479,97	n/a	R\$ 9.951.503,63
Benefícios diretos e indiretos	n/a	R\$ 926.667,69	n/a	R\$ 926.667,69
Remuneração por participação em Comitês	R\$ 629.929,32	n/a	n/a	R\$ 629.929,32
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	R\$ 9.140.054,87	n/a	R\$ 9.140.054,87
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	R\$ 9.140.054,87	n/a	R\$ 9.140.054,87
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal*	Total
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	R\$ 983.400,00	R\$ 18.401.882,20	n/a	R\$ 19.385.282,20
Valor da remuneração	R\$ 6.556.352,98	R\$ 33.477.084,73	n/a	R\$ 40.033.437,71

* Conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Contudo, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria e a remuneração paga aos membros externos do referido Comitê em 2014 totalizou R\$ 1.290.502,40, montante este não considerado na tabela acima. Os encargos sociais (INSS) sobre este valor foram de R\$290.362,98.

A Companhia reconheceu em 2014 o montante de R\$ 2.669.901,95 relativos a encargos sociais (INSS e FGTS), reflexo da remuneração fixa do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. Este montante não está considerado no quadro acima. Os encargos trabalhistas (13º Salário e Férias), quando aplicável, já estão sendo considerados na tabela acima, na linha Salário ou pró-labore.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013

<u>Mês</u>	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>
Jan	11	5
Fev	11	5
Mar	11	5
Abr	11	5
Mai	11	5
Jun	11	4
Jul	11	5
Ago	11	5
Set	11	5
Out	11	5
Nov	11	5
Dez	11	5
Total	132	59
Média	11	4,92

Como descrito em nota introdutória a este item, em 2014 foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2014 o Plano de Ações, que substituiu o mecanismo de outorga de opções de compra de ações do Plano de Opção como instrumento de incentivo de longo prazo. Em consequência, as informações constantes deste item 13 a respeito das opções outorgadas nos exercícios sociais de 2012, 2013 e 2014 foram incluídas para efeitos de contexto, sendo certo que as opções outorgadas aos Diretores Estatutários não estão mais em vigor a partir de 2015, tendo sido canceladas como demonstra em maiores detalhes a tabela ilustrativa incluída no item 13.16 abaixo.

Ressaltamos que em relação ao incentivo de longo prazo, no âmbito do Plano de Opção, conforme deliberação do Conselho de Administração, a outorga de opções referente ao exercício social de 2012 ocorreu somente em janeiro de 2013, com efeitos, portanto, a partir do exercício social de 2013 até a conclusão do programa.

Ocorreram duas outorgas de opções à Diretoria Estatutária relativas ao exercício social de 2012, sendo uma por meio do "Programa de Opções BVMF 2012" e outra por meio do "Programa de Opções Adicionais BVMF 2012". A quantidade de opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção, com efeitos a partir do exercício social de 2013 até a conclusão do programa, para os Diretores Estatutários, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, abrangeu um total de 3.300.000 ações no "Programa de Opções BVMF 2012", que representaram 0,17% do total de ações emitidas pela Companhia na data da outorga, e de 1.001.185 ações no "Programa de Opções Adicionais BVMF 2012", que representaram 0,05% do total de ações emitidas pela Companhia, também na data da outorga. Os preços de exercício das opções dos referidos Programas foram fixados de acordo com as regras do Plano de Opção.

Vale ressaltar que o cálculo do preço justo da outorga do Programa de Opções BVMF 2012 e do Programa de Opções

Adicionais BVMF 2012 considerou as variáveis de mercado à época da outorga, bem como as características específicas de cada Programa, refletindo assim um valor final de preço justo equivalente a R\$ 5,55 e R\$ 6,98, respectivamente.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal*	Total
Número total de membros	11	4,92		15,92
Número de membros remunerados	10	4,92	n/a	14,92
Remuneração fixa anual (em R\$)	R\$ 4.972.415,92	R\$5.361.853,94	n/a	R\$ 10.334.269,86
Salário ou pró-labore	R\$ 4.525.878,76	R\$ 4.577.821,68	n/a	R\$ 9.103.700,44
Benefícios diretos e indiretos	n/a	R\$ 784,032,26	n/a	R\$ 784.032,26
Remuneração por participação em Comitês	R\$ 446.537,16	n/a	n/a	R\$ 446.537,16
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	R\$ 10.332.121,26	n/a	R\$ 10.332.121,26
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	R\$ 9.095.873,67	n/a	R\$ 9.095.873,67
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros (1)	n/a	R\$ 1.236.247,59	n/a	R\$ 1.236.247,59
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações, inclusive opções	n/a	R\$ 25.303.271,30	n/a	R\$ 25.303.271,30
Valor da remuneração	R\$ 4.972.415,92	R\$ 40.997.246,50	n/a	R\$ 45.969.662,42

(1) Verbas rescisórias e gratificações adicionais de contratações realizadas.

* Conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Contudo, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria e a remuneração paga aos membros externos do referido Comitê em 2013 totalizou R\$1.227.830,96, montante este não considerado na tabela acima. Os encargos sociais (INSS) sobre este valor foram de R\$ 276.261,99

A Companhia reconheceu em 2013 o montante de R\$ 2.814.492,64 relativos a encargos sociais (INSS e FGTS), reflexo da remuneração fixa do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. Este montante não está considerado no quadro acima. Os encargos trabalhistas (13º Salário e Férias), quando aplicável, já estão sendo considerados na tabela acima, na linha Salário ou pró-labore.

A tabela abaixo apresenta informações sobre a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia prevista para o exercício social de 2016, a qual está sujeita à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2016. Tendo em vista que a remuneração variável de curto e médio prazo da Diretoria Estatutária (PLR) está vinculada ao alcance da meta global da Companhia estabelecida para o ano, as previsões constantes da tabela abaixo assumem um cenário de resultado provável e podem mudar em função da variação do resultado do LAJIR ajustado e da despesa ajustada da Companhia (base de determinação do *pool* do PLR – item 13.1 “c”). A título de exemplo, conforme regra descrita no item 13.1 “c” deste Formulário de Referência, caso o resultado ao final do exercício atinja um patamar de 10% acima do LAJIR ajustado esperado, considerado o limite de despesa prevista no orçamento do exercício, o valor de remuneração variável de curto e médio prazo (PLR) será acrescido de R\$ 1.260.520,59, que é equivalente a um acréscimo de 10% no valor total estimado, observada a regra descrita no item 13.1 “c” acima.

Além disso, a partir de 2014, o Plano de Ações passou a ser o instrumento de incentivo de longo prazo adotado pela Companhia, em substituição ao mecanismo de opções de compra de ações. Conforme deliberação do Conselho de Administração, as concessões no âmbito do Plano de Ações para determinado exercício social sempre ocorrerão no início do exercício social seguinte. Assim, a concessão de ações referente ao exercício social de 2015 ocorreu somente em janeiro de 2016, e, portanto, produzirá efeitos a partir do exercício social de 2016 até a conclusão do programa.

Dessa forma, foram aprovados, pelo Conselho de Administração, dois programas de concessão de ações (Programas de Ações) para concessão em 8 de janeiro de 2016, no âmbito do Plano de Ações, relativos ao exercício social de 2015, quais sejam, o “Programa de Concessão de Ações BVMF 2015” e o “Programa de Concessão de Ações Adicional BVMF 2015”. A quantidade de ações concedidas no âmbito do Plano de Ações relativas ao exercício social de 2015, e com efeitos somente a partir do exercício de 2016 até a conclusão do programa, a estimativa para os Diretores Estatutários abrange um total de 1.255.701ações no “Programa de Concessão de Ações BVMF 2015” que representam 0,066% do total de ações emitidas pela Companhia, e a estimativa de 727.833 ações no “Programa de Concessão de Ações

Adicional BVMF 2015”, considerando que a contrapartida do Diretor por meio da aquisição de Ações Próprias, ocorra a um preço de R\$ 10,52 por ação, e assim, representam 0,038% do total de ações emitidas pela Companhia.

Vale ressaltar que para os Programas de Ações, não há o cálculo do preço justo, para este efeito, é considerado o valor de fechamento da ação na data da concessão, que ocorreu em 8 de janeiro de 2016. Nesta data, o preço de fechamento da ação de emissão da Companhia era R\$10,52.

Com base no Plano de Ações, a concessão de 172.700 ações aos membros do Conselho de Administração referente ao exercício social de 2015 ocorreu em 8 de janeiro de 2016, com efeito, portanto, a partir do exercício social de 2016 até a conclusão do programa.

Exercício Social Corrente “Previsto para 2016”

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal*	Total
Número total de membros	11	5	n/a	16
Número de membros remunerados	10	5	n/a	15
Remuneração fixa anual (em R\$)	R\$ 7.257.225,28	R\$ 6.681.319,42	n/a	R\$ 13.938.544,70
Salário ou pró-labore	R\$ 5.992.167,47	R\$ 5.606.271,47	n/a	R\$ 11.598.438,94
Benefícios diretos e indiretos		R\$ 1.075.047,95	n/a	R\$ 1.075.047,95
Remuneração por participação em Comitês	R\$ 1.265.057,80		n/a	R\$ 1.265.057,80
Outros			n/a	
Remuneração Variável (em R\$)		R\$ 12.605.205,92	n/a	R\$ 12.605.205,92
Bônus			n/a	
Participação nos resultados		R\$ 12.605.205,92	n/a	R\$ 12.605.205,92
Remuneração por participação em reuniões			n/a	
Comissões			n/a	
Outros			n/a	
Benefícios pós-emprego			n/a	
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			n/a	
Remuneração baseada em ações, inclusive opções	R\$ 1.816.804,00	R\$ 20.866.755,82	n/a	R\$ 22.683.559,82
Valor da remuneração	R\$ 9.074.029,28	R\$ 40.153.281,16	n/a	R\$ 49.227.310,44

* Conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Contudo, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria e a remuneração estimada para o exercício social de 2016, referente aos membros externos do referido Comitê, totaliza R\$ 1.466.120,00, montante este não considerado na tabela acima. Os encargos sociais (INSS) sobre este valor será de R\$ 329.877,11.

A Companhia prevê reconhecer em 2016 o montante de R\$ 3.576.729,68 relativos a encargos sociais (INSS e FGTS), reflexo da remuneração fixa do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. Este montante não está considerado no quadro acima. Os encargos trabalhistas (13º Salário e Férias), quando aplicável, já estão sendo considerados na tabela acima, na linha de Salário ou pró-labore.

Ressaltamos que em relação ao incentivo de longo prazo, no âmbito do Plano de Concessão de Ações, conforme deliberação do Conselho de Administração, a outorga de ações referente ao exercício social de 2015 ocorreu somente em janeiro de 2016, com efeitos, portanto, a partir do exercício social de 2016 até a conclusão do programa. A tabela acima apresenta informações sobre remuneração baseada em ações atribuída aos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária e este montante, quando aplicável, terá reflexos relativos a encargos sociais (INSS/FGTS) e encargos trabalhistas (13º Salário e Férias), os quais não estão considerados no quadro acima, pois tais valores serão reconhecidos gradualmente nas demonstrações financeiras, de acordo com o prazo de carência do programa, e seu valor final só poderá ser calculado na data efetiva da transferência das ações com base na cotação de mercado desse dia.

13.3 Remuneração variável referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 e remuneração variável prevista para o exercício social corrente:

Nossa política de remuneração variável para os membros da Diretoria baseia-se no conceito de múltiplos salariais, que variam de acordo com o nível de senioridade de cada cargo. Dentro de cada nível de cargos ocorre, ainda, uma

diferenciação baseada em desempenho individual.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a remuneração variável da Diretoria Estatutária da Companhia: (i) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração variável; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	n/a	5	n/a	5
Número de membros remunerados	n/a	5	n/a	5
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 10.804.395,25	n/a	R\$ 10.804.395,25
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 13.205.371,97	n/a	R\$ 13.205.371,97
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	R\$ 12.004.883,61	n/a	R\$ 12.004.883,61
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	R\$ 9.807.760,22	n/a	R\$ 9.807.760,22

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	n/a	5	n/a	5
Número de membros remunerados	n/a	5	n/a	5
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 10.137.582,05	n/a	R\$ 10.137.582,05
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 12.390.378,06	n/a	R\$ 12.390.378,06
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	R\$ 11.263.980,06	n/a	R\$ 11.263.980,06
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	R\$ 9.140.054,87	n/a	R\$ 9.140.054,87

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	n/a	4,92	n/a	4,92
Número de membros remunerados	n/a	4,92	n/a	4,92

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 9.569.329,99	n/a	R\$ 9.569.329,99
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 11.578.889,28	n/a	R\$ 11.578.889,28
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	R\$ 10.526.262,98	n/a	R\$ 10.526.262,98
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	R\$ 9.095.873,67	n/a	R\$ 9.095.873,67

A tabela abaixo apresenta informações sobre a remuneração variável prevista para o exercício social de 2016. Tendo em vista que a remuneração variável de curto e médio prazo da Diretoria Estatutária (PLR) está vinculada ao alcance da meta global da Companhia estabelecida para o ano, as previsões constantes da tabela abaixo assumem um cenário de resultado provável e podem mudar em função da variação do LAJIR ajustado da Companhia e da despesa orçada (base de determinação do *pool* do PLR).

Conforme regra descrita no item 13.1 (c) acima, o valor total da remuneração variável de curto e médio prazo que será paga aos administradores e funcionários da Companhia durante o exercício social de 2016 será calculado com base no resultado do LAJIR ajustado da Companhia, excluídas as despesas referentes ao Plano de Concessão de Ações da Companhia (principal e encargos trabalhistas/sociais), considerado o limite de despesa ajustada prevista no orçamento do exercício, efetivamente apurado e deverá representar aproximadamente 4,2% deste resultado.

Desse valor, uma parte será destinada à Diretoria Estatutária e sua distribuição deverá seguir regra de valor alvo por nível e diferenciação baseada no desempenho individual. Caso ocorra superação das despesas orçadas para o exercício, será aplicado um redutor no percentual do LAJIR ajustado acima citado na proporção de 5% a cada 1% excedente de despesa realizada versus a despesa orçada.

Com relação à previsão dos valores mínimo e máximo, ressaltamos que a distribuição de PLR, conforme as regras descritas acima, é diretamente afetada pelo LAJIR ajustado, considerado o limite de despesa ajustada prevista no orçamento do exercício de forma que: (i) caso não haja Lucro, o valor pago a título de PLR será zero; (ii) não há valor máximo previsto como um teto, devendo ser observadas as regras de distribuição descritas acima. Para fins da estimativa dos valores mínimo e máximo previstos na tabela abaixo, foi considerada obtenção do LAJIR ajustado (conforme regra descrita no item 13.1 "c") em 10% abaixo e 10% acima, respectivamente, da meta estabelecida para fins do programa de PLR aprovada pelo Conselho de Administração.

Exercício Social Corrente – "Previsto para 2016"

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	n/a	5	n/a	5
Número de membros remunerados	n/a	5	n/a	5
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado (em R\$)				

Exercício Social Corrente – “Previsto para 2016”

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 11.344.685,33	n/a	R\$ 11.344.685,33
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	R\$ 13.865.726,51	n/a	R\$ 13.865.726,51
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	R\$ 12.605.205,92	n/a	R\$ 12.605.205,92
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. Termos e condições gerais

Como descrito em nota introdutória a este item, em 2014 foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2014 o Plano de Ações, que substituiu o mecanismo de outorga de opções de compra de ações do Plano de Opção como instrumento de incentivo de longo prazo.

Plano de Ações (concessões de ações relativas ao exercício social de 2014 em diante)

São elegíveis para participar os administradores e empregados da Companhia e de sociedades controladas (Beneficiários).

O Plano de Ações delega amplos poderes ao Conselho de Administração para aprovar as concessões de ações e administrá-las, por meio de Programas de Concessão de Ações (Programas de Ações), os quais devem definir, entre outras condições específicas: (i) os respectivos Beneficiários; (ii) o número total de ações da Companhia objeto de concessão; (iii) critérios para eleição dos Beneficiários e determinação do número de ações a serem atribuídas; (iv) a divisão das ações em lotes; (v) períodos de carência para realização da transferência das ações; (vi) eventuais restrições à transferência das ações recebidas pelos Beneficiários; e (vii) eventuais disposições sobre penalidades.

Para cada Programa de Ações, deverá ser respeitado um prazo total mínimo de 3 (três) anos entre a data de concessão das ações daquele Programa e a última data de transferência de ações concedidas para o mesmo Programa. Ademais, deverá ser respeitado um prazo de carência mínimo de 12 (doze) meses entre: (i) a data de concessão de um Programa e a primeira data de transferência de qualquer lote de ações daquele Programa, e (ii) entre cada uma das datas de transferência de lotes de ações daquele Programa, após a primeira transferência.

Quando do lançamento de cada Programa de Ações, o Conselho de Administração deve fixar os termos e as condições para a concessão das ações em Contrato de Concessão de Ações (Contrato), a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário.

Os poderes do Conselho de Administração no âmbito do Plano de Ações podem ser delegados ao Comitê de Remuneração. Atualmente, o Conselho de Administração conta com a assessoria do Comitê de Remuneração para a definição das condições das concessões de ações, nos termos da competência estatutária deste comitê.

As ações objeto da concessão terão os direitos estabelecidos no Plano de Ações, nos respectivos Programas de Ações e no Contrato, sendo certo que o Beneficiário não fará jus ao recebimento de dividendos ou quaisquer outros proventos antes da transferência definitiva de tais ações.

Os Programas de Ações e os Contratos estão sujeitos, ainda, às seguintes condições gerais:

- a) nenhuma ação será transferida ao Beneficiário a não ser que todas as exigências legais, regulamentares e contratuais tenham sido integralmente cumpridas;
- b) nenhuma disposição do Plano de Ações, de qualquer Programa de Ações ou do Contrato conferirá a qualquer Beneficiário direito de permanência como administrador ou empregado da Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos da Companhia de interromper, a qualquer tempo, o mandato do administrador ou o contrato de trabalho do empregado;
- c) as ações concedidas nos termos do Plano de Ações não têm qualquer relação nem estão vinculadas à remuneração fixa ou eventual participação nos lucros (PLR) dos Beneficiários;
- d) o Beneficiário não terá nenhum dos direitos e privilégios de acionista da Companhia no momento da concessão do direito ao recebimento das ações objeto do respectivo Programa de Ações e Contrato, exceto aqueles a que se refere o Plano de Ações; e

e) o Beneficiário somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento da definitiva transferência das ações.

O Plano de Ações prevê, ainda, um mecanismo específico de concessão de ações para os membros do Conselho de Administração, por meio do qual: (i) são elegíveis para serem beneficiários da concessão ao Conselho os membros do Conselho de Administração a partir da data da Assembleia Geral que os elege para o cargo, ou outro prazo que a Assembleia Geral venha a fixar; (ii) os Beneficiários membros do Conselho de Administração poderão receber anualmente, em conjunto, um total de até 172.700 ações de emissão da Companhia, que serão distribuídas linearmente entre os membros do Conselho de Administração, conforme deliberação em assembleia geral; (iii) as concessões aos membros do Conselho de Administração serão feitas em lote único nas mesmas datas em que houver a aprovação dos Programas para a concessão de ações aos demais beneficiários; (iv) as ações objeto dos contratos de beneficiários membros do Conselho de Administração serão transferidas após 2 anos, a contar do término de cada mandato como membro do Conselho de Administração no qual houve a celebração do Contrato; (v) no caso de destituição por violação de seus deveres e atribuições, conforme a legislação comercial ou motivo equivalente à justa causa na legislação trabalhista, caducarão imediatamente e sem indenização, o direito ao recebimento de todas as ações ainda não transferidas; (vi) no caso de renúncia, caducarão imediatamente e sem indenização, o direito ao recebimento das ações objeto de Programa aprovado para o ano do mandato em que ocorrer a renúncia. Todas as demais ações cujo direito tenha sido concedido anteriormente serão transferidas ao Beneficiário observando-se os respectivos prazos de transferência; neste caso, a contagem do prazo de transferência será feita como se o Beneficiário não houvesse renunciado, ou seja, a ação será transferida após 2 anos a contar da data em que ocorreria o término do mandato, caso o Beneficiário não houvesse renunciado; e (vii) no caso de término do mandato sem reeleição, todas as ações serão transferidas para o Beneficiário, observando-se os respectivos prazos de transferência.

As concessões no âmbito do Plano de Ações referentes a um determinado exercício social sempre ocorrerão no início do exercício social seguinte.

Ocorreram 6 concessões de ações no âmbito do Plano de Ações, sendo duas concessões aos membros do Conselho de Administração correspondente ao mandato de 2014 e 2015 e quatro pelos Programas de Ações aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam, "Programa de Concessão de Ações BVMF 2014", "Programa Adicional de Concessão de Ações BVMF 2014", "Programa de Concessão de Ações BVMF 2015" e "Programa Adicional de Concessão de Ações BVMF 2015".

Plano de Opções (outorgas de opções relativas até o exercício social de 2013)

No âmbito do Plano de Opção, eram elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia os administradores e superintendentes da Companhia e de suas controladas e, em casos especiais, seus empregados e prestadores de serviços indicados pelo Diretor Presidente (Beneficiários).

O Plano de Opção delegava amplos poderes ao Conselho de Administração para aprovar as outorgas de opções e administrá-las, por meio de Programas de Opções de Compra de Ações (Programas de Opções).

O Plano de Opção, previa, ainda, um mecanismo específico de outorga de opções para os membros do Conselho de Administração, por meio do qual: (i) eram elegíveis para participar das outorgas, os membros do Conselho de Administração a partir da data assembleia geral que os elege para o cargo, ou outro prazo que esta venha a fixar; (ii) os Beneficiários membros do Conselho de Administração poderiam receber anualmente, em conjunto, um total de até 330.000 opções, que serão distribuídas linearmente entre os membros do Conselho de Administração, conforme deliberação em assembleia geral; (iii) as opções outorgadas aos membros do Conselho de Administração seriam outorgadas em lote único nas mesmas datas que ocorrerem as outorgas para outros beneficiários; (iv) o Beneficiário poderá exercer seu direito após 2 (dois) anos, a contar do término de seu mandato como membro do Conselho de Administração; (v) as opções deveriam ser exercidas no prazo máximo de 5 anos, a contar da data em que as opções outorgadas ao Beneficiário tornaram-se exercíveis; (vi) no caso de destituição do Beneficiário membro do Conselho de Administração por violação de seus deveres e atribuições, conforme a legislação civil ou motivo equivalente à justa causa na legislação trabalhista, caducariam sem indenização todas as opções não exercidas, tendo ou não decorrido os prazos de carência; e (vii) no caso de renúncia do Beneficiário membro do Conselho de Administração, todas as opções não exercidas até a data da renúncia poderiam ser exercidas pelo respectivo Beneficiário, com exceção das opções outorgadas no ano do mandato em que ocorrer a renúncia, observando-se os respectivos prazos para exercício.

Ocorreram dez outorgas de opções no âmbito do Plano de Opção, sendo uma outorga aos membros do Conselho de Administração correspondente ao mandato de 2013 e nove pelos Programas de Opções aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam, "Programa de Opções BVMF 2008", "Programa de Opções BVMF 2009", "Programa de Opções BVMF 2010", "Programa de Opções BVMF 2011", "Programa de Opções Adicionais BVMF 2011", "Programa de Opções BVMF 2012", "Programa de Opções Adicionais BVMF 2012", "Programa de Opções BVMF 2013" e "Programa de Opções Adicionais BVMF 2013".

As opções outorgadas à Diretoria Estatutária no âmbito do Plano de Opção foram canceladas (vide nota introdutória e item 13.16, assim tais outorgas são referidas apenas para efeito de contexto.

Tendo em vista esta substituição, a Companhia passa a fazer referência neste item 13.4 apenas ao Plano de Ações e, em seu âmbito, à concessão de ações, exceto onde expressamente indicado.

b. Principais objetivos do plano

O objetivo do Plano de Ações é conceder aos administradores e empregados da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia. Dessa forma, pretende-se obter um maior alinhamento dos interesses de tais administradores e empregados com os interesses dos acionistas da Companhia, bem como possibilitar à Companhia e às suas controladas atrair e manter vinculados a elas administradores e empregados.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O objetivo de promover um maior alinhamento de interesses é obtido pelo oferecimento da oportunidade aos administradores e empregados para que se tornem acionistas da Companhia. Nesse sentido, é importante notar que as concessões de ações são formatadas de maneira que os Beneficiários apenas possam auferir um possível ganho num horizonte de longo prazo, agregado à valorização das ações de emissão da Companhia. Assim, busca-se permitir que os administradores e empregados contemplados pelo Plano de Ações, comprometam-se com os objetivos de longo prazo da Companhia e com a geração de valor neste período.

Ademais, a necessidade de que o Beneficiário permaneça vinculado à Companhia para que possa no futuro auferir um possível ganho, visa à retenção de talentos no quadro de pessoal-chave da Companhia. Em suma, a possibilidade de ganhos futuros condicionados à permanência do Beneficiário deverá contribuir para a manutenção da posição do beneficiário na Companhia no longo prazo e para seu empenho na geração de valor.

No caso específico dos Programas Adicionais, ainda há um compromisso de aquisição, pelo Beneficiário, de ações da Companhia e manutenção das Ações Próprias como condição para a efetiva participação no programa e manutenção dos direitos estabelecidos em contrato. Nesta situação, há um alinhamento mais intenso dos interesses do Beneficiário e da Companhia, visto que aqueles se tornam ainda mais comprometidos com os resultados de longo prazo. Dado que o referido Programa destina-se a um grupo chave na organização e conta com uma obrigação de contrapartida, reforçamos também o efeito de retenção de profissionais críticos para a geração de valor no curto, médio e longo prazo.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano de Ações se insere na política de remuneração como instrumento de incentivo de longo prazo, contribuindo na composição do total da remuneração dos administradores e empregados da Companhia. E, nesse sentido, insere-se nos objetivos da política de remuneração de alinhar os objetivos individuais aos objetivos da Companhia, uma vez que os Beneficiários têm um incentivo adicional para adotar condutas que, no longo prazo, gerem valor agregado para a Companhia. O incentivo baseia-se também na possibilidade de ganhos decorrentes da valorização das ações de emissão da Companhia no mercado. Adicionalmente, as concessões de ações, ao oferecerem a possibilidade de realização de ganho apenas mediante o comprometimento de longo prazo do Beneficiário, atuam como um instrumento de atração e retenção dos talentos da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano de Ações atrela níveis distintos de ganho em função de desempenho, o que constitui instrumento incentivador para o cumprimento das metas globais da Companhia e para a busca de ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e se reflitam na valorização de suas ações no mercado. Nesse sentido, os administradores são estimulados a buscar resultados sustentáveis que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo. O Plano de Ações alinha os interesses de seus beneficiários com os interesses dos acionistas da Companhia, na medida em que possibilita que os administradores e empregados tornem-se acionistas da Companhia, estimulando uma gestão eficiente, atraindo e retendo os profissionais altamente qualificados e gerando crescimento e valor para a Companhia. Os mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos Beneficiários ao longo do tempo incluem, por exemplo, os prazos de carência para a efetiva transferência das ações. A divisão da concessão de ações em lotes, serve como estímulo para a retenção do profissional durante tais prazos, permitindo que vá se tornando acionista da Companhia com participação progressivamente maior e que possa auferir um ganho que será tanto maior quanto mais tempo fique na Companhia.

Reforçando ainda mais o alinhamento dos administradores com a Companhia, foram implementados Programas Adicionais, que no caso específico, prevê também o compromisso de aquisição, pelo Beneficiário de tal Programa, de ações da Companhia e manutenção das Ações Próprias como condição para a participação no programa e manutenção dos direitos estabelecidos em contrato. Nesta situação, há um alinhamento mais intenso dos interesses do Beneficiário e da Companhia, tendo em vista que aqueles se tornam ainda mais comprometidos com os resultados de longo prazo. Dado que o Programa supracitado destina-se a um grupo chave na organização e conta com uma obrigação de contrapartida, reforçamos também o efeito de retenção de profissionais críticos para a geração de valor no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

O Plano de Ações prevê que a concessões de ações não poderá abranger mais do que o limite máximo de ações representativas de até 2,5% do capital social da Companhia na respectiva data de concessão.

Tomando como base a quantidade de ações emitidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2015, o total de ações abrangidas pelo Plano de Ações poderá ser de até 45.375.000 ações. Tendo em vista que não serão mais outorgadas opções no âmbito do Plano de Opção, não há que se falar em limite de ações a ser considerado dentro do Plano de Opção.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme mencionado no item "f" acima, o Plano de Ações prevê que a concessões de ações não poderá abranger mais do que o limite máximo de ações representativas de até 2,5% do capital social da Companhia na respectiva data de concessão, e, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão conceder para um exercício anual, o máximo de até 0,8% do total de ações do capital da Companhia, verificado na data de sua concessão.

Tomando como base a quantidade de ações emitidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2015, o total de ações abrangidas pelo Plano de Ações poderá ser de até 45.375.000 ações. Tendo em vista que não serão mais outorgadas opções no âmbito do Plano de Opção, não há que se falar em limite de ações a ser considerado dentro do Plano de Opção.

h. Condições de aquisição de ações

As regras do Plano de Ações determinam que o Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração, conforme o caso, criarão, periodicamente, os Programas de Ações, onde serão definidos, entre outras condições específicas: (i) os respectivos Beneficiários; (ii) o número total de ações da Companhia objeto de concessão; (iii) critérios para eleição dos Beneficiários e determinação do número de ações a serem atribuídas; (iv) a divisão das ações em lotes; (v) períodos de carência para realização da transferência das ações; (vi) eventuais restrições à transferência das ações recebidas pelos Beneficiários; e (vii) eventuais disposições sobre penalidades.

Considerando que, no âmbito do Plano de Ações, as ações são concedidas aos Beneficiários e efetivamente transferidas, observados os prazos de carência estabelecidos nos Programas de Ações e as condições previamente estabelecidas em contrato, não há regras de aquisição de ações. Vale notar, entretanto, que nenhuma ação será transferida ao Beneficiário a não ser que todas as exigências legais, regulamentares e contratuais tenham sido integralmente cumpridas.

O Plano de Ações prevê, ainda, um mecanismo específico de concessão de ações para os membros do Conselho de Administração, por meio do qual: (i) são elegíveis para serem beneficiários da concessão ao Conselho os membros do Conselho de Administração a partir da data da Assembleia Geral que os eleger para o cargo, ou outro prazo que a Assembleia Geral venha a fixar; (ii) os Beneficiários membros do Conselho de Administração poderão receber anualmente, em conjunto, um total de até 172.700 ações de emissão da Companhia, que serão distribuídas linearmente entre os membros do Conselho de Administração, conforme deliberação em assembleia geral; (iii) as concessões aos membros do Conselho de Administração serão feitas em lote único nas mesmas datas em que houver a aprovação dos Programas para a concessão de ações aos demais beneficiários; (iv) as ações objeto dos contratos de beneficiários membros do Conselho de Administração serão transferidas após 2 anos, a contar do término de cada mandato como membro do Conselho de Administração no qual houve a celebração do Contrato; (v) no caso de destituição por violação de seus deveres e atribuições, conforme a legislação comercial ou motivo equivalente à justa causa na legislação trabalhista, caducarão imediatamente e sem indenização, o direito ao recebimento de todas as ações ainda não transferidas; (vi) no caso de renúncia, caducarão imediatamente e sem indenização, o direito ao recebimento das ações objeto de Programa aprovado para o ano do mandato em que ocorrer a renúncia. Todas as demais ações cujo direito tenha sido concedido anteriormente serão transferidas ao Beneficiário observando-se os respectivos prazos de transferência; neste caso, a contagem do prazo de transferência será feita como se o Beneficiário não houvesse renunciado, ou seja, a ação será transferida após 2 anos a contar da data em que ocorreria o término do mandato, caso

o Beneficiário não houvesse renunciado; e (vii) no caso de término do mandato sem reeleição, todas as ações serão transferidas para o Beneficiário, observando-se os respectivos prazos de transferência.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Dado que, no âmbito do Plano de Ações, o instrumento de incentivo de longo prazo ocorre por meio da concessão de ações, não há fixação do preço de aquisição ou exercício.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Como já mencionado em itens anteriores, no âmbito do Plano de Ações, as ações são transferidas aos Beneficiários, de modo que não há exercício. Não obstante, existem regras de carências a serem cumpridas para a efetiva transferência das Ações aos Beneficiários. Neste sentido, para cada Programa de Ações, deverá ser respeitado um prazo total mínimo de 3 (três) anos entre a data de concessão das ações daquele Programa e a última data de transferência de ações concedidas para o mesmo Programa. Ademais, deverá ser respeitado um prazo de carência mínimo de 12 (doze) meses entre: (i) a data de concessão de um Programa e a primeira data de transferência de qualquer lote de ações daquele Programa, e (ii) entre cada uma das datas de transferência de lotes de ações daquele Programa, após a primeira transferência.

Conforme já mencionado acima, o Plano de Ações estabelece também um mecanismo específico de concessão de ações aos membros do Conselho de Administração. Tais concessões serão feitas em lote único nas mesmas datas em que ocorrerem as outorgas para outros Beneficiários e as ações objeto destas concessões serão transferidas após 2 anos, a contar do término de cada mandato como membro do Conselho de Administração no qual houve a celebração do Contrato.

Vale ressaltar que as condições e prazos de carência do Plano de Opção foram mantidos para as ações concedidas em substituição às opções não-vested canceladas (vide item 13.16 abaixo).

k. Forma de liquidação

Plano de Ações

No caso dos Programas de Concessão de Ações, as ações serão transferidas aos Beneficiários de acordo com os lotes e nos períodos fixados no respectivo Contrato, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Plano de Ações, no Programa de Ações e no Contrato.

Plano de Opção

Tendo em vista que as opções outorgadas à Diretoria Estatutária no âmbito do Plano de Opção foram canceladas (vide nota introdutória e item 13.16), haverá liquidação somente das opções outorgadas ao Conselho de Administração relativas ao exercício social de 2013.

Os membros do Conselho de Administração que desejarem exercer as opções efetivamente outorgadas deverão comunicar à Companhia, por escrito, mediante envio de "Notificação de Exercício". Referida notificação deverá indicar a quantidade de ações que o membro do Conselho de Administração pretende comprar. A Notificação de Exercício somente será considerada válida e eficaz se entregue nos prazos fixados pelo Plano de Opções, tendo em vista a necessidade de programação para tornar disponíveis as ações para aquisição. O preço de exercício das opções será pago pelos membros do Conselho de Administração na forma estipulada pelo Plano de Opções.

l. Restrições à transferência das ações

Plano de Ações

No caso do Plano de Ações, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão: (i) estabelecer aos Beneficiários um período mínimo de indisponibilidade para a venda, transferência ou, de qualquer forma, alienação das ações da Companhia recebidas no âmbito do Plano de Ações, bem como aquelas que venham a ser por ele recebidas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição que não envolva o desembolso de recursos próprios do Beneficiário, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações, desde que tais ações ou valores mobiliários tenham decorrido para o Beneficiário da propriedade das ações objeto do Plano de Ações; e (ii) a seu critério, dispensar os Beneficiários do período mínimo de indisponibilidade mencionado no item (i) acima.

Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, a alienação das ações, de qualquer forma, enquanto não decorrido o período referido no item acima, acarretará para o Beneficiário a perda, sem direito a indenização, do direito a receber todas as ações ainda não transferidas a que teria direito no âmbito do mesmo Programa e Contrato.

O Beneficiário se obriga, ainda, a não onerar as ações, se sujeitas a período de indisponibilidade, e a não instituir sobre elas qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto no Plano de Ações.

A Companhia registrará transferência de ações vinculadas ao Plano de Ações no momento de sua ocorrência, ficando as mesmas indisponíveis pelo período estabelecido no Programa, conforme aplicável.

Plano de Opção

Tendo em vista que as opções outorgadas à Diretoria Estatutária no âmbito do Plano de Opção foram canceladas (vide nota introdutória e item 13.16), não há que se falar em restrições à transferência de ações decorrentes de exercício de opções.

O Plano de Opção, que estabelece as condições de outorga de opções aos membros do Conselho de Administração, não prevê restrições às transferências de ações decorrentes do exercício das opções por parte dos membros do Conselho.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Ações pode ser extinto a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da prevalência das restrições à negociabilidade das ações, e sem alteração dos direitos e obrigações de qualquer acordo existente.

No Plano de Ações existe uma previsão de que, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia após a qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as ações concedidas pela Companhia, a critério do Conselho de Administração, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, para e efetiva transferência. Após o referido prazo, o Plano de Ações terminará e as ações não transferidas caducarão sem direito à indenização.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Tendo em vista que as opções outorgadas à Diretoria Estatutária no âmbito do Plano de Opção foram canceladas (vide nota introdutória e item 13.16), trataremos neste item apenas a respeito das condições do Plano de Ações, exceto no que diz respeito aos beneficiários membros do Conselho de Administração.

A destituição do mandato por violação dos deveres e atribuições do administrador ou a demissão do Beneficiário por razão que configuraria justa causa, conforme a legislação civil ou trabalhista, conforme o caso, acarretará na perda, sem indenização, do direito ao recebimento de todas as ações que seriam recebidas no âmbito do Plano de Ações, que ainda não tenham sido transferidas.

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, ou, por delegação destes, do Diretor Presidente, na hipótese de término da relação do Beneficiário com a Companhia em razão de destituição do mandato de administrador, de demissão sem justa causa, de renúncia ou de desligamento voluntário do Beneficiário, não abrangidos pelo parágrafo acima, o Beneficiário do Plano de Ações: (i) deverá receber todas as ações cujo prazo para transferência pela Companhia já tenha decorrido, nos termos do respectivo Programa ou Contrato; e (ii) perderá, sem indenização, o direito ao recebimento das ações cujos prazos de transferência ainda não tenham decorrido.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, ou, por delegação destes, o Diretor Presidente, poderão manter ou antecipar os prazos para transferência de ações concedidas a determinados Beneficiários, no todo ou em parte, cujo vínculo com a Companhia seja terminado nos termos do parágrafo acima.

Caso o Beneficiário venha a falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia enquanto administrador ou empregado, o direito ao recebimento das ações concedidas será assegurado ao Beneficiário ou aos seus herdeiros e sucessores, conforme o caso. As ações concedidas serão transferidas tendo ou não decorrido os prazos previstos no Contrato. Em caso de falecimento, os herdeiros e sucessores receberão as ações na forma de disposição testamentária, conforme estabelecido no inventário ou em ordem judicial competente.

As regras aplicáveis aos casos de falecimento e invalidez permanente também são aplicáveis em caso de aposentadoria

do Beneficiário, desde que tal Beneficiário comprometa-se a não prestar serviços, com ou sem vínculo empregatício, a empresas e instituições que, mesmo de forma indireta, atuem em mercados coincidentes ao da Companhia, durante, no mínimo, 12 meses.

Adicionalmente, em caso de destituição do Beneficiário membro do Conselho de Administração por violação de seus deveres e atribuições, conforme a legislação civil ou motivo equivalente à justa causa na legislação trabalhista, caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, no caso do Plano de Opção, e ações não transferidas, no caso do Plano de Ações, tendo ou não decorrido os prazos de carência. No caso de renúncia do Beneficiário membro do Conselho de Administração, caducarão sem indenização, no âmbito do Plano de Opção, as opções outorgadas no ano do mandato em que ocorrer a renúncia, e no âmbito do Plano de Ações, o direito ao recebimento das ações concedidas no ano do mandato em que ocorrer a renúncia.

13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, e remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia: (i) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração baseada em ações; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Como descrito em nota introdutória a este item 13, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 4/2/2015, a Companhia ofereceu aos beneficiários de outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opção a alternativa de (i) permanecer titular de suas opções, ou (ii) cancelar o saldo de opções, recebendo valor em dinheiro para o caso das opções que já cumpriram o prazo de carência (Opções *vested*) e ações de emissão da Companhia a serem transferidas aos beneficiários em datas futuras, no caso das opções que ainda não cumpriram tal prazo (Opções *não-vested*).

As ações recebidas no cancelamento das Opções não-vested estão vinculadas ao Plano de Ações. As diretrizes e condições que levaram ao cancelamento das opções, bem como ao pagamento em dinheiro e em ações, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24/12/14, sendo que todos os atos necessários à sua implementação foram convalidados pelo Comitê de Remuneração do Conselho de Administração em reunião realizada em 4/2/15.

A parcela de Opções não-vested canceladas resultou na concessão de uma quantidade de ações de emissão da Companhia calculada com base no Valor Justo das Opções não-vested no dia 05.01.15 e no preço de fechamento da ação na mesma data (R\$9,22).

Apenas as opções outorgadas aos membros do Conselho de Administração correspondente ao mandato de 2013 permanecem em vigor

Destacamos, ainda, que não ocorreram outorgas de opções ou concessão de ações aos membros do Conselho de Administração nos exercícios sociais anteriores ao de 2013.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015 – Programa de Opções

a. órgão		Conselho de Administração
b.	número total de membros	11
c.	número de membros remunerados	10
d.	em relação a cada outorga de opções de compra de ações: (Programa)	BVMF CA - 2013
I.	data de outorga:	02/01/2014
II.	quantidade de opções outorgadas:	330.000
III.	prazo para que as opções se tornem exercíveis (data/quantidade):	
	abr-17	89.100
IV.	prazo máximo para exercício das opções:	30/04/2022
V.	prazo de restrição à transferência das ações:	n/a
VI.	preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
	- em aberto no início do exercício social	10,92
	- perdidas durante o exercício social	10,92

	- exercidas durante o exercício social	10,92
	- expiradas durante o exercício social	10,92
e.	valor justo das opções na data de cada outorga:	2,98
f.	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:	0,018%

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2015 - Programas de Concessão Ações

a. órgão		Diretoria Estatutária				Conselho de Administração
b. número total de membros		5				11
c. número de membros remunerados		5				9,67
d. em relação a cada concessão de ações: (Programa)		BVMF CONVERSÃO	BVMF AD CONVERSÃO	BVMF 2014	BVMF AD 2014	BVMF CA 2014
I.	data de concessão:	05/01/2015	05/01/2015	02/01/2015	02/01/2015	02/01/2014
II.	quantidade de ações concedidas:	1.981.603	1.577.963	1.349.476	507.269	172.700
III.	prazo de carência para transferência das ações (data/quantidade):					
jan-16		732.760	78.546	337.369	169.090	0
jan-17		0	293.231	0	0	0
abr-17		0	0	0	0	74.014
IV.	prazo máximo para transferência das ações:	05/01/2018	07/01/2019	04/01/2019	04/01/2018	02/05/2017
V.	prazo de restrição à transferência das ações:	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
VI.	cotação média ponderada em cada um dos seguintes grupos de ações:					
- em aberto no início do exercício social		9,22	9,22	9,50	9,50	9,50
- perdas durante o exercício social		9,22	9,22	9,50	9,50	9,50
- transferidas durante o exercício social		9,22	9,22	9,50	9,50	9,50
- expiradas durante o exercício social		9,22	9,22	9,50	9,50	9,50
e.	valor justo das ações na data de cada concessão:	9,22	9,22	9,50	9,50	9,50
f.	diluição potencial em caso de transferência de todas as ações concedidas:	0,11%	0,09%	0,07%	0,03%	0,010%

Os quadros abaixo apresentam informações sobre a remuneração baseada em ações quando ainda estavam no âmbito do Plano de Opção.

Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 2014 – Plano de Opção

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 18/4/2016

a. órgão		Diretoria Estatutária						Conselho de Administração
b. número total de membros		5						11
c. número de membros remunerados		5						10
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações: (Programa)		BVMF 2011	BVMF AD 2011	BVMF 2012	BVMF AD 2012	BVMF 2013	BVMF AD 2013	BVMF CA 2013
I.	data de outorga:	02/01/2012	02/01/2012	02/01/2013	02/01/2013	02/01/2014	02/01/2014	02/01/2014
II.	quantidade de opções outorgadas:	3.250.000	1.337.170	3.300.000	1.001.185	3.500.000	1.477.340	330.000
III.	prazo para que as opções se tornem exercíveis (data/quantidade):							
	jan/15	233.333	204.691	750.000	0	875.000	0	0
	jan/16	175.000	0	0	166.864	0	0	0
	jan/17	0	122.814	0	0	0	246.224	0
	abr/17	0	0	0	0	0	0	89.100
IV.	prazo máximo para exercício das opções:	02/01/2020	02/01/2019	02/01/2021	02/01/2020	02/01/2022	02/01/2021	30/04/2022
V.	prazo de restrição à transferência das ações:	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
VI.	preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:							
	- em aberto no início do exercício social	10,07	5,04	10,78	6,74	8,73	5,46	10,92
	- perdas durante o exercício social	10,07	5,04	10,78	6,74	8,73	5,46	10,92
	- exercidas durante o exercício social	10,07	5,04	10,78	6,74	8,73	5,46	10,92
	- expiradas durante o exercício social	10,07	5,04	10,78	6,74	8,73	5,46	10,92
e.	valor justo das opções na data de cada outorga:	2,79	4,19	5,55	6,98	3,43	4,33	2,98
f.	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:	0,16%	0,07%	0,17%	0,07%	0,18%	0,08%	0,02%

Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 2013 – Plano de Opção

a. órgão		Diretoria Estatutária				
b. número total de membros		5				
c. número de membros remunerados		5				
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações: (Programa)		BVMF 2010	BVMF 2011	BVMF AD 2011	BVMF 2012	BVMF AD 2012
I.	data de outorga:	03/01/2011	02/01/2012	02/01/2012	02/01/2013	02/01/2013
II.	quantidade de opções outorgadas:	3.420.000	3.250.000	1.337.170	3.300.000	1.001.185
III.	prazo para que as opções se tornem exercíveis (data/quantidade):					
	jan/14	285.000	406.250	0	825.000	0
	jan/15	0	270.833	222.862	0	0
	jan/16	0	203.125	0	0	166.864
	jan/17	0	0	133.717	0	0
IV.	prazo máximo para exercício das opções:	03/01/2018	02/01/2020	02/01/2019	02/01/2021	02/01/2020
V.	prazo de restrição à transferência das ações:	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
VI.	preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:					
	- em aberto no início do exercício social	12,91	10,07	5,04	10,78	6,74
	- perdidas durante o exercício social	12,91	10,07	5,04	10,78	6,74
	- exercidas durante o exercício social	12,91	10,07	5,04	10,78	6,74
	- expiradas durante o exercício social	12,91	10,07	5,04	10,78	6,74
e.	valor justo das opções na data de cada outorga:	4,5	2,79	4,19	5,55	6,98
f.	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:	0,17%	0,16%	0,07%	0,17%	0,07%

Obs.: (1) Não foi considerada a média anual de membros que ocuparam cargo na Diretoria e sim a quantidade de membros a quem foi atribuída remuneração baseada em ações reconhecida no resultado da Companhia neste exercício social.

Exercício Social Corrente - Previsto para 2016 – Programa de Opções

a. órgão		Conselho de Administração
b. número total de membros		11
c. número de membros remunerados		10
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações: (Programa)		BVMF CA - 2013
I.	data de outorga:	02/01/2014
II.	quantidade de opções outorgadas:	330.000
III. prazo para que as opções se tornem exercíveis (data/quantidade):		
abr-17		89.100
IV.	prazo máximo para exercício das opções:	30/04/2022
V.	prazo de restrição à transferência das ações:	n/a
VI. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
- em aberto no início do exercício social		10,92
- perdas durante o exercício social		10,92
- exercidas durante o exercício social		10,92
- expiradas durante o exercício social		10,92
e.	valor justo das opções na data de outorga:	2,98
f.	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:	0,016%

Exercício Social Corrente - Previsto para 2016 - Programas de Concessão de Ações

a. órgão		Diretoria Estatutária						Conselho de Administração	
b. número total de membros		5						11	
c. número de membros remunerados		5						10	
d. em relação a cada concessão de ações (Programa)		BVMF CONV.	BVMF AD CONV.	BVMF 2014	BVMF AD 2014	BVMF 2015	BVMF AD 2015	BVMF CA 2014	BVMF CA 2015
I.	data de concessão	05/01/2015	05/01/2015	02/01/2015	02/01/2015	08/01/2016	08/01/2016	02/01/2014	08/01/2016
II.	quantidade de ações concedidas	1.981.603	1.577.963	1.349.476	507.269	1.255.716	727.830	172.700	172.700
III. prazo de carência para transferência das ações (data/quantidade)									
jan-17		668.795	130.056	337.369	169.090	313.929	242.610	0	0
abr-17		0	0	0	0	0	0	74.014	0
jan-18		0	117.819	0	0	0	0	0	0
abr-19		0	0	0	0	0	0	0	51.810
IV.	prazo máximo para transferência das ações	05/01/2017	05/01/2017	04/01/2019	04/01/2018	04/01/2020	04/01/2019	02/05/2017	02/05/2019
V.	prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
VI. cotação média ponderada em cada um dos seguintes grupos de ações									
- em aberto no início do exercício social		9,22	9,22	9,50	9,50	10,52	10,52	9,50	10,52
- perdas durante o exercício social		9,22	9,22	9,5	9,5	10,52	10,52	9,5	10,52
- transferidas durante o exercício social		9,22	9,22	9,5	9,5	10,52	10,52	9,5	10,52
- expiradas durante o exercício social		9,22	9,22	9,5	9,5	10,52	10,52	9,5	10,52
e.	valor justo das ações na data de cada concessão	9,22	9,22	9,5	9,5	10,52	10,52	9,5	10,52

f.	diluição potencial em caso de transferência de todas as ações concedidas	0,07%	0,08%	0,06%	0,02%	0,07%	0,04%	0,010%	0,010%
----	--	-------	-------	-------	-------	-------	-------	--------	--------

13.6 Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Como descrito em nota introdutória a este item 13, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 4/2/2015, a Companhia ofereceu aos beneficiários de outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opção a alternativa de (i) permanecer titular de suas opções, ou (ii) cancelar o saldo de opções, recebendo valor em dinheiro para o caso das opções que já cumpriram o prazo de carência (Opções *vested*) e ações de emissão da Companhia a serem transferidas aos beneficiários em datas futuras, no caso das opções que ainda não cumpriram tal prazo (Opções *não-vested*).

As ações recebidas no cancelamento das Opções não-vested estão vinculadas ao Plano de Ações.

As diretrizes e condições que levaram ao cancelamento das opções, bem como ao pagamento em dinheiro e em ações, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24/12/14, sendo que todos os atos necessários à sua implementação foram convalidados pelo Comitê de Remuneração do Conselho de Administração em reunião realizada em 4/2/15.

A parcela de Opções não-vested canceladas resultou na concessão de uma quantidade de ações de emissão da Companhia calculada com base no Valor Justo das Opções não-vested no dia 05.01.15 e no preço de fechamento da ação na mesma data (R\$9,22).

Apenas as opções outorgadas aos membros do Conselho de Administração correspondente ao mandato de 2013 permanecem em vigor, portanto, a tabela abaixo apresenta informações sobre as opções em aberto outorgadas aos membros do Conselho de Administração da Companhia ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, considerando o número de membros de cada órgão.

Ressaltamos mais uma vez que em relação ao incentivo de longo prazo, conforme deliberação do Conselho de Administração, as outorgas relativas a determinado exercício social sempre ocorrerão no início do exercício social seguinte. Assim, a concessão de ações referente ao exercício social de 2015 ocorreu somente em janeiro de 2016, com efeitos sobre o exercício social de 2015.

a. Órgão	Conselho de Administração
b. Número de Membros	11
c. Número de Membros Remunerados	10
d. Opções Ainda Não Exercíveis	
Programa	BVMF CA - 2013
i. Quantidade:	297.000
ii. Data em que as Opções se Tornarão Exercíveis (data / quantidade):	
abr-17	297.000
iii. Prazo Máximo para Exercício das Opções:	30/04/2019
iv. Prazo de Restrição à Transferência das Ações:	n/a
v. Preço Médio Ponderado do Exercício:	10,92
vi. Valor Justo das Opções no Último Dia do Exercício Social:	2,98
e. Opções Exercíveis	
i. Quantidade:	0
ii. Prazo Máximo para Exercício das Opções:	n/a
iii. Prazo de Restrição à Transferência das Ações:	n/a
iv. Preço Médio Ponderado do Exercício:	n/a
v. Valor Justo das Opções no Último Dia do Exercício Social:	n/a
vi. Valor Justo do Total das Opções no Último Dia do Exercício Social:	2,98

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre as opções exercidas e ações entregues relativas ao incentivo de longo prazo da Diretoria Estatutária da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, considerando o número de membros de cada órgão que efetivamente exerceram opções e receberam ações.

Como descrito em nota introdutória a este item 13, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 4/2/2015, a Companhia ofereceu aos beneficiários de outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opção a alternativa de (i) permanecer titular de suas opções, ou (ii) cancelar o saldo de opções, recebendo valor em dinheiro para o caso das opções que já cumpriram o prazo de carência (Opções *vested*) e ações de emissão da Companhia a serem transferidas aos beneficiários em datas futuras, no caso das opções que ainda não cumpriram tal prazo (Opções *não-vested*).

As ações recebidas no cancelamento das Opções não-vested estão vinculadas ao Plano de Ações.

As diretrizes e condições que levaram ao cancelamento das opções, bem como ao pagamento em dinheiro e em ações, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24/12/14, sendo que todos os atos necessários à sua implementação foram convalidados pelo Comitê de Remuneração do Conselho de Administração em reunião realizada em 4/2/15.

O quadro abaixo representa a parcela de Opções vested canceladas e que resultou em pagamento conferido em dinheiro pelo cancelamento das Opções, tendo como referência o valor justo (Valor Justo) das Opções no dia 05.01.15, conforme procedimento previsto no Pronunciamento CPC 10 (R1) aprovado pela Deliberação CVM no. 650/10, sendo que os resultados desses cálculos foram objeto de trabalho de asseguarção limitada realizado por consultoria externa especializada.

A parcela de Opções não-vested canceladas resultou na concessão de uma quantidade de ações de emissão da Companhia calculada com base no Valor Justo das Opções não-vested no dia 05.01.15 e no preço de fechamento da ação na mesma data (R\$9,22).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	n/a	5	5
Número de membros remunerados	n/a	5	5
Opções exercidas			
Número de ações	n/a	0	0
Preço médio ponderado do exercício	n/a	n/a	n/a
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	R\$ 18.626.502,80	R\$ 18.626.502,80
Ações entregues			
Número de ações	n/a	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0	0
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0	0

Os quadros abaixo apresentam informações sobre a remuneração baseada em ações quando ainda estavam no âmbito do Plano de Opção.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	n/a	5	5
Número de membros remunerados	n/a	5	5
Opções exercidas			
Número de ações	n/a	845.000	845.000
Preço médio ponderado do exercício	n/a	R\$ 10,34	R\$ 10,34
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	R\$ 2.046.950,00	R\$ 2.046.950,00
Ações entregues			

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de ações	n/a	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0	0
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0	0

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	n/a	5	5
Número de membros remunerados	n/a	5	5
Opções exercidas			
Número de ações	n/a	1.607.500	1.607.500
Preço médio ponderado do exercício	n/a	R\$ 8,85	R\$ 8,85
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	R\$ 2.668.875,00	R\$ 2.668.875,00
Ações entregues			
Número de ações	n/a	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	0	0
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0	0

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação

Plano de Ações

Para as ações concedidas no âmbito do Plano de Ações, o valor justo corresponde ao preço de fechamento da ação na data de concessão.

Plano de Opção

As opções outorgadas pela Companhia apresentam características do modelo europeu (exercício antecipado não permitido) até a data de *vesting* e características do modelo americano (possibilidade de exercício antecipado) entre a data de *vesting* e a data máxima para exercício. Opções com essas propriedades são denominadas opções do tipo Bermuda ou *Mid-Atlantic*, e seu preço deve, por construção, situar-se entre o preço de uma opção do modelo europeu e o preço de uma opção do modelo americano de características equivalentes. Com relação ao pagamento de dividendos, deve-se levar em conta dois efeitos sobre o preço da opção considerada: (i) a queda no valor das ações após as suas datas ex-dividendos e; (ii) a influência desses pagamentos sobre a decisão de exercício antecipado.

Levando-se em conta os fatores acima descritos, foi empregado o modelo Binomial para a determinação do valor justo das opções outorgadas. Esse modelo apresenta resultados equivalentes aos do modelo de *Black & Scholes* para opções europeias simples, possuindo a vantagem de incorporar, conjuntamente, as características de exercício antecipado e de pagamento de dividendos associadas às opções em questão.

As principais premissas consideradas na precificação das opções estão descritas abaixo:

- as opções foram avaliadas considerando os parâmetros de mercado vigentes em cada uma das datas de outorga dos diferentes Programas de Opções;
- para estimativa da taxa de juros livre de risco foram utilizados os contratos de juros futuros negociados para o prazo máximo de exercício de cada opção; e
- como prazo de vencimento das opções foi considerado o prazo máximo de exercício das opções outorgadas em cada Programa de Opções.

Foram consideradas as demais premissas clássicas associadas aos modelos de precificação de opções, como inexistência de oportunidades de arbitragem e volatilidade constante ao longo do tempo.

Levando-se em conta os fatores acima descritos, foi empregado o modelo Binomial Hull para a determinação do valor justo das opções outorgadas. Esse modelo apresenta resultados equivalentes aos resultados do modelo de *Black & Scholes* para opções europeias simples, possuindo a vantagem de incorporar, conjuntamente, as características de exercício antecipado e de pagamento de dividendos associadas às opções em questão.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Ações

Para as ações concedidas no âmbito do Plano de Ações, o valor justo corresponde ao preço de fechamento da ação na data de concessão.

Plano de Opção (outorgas de opções relativas até o exercício social de 2013)

As principais premissas consideradas na precificação das opções foram:

- as opções foram avaliadas considerando os parâmetros de mercado vigentes em cada uma das datas de outorga dos diferentes Programas de outorga;
- para estimativa da taxa de juros livre de risco, foram utilizados os contratos de juros futuros negociados para o prazo máximo de exercício de cada opção;
- os preços das ações foram ajustados de forma a incorporar o efeito do pagamento de dividendos;
- a volatilidade esperada utilizada para precificação foi definida conforme descrito na letra (d) deste item 13.9; e
- como prazo de vencimento das opções, foi utilizado o prazo máximo de exercício das opções outorgadas.

Foram consideradas as demais premissas clássicas associadas aos modelos de precificação de opções, como inexistência de oportunidades de arbitragem e volatilidade constante ao longo do tempo.

Assim sendo, as principais premissas estão destacadas no quadro abaixo:

Dados e Premissas	Programa 2013
Data de Outorga	02/01/2014
Preço da Ação (R\$)	R\$ 10,92
Preço de Exercício (R\$)	R\$ 8,73
Volatilidade Esperada (ano)	35,62%
Prazo de vida da opção (último vesting)	02/01/2022
Dividendos Esperados (Payout)	80,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	10,57%

Dados e Premissas	Programa Adicional - 2013
Data de Outorga	02/01/2014
Preço da Ação (R\$)	R\$ 10,92
Preço de Exercício (R\$)	R\$ 5,46
Volatilidade Esperada (ano)	35,62%
Prazo de vida da opção (último vesting)	02/01/2021
Dividendos Esperados (Payout)	80,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	10,57%

Dados e Premissas	Outorga Conselho de Administração - 2013
Data de Outorga	02/01/2014
Preço da Ação (R\$)	R\$ 10,92
Preço de Exercício (R\$)	R\$ 10,92
Volatilidade Esperada (ano)	35,62%
Prazo de vida da opção (último vesting)	30/04/2022
Dividendos Esperados (Payout)	80,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	10,57%

Dados e Premissas	Programa 2012
Data de Outorga	02/01/2013
Preço da Ação (R\$)	R\$ 14,11
Preço de Exercício (R\$)	R\$ 10,78
Volatilidade Esperada (ano)	29,18%
Prazo de vida da opção (último vesting)	02/01/2021
Dividendos Esperados (Payout)	80,00%

Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	9,21%
Programa Adicional - 2012	
Dados e Premissas	
Data de Outorga	02/01/2013
Preço da Ação (R\$)	R\$ 14,11
Preço de Exercício (R\$)	R\$ 6,74
Volatilidade Esperada (ano)	29,18%
Prazo de vida da opção (último vesting)	02/01/2020
Dividendos Esperados (Payout)	80,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	9,21%
Programa 2011	
Dados e Premissas	
Data de Outorga	02/01/2012
Preço da Ação (R\$)	R\$ 9,80
Preço de Exercício (R\$)	R\$ 10,07
Volatilidade Esperada (ano)	29,99%
Prazo de vida da opção (último vesting)	02/01/2020
Dividendos Esperados (Payout)	80,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	11,07%
Programa Adicional - 2011	
Dados e Premissas	
Data de Outorga	02/01/2012
Preço da Ação (R\$)	R\$ 9,80
Preço de Exercício (R\$)	R\$ 5,04
Volatilidade Esperada (ano)	29,99%
Prazo de vida da opção (último vesting)	02/01/2019
Dividendos Esperados (Payout)	80,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	11,05%
Programa 2010	
Dados e Premissas	
Data de Outorga	03/01/2011
Preço da Ação (R\$)	R\$13,40
Preço de Exercício (R\$)	R\$12,91
Volatilidade Esperada (ano)	25,00%
Prazo de vida da opção (último vesting)	03/01/2018
Dividendos Esperados (Payout)	80%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	11,78%

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Ações

Não é aplicável para as ações concedidas no âmbito do Plano de Ações, dado que não há exercício no âmbito desse Plano.

Plano de Opção (outorgas de opções relativas até o exercício social de 2013)

As opções outorgada pela Companhia apresentam características do modelo europeu (exercício antecipado não permitido) até a data de *vesting* e características do modelo americano (possibilidade de exercício antecipado) entre a data de *vesting* e a data máxima para exercício. Opções com essas propriedades são denominadas opções do tipo Bermuda ou *Mid-Atlantic*, e seu preço deve, por construção, situar-se entre o preço de uma opção do modelo europeu e o preço de uma opção do modelo americano de características equivalentes.

Levando-se em conta os fatores acima descritos, foi empregado o modelo Binomial para a determinação do valor justo das opções outorgadas. Esse modelo apresenta resultados equivalentes aos do modelo de *Black & Scholes* para opções europeias simples, possuindo a vantagem de incorporar, conjuntamente, as características de exercício antecipado e de pagamento de dividendos associadas às opções em questão.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Ações

Não é aplicável para as ações concedidas no âmbito do Plano de Ações, dado que o valor justo corresponde ao preço de fechamento da ação na data de concessão.

Plano de Opção (outorgas de opções relativas até o exercício social de 2013)

No que diz respeito ao parâmetro volatilidade necessário no apreamento dos programas de Opção, adota-se a estimação de seus valores por meio da metodologia estatística de Médias Móveis ponderadas exponencialmente (EWMA, do inglês *exponentially weighted moving average*) a partir da série histórica de preços de fechamento da ação BVMF3. Adota-se, como internacionalmente aceito, uma janela de 40 dias úteis e um fator de ponderação de 0,94.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todas as características importantes das opções de compra de ações e da concessão de ações estão descritas e consideradas nos itens anteriores.

13.9 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

2015		
Acionista	Ações da Companhia	(%)
Conselho de Administração	112.203	0,006
Diretoria	3.658.674	0,202
Conselho Fiscal		
Total	3.770.877	0,208

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	n/a	5	5
Número de membros remunerados	n/a	5	5
Nome do plano		Mercaprev	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	n/a	1	1
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a	n/a
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	6.738.269,93	R\$ 6.738.269,93
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	R\$ 353.393,83	R\$ 353.393,83
Há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, somente a parte do funcionário	-

13.11 Remuneração Média dos Administradores (Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal)

Ressaltamos que em relação ao incentivo de longo prazo (Plano de Opção e Plano de Ações), conforme deliberação do Conselho de Administração, as outorgas de opções ou concessão de ações, no âmbito dos respectivos Programas de determinado exercício social sempre ocorrerão no início do exercício social seguinte. Assim, a outorga referente ao exercício social de 2012 ocorreu em 2 de janeiro de 2013, com efeitos a partir do exercício social de 2013 até a conclusão do programa. Da mesma forma, a outorga referente ao exercício social de 2013 ocorreu em 2 de janeiro de 2014, com efeitos a partir do exercício social de 2014 até a conclusão do programa, a concessão de ações referente ao exercício social de 2014 ocorreu em 2 de janeiro de 2015, com efeitos a partir do exercício social de 2015 até a conclusão do programa, e a concessão de ações referente ao exercício social de 2015 ocorreu em 8 de janeiro de 2016,

com efeitos a partir do exercício social de 2016 até a conclusão do programa.

Em 2015, no caso da Diretoria Estatutária, todos os seus membros exerceram suas funções durante todo o período de janeiro a dezembro de 2015, e, portanto, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Em relação ao Conselho de Administração, ressaltamos que um membro desse órgão não teve remuneração no período de 2015 e para o item de menor remuneração, consideramos os 5 membros que receberam remuneração durante os dozes meses, haja vista o processo de eleição do Conselho de Administração realizado em abril de 2015. Para a informação da maior remuneração consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado, entretanto, o membro do Conselho de Administração com a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia durante os dozes meses do exercício encerrado em dezembro de 2015.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal *
Número total de membros	10,75	5	n/a
Número de membros remunerados	9,75	5	n/a
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	R\$ 2.646.662,16	R\$ 10.945.496,25	n/a
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	R\$ 582.546,66	R\$ 5.364.689,27	n/a
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados - em R\$)	R\$ 793.567,22	R\$ 6.752.932,49	n/a

* Conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Contudo, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria. Para a composição dos valores abaixo mencionados, foram considerados os quatro membros externos do referido Comitê com pagamentos durante todo o exercício social de 2015. A maior remuneração reconhecida no exercício social de 2015 foi de R\$ 355.255,89, a menor remuneração foi de R\$ 354.846,90. A remuneração média reconhecida no exercício social de 2015 foi de R\$ 355.153,64.

Em 2014, no caso da Diretoria Estatutária, todos os seus membros exerceram suas funções durante todo o período de janeiro a dezembro de 2014, e, portanto, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Em relação ao Conselho de Administração, ressaltamos que, além do membro que não recebe remuneração, outro membro desse órgão não teve remuneração durante todo o período de 2014 e, para o item de menor remuneração, consideramos somente os nove membros que receberam remuneração durante os dozes meses, haja vista a renúncia e substituição de um dos membros do Conselho de Administração no final do primeiro semestre do exercício.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal *
Número total de membros	11	5	n/a
Número de membros remunerados	10	5	n/a
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	2.330.010,60	12.409.230,99	n/a
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	368.340,00	4.569.981,69	n/a
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados - em R\$)	655.635,30	6.695.416,95	n/a

* Conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Contudo, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria. Para a composição dos valores abaixo mencionados, foram considerados os quatro membros externos do referido Comitê com pagamentos durante todo o exercício social de 2014. A maior remuneração reconhecida no exercício social de 2014 foi de R\$ 323.155,32, a menor remuneração foi de R\$ 321.036,44. A remuneração média reconhecida no exercício social de 2014 foi de R\$ 322.625,60.

Em 2013, no caso da Diretoria Estatutária, devido à saída de um Diretor em maio, e a admissão de um novo Diretor em julho, para o item de menor remuneração, consideramos os quatro membros com efetivo exercício de suas funções nos doze meses. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, sendo que o membro da Diretoria com a maior remuneração exerceu suas funções durante todo o período de janeiro a dezembro.

Em relação ao Conselho de Administração, ressaltamos que um membro desse órgão não teve remuneração no período de 2013 e para o item de menor remuneração, consideramos os seis membros que receberam remuneração durante os dozes meses, haja vista o processo de eleição do Conselho de Administração realizado em abril de 2013. Para a

informação da maior remuneração consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado, entretanto, o membro do Conselho de Administração com a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia durante os dozes meses do exercício encerrado em dezembro de 2013.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal *
Número total de membros	11	4,92	n/a
Número de membros remunerados	10	4,92	
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	1.724.453,24	15.562.374,97	n/a
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	306.762,65	6.851.693,28	n/a
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados - em R\$)	497.241,59	8.332.773,68	n/a

* Conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Contudo, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria. Para a composição dos valores abaixo mencionados, foram considerados os quatro membros externos do referido Comitê com pagamentos durante todo o exercício social de 2013. A maior remuneração reconhecida no exercício social de 2013 foi de R\$ 332.451,85, a menor remuneração foi de R\$ 294.249,23. A remuneração média reconhecida no exercício social de 2013 foi de R\$ 306.957,74.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

Não adotamos política específica no que se refere a remuneração e/ou indenizações para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, exceto, neste último caso, pelos benefícios relacionados aos planos de previdência em vigor, descritos no item 13.10 acima. Vale notar que a apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O - *Directors & Officers*) contratada pela Companhia não se estende às hipóteses de destituição, visando garantir proteção financeira e tranquilidade para que todos os que ocupam cargos diretivos tomem as decisões diárias com serenidade, além de ser visto como um competitivo benefício, que propicia a retenção de profissionais qualificados.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A Companhia não tem acionista controlador, razão pela qual não existe remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos.

13.14 Remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não existe remuneração ou quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia referentes à remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado dos controladores da Companhia, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

A Companhia não tem acionista controlador, e portanto também não há sociedades em controle comum com a Companhia. Não há valores reconhecidos no resultado de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 4/2/2015, a Companhia ofereceu aos beneficiários de outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opção a alternativa de (i) permanecer titular de suas opções, ou (ii) cancelar o saldo de opções, recebendo valor em dinheiro para o caso das opções que já cumpriram o prazo de carência (Opções vested) e ações de emissão da Companhia a serem transferidas aos beneficiários em datas futuras, no caso das opções que ainda não cumpriram tal prazo (Opções não-vested).

As ações recebidas na hipótese de cancelamento das Opções não-vested estão vinculadas ao Plano de Ações.

A Companhia considera que o modelo de incentivo de longo prazo resultante atenderá de forma mais eficiente os objetivos de alinhamento de interesses dos beneficiários com a Companhia e seus acionistas no horizonte de longo prazo, bem como o objetivo de retenção de pessoal-chave.

Condições para o cancelamento das Opções

Os valores conferidos em dinheiro e em ações pelo cancelamento das Opções foram apurados com base no valor justo (Valor Justo) das Opções no dia 05.01.15, conforme procedimento previsto no Pronunciamento CPC 10 (R1) aprovado pela Deliberação CVM no. 650/10, sendo que os resultados desses cálculos foram objeto de trabalho de asseguarção limitada realizado por consultoria externa especializada.

A parcela de Opções vested cancelada resultou em pagamento em dinheiro equivalente ao Valor Justo de tais Opções. Já a parcela de Opções não-vested canceladas resultou na concessão de uma quantidade de ações de emissão da Companhia calculada com base no Valor Justo das Opções não-vested no dia 05.01.15 e no preço de fechamento da ação na mesma data (R\$9,22).

Relação de Substituição de Opções (Plano de Opção) por R\$ (Opções vested) ou Ações (Opções unvested) (Plano de Ações)

Programas	# de opções em aberto (dez/14)	Valor Justo (R\$)	Opções <i>vested</i> convertidas		Opções não <i>vested</i> convertidas	
			# de opções	Valor justo total (R\$)	# de opções	# de ações
2008	178.412	4,48	173.412	776.886	-	-
2009	621.780	3,72	581.780	2.164.222	-	-
2010	7.183.875	1,94	6.498.875	12.607.818	-	-
2011	6.484.900	3,37	3.971.275	13.383.197	2.257.375	825.138
2012	7.728.386	3,45	3.391.618	11.701.082	4.228.018	1.582.170
2013	9.755.809	4,09	2.414.578	9.875.624	7.243.731	3.213.606
2011 adicionais	2.113.241	4,90	1.025.300	5.023.970	1.025.280	544.906
2012 adicionais	1.936.513	4,34	0	0	1.919.785	903.694
2013 adicionais	2.971.880	4,87	0	0	2.971.880	1.569.771
Total	38.974.796		18.056.838	55.532.798	19.646.069	8.639.285

As ações concedidas em substituição às Opções não-vested canceladas tem prazos de transferência iguais aos prazos de carência que haviam sido estabelecidos em cada Programa de Opções e serão transferidas aos Beneficiários em janeiro de cada ano, valendo notar que as opções outorgadas aos membros do Conselho de Administração permanecem em vigor.